



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 021

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 29 DE MARÇO DE 2006

ANO XXXI

### Mesa Executiva

**HERMAS BRANDÃO**  
Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**  
1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**  
2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**  
3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**  
1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**  
2º Secretário - PMDB

**ELIO RUSCH**  
3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**  
4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**  
5º Secretário - PMRB

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

### Lideranças

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PT ..... Ângelo Vanhoni  
PDT ..... Luiz Carlos Martins  
PPS ..... Waldir Leite  
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB ..... Jocelito Canto  
Bloco Parlamentar PP/PSB ..... Cida Borghetti

### Representação Partidária

**PMDB** - 14: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cesar Seleme - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

**DIÁRIO Nº 021****SUMÁRIO**

<b>Mesa Executiva .....</b>	<b>02</b>
<b>Presenças .....</b>	<b>02</b>
<b>Abertura da Sessão .....</b>	<b>03</b>
<b>Expediente:</b>	
Indicações .....	03
Requerimentos .....	04
Projetos de Lei .....	09
Projeto de Lei Complementar .....	14
<b>Pequeno Expediente:</b>	
Dep. Elton Carlos Welter .....	23
Dep. José Maria Ferreira.....	24
Dep. José Domingos Scarpellini ....	24
<b>Grande Expediente:</b>	
Padre Leocádio .....	25
<b>Horário das Lideranças:</b>	
Liderança do PDT	
Dep. Luiz Carlos Martins.....	26
Liderança do Governo	
Dep. Dobrandino da Silva .....	26
<b>Ordem do Dia:</b>	
Leitura do Expediente .....	26
Discussão / Votação:	
1ª Discussão (Votação em) .....	27
2ª Discussão(Votação em) .....	43
3ª Discussão .....	44
2ª Discussão .....	44
1ª Discussão .....	45
Discussão Única (Proposições) .	52
Requerimentos .....	55
<b>Encerramento da Sessão.....</b>	<b>55</b>

**018ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 018ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
29 DE MARÇO DE 2006**

*(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Sr. Deputado Geraldo Cartário.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (51). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Cleiton Kielse, Hermes Fonseca e Jocelito Canto (03).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

## ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

### ***Indicações***

#### INDICAÇÃO Nº 006/06

O Deputado Estadual Ailton Araújo REQUER a esta Casa a aprovação da presente indicação, que sugere ao Poder Executivo a criação do Programa de Apoio às Mulheres com Neoplasia Trofoblástica Gestacional no Estado do Paraná, e dá outras providências, conforme o disposto a seguir:

1. fica criado o Programa de Apoio às Mulheres com Neoplasia Trofoblástica Gestacional no Estado, a ser oferecido pelos órgãos públicos de saúde.

2. O programa, disposto no artigo anterior, tem por finalidade apoiar, orientar, tratar, reabilitar e reintegrar pacientes e ex-pacientes acometidas pela referida doença.

3. Para o desenvolvimento do programa, o mesmo contará com equipes multidisciplinares formadas por médicos(as), psicólogos(as) e assistentes sociais, visando oferecer:

3.1. tratamento quimioterápico;

3.2. amparo psicológico e social à mulher acometida pela doença;

3.3. local apropriado para realização de reuniões de auto-ajuda às mulheres que se encontram nessa condição;

3.4. exames periódicos de ultrassonografia, dopplerfluxometria, dosagem de HCG, exame histopatológico, raio X dos pulmões, histeroscopia, laparoscopia, tomografia computadorizada e ressonância magnética, entre outros, com a finalidade de controle ou prevenção da doença;

3.5. perucas às pacientes em tratamento quimioterápico;

3.6. estimular a criação de grupos de auto-ajuda, formados por pacientes voluntários com a finalidade de orientar, ajudar e dar amparo às mulheres portadoras da doença nas fases pré-operatória, pós-operatória, pré-quimioterápica e pós-quimioterápica.

4. As despesas decorrentes da aplicação desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias da

Secretaria de Estado de Saúde, suplementadas, se necessário.

5. O Poder Executivo regulamentará esta lei, no prazo de 60 (sessenta) dias, após a sua promulgação.

6. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

O coriocarcinoma (câncer da doença trofoblástica gestacional) que se origina da mola hidatiforme, constitui uma das complicações mais graves da gestação. Atinge, com mais frequência, as adolescentes e as mulheres com mais de 35 anos, situando esses dois grupos de mulheres em alto risco de morte.

A maioria dos casos exige quimioterapia e algumas vezes, tratamento cirúrgico - a retirada do útero.

Ambas as modalidades de tratamento proporcionam graves repercussões e risco físico e psíquico femininos.

Infelizmente a Doença Trofoblástica Gestacional é pouco conhecida e muito frequente entre as mulheres do terceiro mundo, do Brasil e em especial correspondendo a um (1) caso em cada cem (100) gestações. Evidentemente, além do tratamento médico indispensável para alcançar a cura e o retorno à normalidade, torna-se imprescindível oferecer a essas mulheres apoio psicológico.

No momento em que todas as estatísticas mostram o papel e importância da mulher tanto com força real de sustentação para o país e para o seu ambiente familiar, não temos dúvida que a nossa contribuição para manutenção desses lares, na diminuição do impacto causado por suas ausências.

#### INDICAÇÃO Nº 007/06

O Deputado Estadual Ailton Araújo REQUER a esta Casa, a aprovação da presente indicação que sugere ao Poder Executivo a realização de exames oftalmológicos nas escolas públicas do Estado do Paraná, e dá outras providências, no âmbito do Estado do Paraná, conforme o disposto a seguir:

1. os alunos matriculados na Rede Pública Estadual de ensino, ao início de cada ano letivo, serão submetidos a exames oftalmológicos, pela Secretaria de Estado da Saúde.

2. As Secretarias de Estado da Educação e da Saúde poderão firmar convênios com as instituições da área de Saúde legalizados, privados ou de qualquer nível de Governo, para a realização dos exames.

3. As Secretarias referidas no artigo anterior procederão, no prazo de cento e vinte dias, a regulamentação da presente lei.

4. As despesas com a execução desta lei ficarão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário, devendo previsões orçamentárias futu-

ras contemplarem recursos específicos para o seu fiel cumprimento.

5. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) AILTON ARAÚJO

**JUSTIFICATIVA:**

As deficiências oculares podem, quando detectadas a tempo, serem curadas, no todo ou em parte.

O que tem ocorrido, é que os próprios pais não conseguem detectar a deficiência parcial ocular de seus filhos.

Os professores também, pois lecionam em classes repletas de alunos e com isso nem sempre percebem que o aluno está enxergando mal, e que por isso não está acompanhando as aulas e conseqüentemente se atrasando em relação aos seus colegas.

Quando o professor consegue perceber, muitas vezes, meses se passaram, causando sérios prejuízos ao aluno.

Assim, esta proposta visa o benefício do aluno, que ao início de cada ano letivo deverá passar pelos exames e uma vez detectado o problema, se providenciado o tratamento adequado, obtendo, senão a solução, amenizar os efeitos.

Por estas razões, peço e espero aprovação de meus Pares.

## ***Requerimentos***

### **REQUERIMENTO Nº 603**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, regime de urgência para o Projeto de Lei nº 113/06, que visa declarar de Utilidade Pública Estadual o Curitiba Rugby Clube, com sede e foro nesta Capital.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) ALEXANDRE CURI

### **REQUERIMENTO Nº 595**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) GERALDO CARTÁRIO

### **REQUERIMENTO Nº 626**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a diminuição de interstício para a rea-

lização de Sessão extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

### **REQUERIMENTO Nº 604**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER arquivamento do Projeto de Lei nº 461/05, que declara de Utilidade Pública a Associação de Promoção Humana Platinense - APHP, com sede e foro no município de Santo Antônio da Platina.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

### **REQUERIMENTO Nº 609**

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, Delegado Bradock, dirige-se a V. Exa. para REQUERER que seja retirada por 05 (cinco) Sessões, a votação do Projeto de Lei nº 211/05.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) DELEGADO BRADOCK

### **REQUERIMENTO Nº 605**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120 do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 346/05 e 037/05, que declaram de Utilidade Pública a Associação de Moradores e produtores Rurais das Três Barras, com sede em Três Barras e foro no município de Cerro Azul.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

### **REQUERIMENTO Nº 606**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, com base no artigo 120, do Regimento Interno, REQUER a anexação dos Projetos de Lei nºs 099/05 e 135/06, que dispõem sobre a obrigatoriedade das agências bancárias e demais estabelecimentos de crédito colocarem à disposição dos usuários, caixas suficientes para atendimento digno e profissional a seus clientes.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

### **REQUERIMENTO Nº 599**

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a antecipação da Sessão Ordinária do

dia 30 de março (quinta-feira) para logo após o término da sessão ordinária e a diminuição de interstício.

Sala das Sessões, em 29.03.2006.

(a) GERALDO CARTÁRIO

#### REQUERIMENTO Nº 586

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e na forma regimental, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de voto de profundo pesar à família Dalla Vecchia, de Marechal Cândido Rondon-PR, pelo passamento do Sr. Moacir Mário Dalla Vecchia, no último dia 21 de março.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamento, respeitando os sentimentos, diante da consternação da família, manifesta solidariedade rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável.

Que as saudades possam ser superadas com a grata lembrança do exemplo de amor à família, ao trabalho e à comunidade que o Sr. Moacir Mário Dalla Vecchia deixou para todos nós, sobretudo no seio de seus estimados familiares.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dado ciência do mesmo à família Dalla Vecchia, via correspondência, a ser encaminhada à Rua 22 de Abril, 539 - CEP 85960-000 Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 29.03.2006.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 587

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas legais e na forma regimental, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de voto de profundo pesar à família Allievi, de marechal Cândido Rondon-PR, pelo passamento do Sr. Aldo Allievi, no último dia 26 de março.

A Assembléia Legislativa do Paraná, por este Parlamento, respeitando os sentimentos, diante da consternação da família, manifesta solidariedade rogando ao Altíssimo força e resignação para suportar a perda irreparável.

Que as saudades possam ser superadas com a grata lembrança do exemplo de amor à família, ao trabalho e à comunidade que o ex-Vereador da primeira legislatura da Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon deixou para todos nós, sobretudo no seio de seus estimados familiares e em seu círculo de amizades.

Caso aprovado o presente requerimento, solicita-se seja dado ciência do mesmo à família enlutada, na pessoa da Sra. Leila Allievi, via correspondência, a ser encaminhada à Rua Independência, 1397 - CEP 85960-000 Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 29.03.2006.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 598

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER votos de pesar aos familiares do Sr. Ruy Kuenzer, pelo falecimento ocorrido em 23 de março do corrente ano.

Solicito a especial gentileza em notificar o Sr. Marco Caron acerca do voto em apreço, sito à Rodovia do Caqui, s/nº, Km 1, no Hospital e Maternidade Angelina Caron, Campina Grande do Sul-PR.

Sala das Sessões, em 29.03.2006.

(a) ALEXANDRE CURI

#### REQUERIMENTO Nº 617

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Wantuil Machado, ocorrido no dia 28 de março de 2006, na cidade de Faxinal.

Homem público dos mais honrados, Wantuil foi Vereador na cidade de Faxinal e deixa viúva e filhos.

Esta Casa lamenta o falecimento do Sr. Vereador Wantuil Machado e associa-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada sinceras condolências, e que seja oficiada à família em Faxinal.

Sala das Sessões, em 29.03.2006.

(a) JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

#### REQUERIMENTO Nº 596

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário desta Casa de Leis, envio de votos de congratulações ao município de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, pelo aniversário de 313 anos comemorado nesta data.

Requer ainda, envio de cópia ao Prefeito Municipal de Curitiba, Exmo. Sr. Beto Richa, no endereço: Palácio 29 de Março - Av. Cândido de Abreu, nº 817 - 2º andar - Centro Cívico - CEP 80530-908 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 29.03.2006.

(a) ELZA CORREIA

#### REQUERIMENTO Nº 580

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, que fique gravado para a posteridade, votos de congratulações e aplausos ao município de Palmas, pela organização exemplar da X Expopalmas (Feira de Indústria e Comércio), realizada dias 23, 24, 25 e 26 do corrente.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dado ciência aos organizadores, bem como ao Exmo. Prefeito Municipal, Sr. João Oliveira, ao Sr. Francisco Acioli Ribas, vice-Prefeito municipal, bem como a todos os Srs. Vereadores, para que recebam e transmitam a toda a população palmensa as homenagens da Assembléia Legislativa, por intermédio deste Parlamentar que também participou, com grande alegria, de todas as festividades.

Sala das Sessões, em 29.03.2006.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

Com a honrosa presença do Exmo. Sr. Vice-Governador Dr. Orlando Pessuti, bem como outras altas autoridades, com um lindo show artístico e grande presença da população de Palmas e dos municípios vizinhos.

É para nós um dia de gala, este dia em que redigimos este requerimento. É indeclinável dever, honrar aqueles que por seus méritos fazem jus à admiração e à gratidão de seus semelhantes. Quanto mais, quando se trata de alguém que, por seus esforços, tudo fez pela sociedade de Palmas, como é o caso da X Expopalmas, realizada dias 23, 24, 25 e 26 do corrente.

A maior ou menor intensidade do Parque Industrial e Comercial de um povo é o índice mais seguro de seu progresso. Só os povos civilizados possuem Indústria e Comércio. Só aqueles municípios que não possuem essa alavanca propulsora de riqueza, permanecerão eternos caudatários dos mais industrializados ou comercializados.

Eis por que louvamos àqueles que se propõem a adotar o município de Palmas, bem como toda a região, com nossas Indústrias e Casas Comerciais. Sejam extrativas ou comerciais, todos terão lugar de destaque na economia. Está, pois, de parabéns Palmas e toda a região. De parabéns estão todos aqueles que contribuíram para a festiva realização da X Expopalmas. Seus organizadores pelas provas de visão, e, as autoridades que tão bem compreenderam os propósitos de seus realizadores.

É, pois, com imensa satisfação que vemos na X Expopalmas, mas uma válvula por onde se escoará a riqueza-produto de um povo que trabalhou para ser distribuída aos consumidores no incessante movimento.

Ao seus organizadores, às autoridades todas, os nossos aplausos pela efetivação da X Expopalmas, feliz votos pelo progresso da população de Palmas e de todos os municípios vizinhos.

#### REQUERIMENTO Nº 590

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Palmeira, pela passagem de seus 187 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja

dado ciência ao Exmo. Sr. Altamir Sanson, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Álvaro Elias Bacila, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Palmeira.

Sala das Sessões, em 29.03.2006.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A população de Palmeira estará radiante de alegria no próximo dia 07 de abril/06, comemorando a passagem de mais um aniversário de emancipação política do seu Município.

O crescimento da cidade de Palmeira é o resultado da junção do trabalho de várias gestões administrativas, da determinação e do espírito empreendedor do seu povo.

Muitos foram os exemplos de heroísmo que, passados de pais para filhos e netos, foram desenhando o perfil da sociedade que ornamenta hoje, a nossa grandiosa Palmeira.

Parabenizamos toda a população que merece todo o nosso respeito e admiração pelo muito que tem feito em prol do crescente progresso do Município.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, associa-se às homenagens que serão prestadas ao povo palmeirense no transcurso dos 187 anos de emancipação politicamente organizada do Município.

#### REQUERIMENTO Nº 611

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignada na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Curitiba, pelo transcurso, nesta data, de seus 313 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dado ciência ao Exmo. Sr. Beto Richa, Prefeito Municipal, bem como a todos os Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Curitiba.

Sala das Sessões, em 29.03.2006.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 588

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão Plenária de hoje, votos de louvor ao Sr. Seno Cláudio Lunkes, Presidente da Central Sicredi Paraná, nas gestões de 1997, 2000 e 2003, não só pelos relevantes serviços prestados no desenvolvimento desta cooperativa de crédito, mas também por toda uma vida dedicada e devotada ao cooperativismo paranaense nas mais diversas áreas.

Requer, outrossim, que da decisão desta Casa de Leis, seja dado ciência ao Sr. Seno Cláudio Lunkes, no

seguinte endereço: Rua Visconde do Rio Branco, nº 253 - Centro - Curitiba/PR - CEP 80410-000.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) RENI PEREIRA

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de justa homenagem desta Casa de Leis a um grande líder cooperativista que desde muito cedo conheceu a filosofia de cooperativismo, ainda em São Paulo das Missões (RS).

No Paraná, radicou-se na cidade de Missal, em 1966, onde começa sua história aqui, a qual é escrita por uma grande contribuição no desenvolvimento e no crescimento da filosofia cooperativista no Estado.

Um dirigente que valorizou o aperfeiçoamento profissional próprio e, acima de tudo, dos colaboradores das instituições onde atuou. Atento aos princípios do verdadeiro cooperativismo, enfrentou as dificuldades lutando sempre pela construção de um sistema sólido e pelo bem-estar de todos.

Este Poder reconhece, ainda que de forma mínima, a grande contribuição desta liderança paranaense.

#### REQUERIMENTO Nº 584

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. João Bortoto Neto. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 585

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Ademir José de Oliveira. A referida homenagem se deve pelos relevantes serviços prestados por este senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 614

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Sr. Nilson Lúrio da Cruz, pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 615

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Sr. Aparecido Lúrio da Cruz, pelos relevantes serviços prestados aos seus amigos e clientes.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 616

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, inserção de votos de regozijo ao Sr. João de Souza Albino (Presidente da Unifer - União dos Aposentados e Pensionistas Ferroviários do Estado do Paraná), pelos relevantes serviços prestados à comunidade paranaense.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) CESAR SELEME

#### REQUERIMENTO Nº 613

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa, seja oficiado ao Prefeito de Maringá, Sílvio Magalhães Barros II, encaminhando àquela autoridade a reivindicação da Associação Comunitária Jardim Alvorada - ACJA, cuja cópia segue anexa, solicitando do mesmo a volta do atendimento 24 horas na Policlínica da Zona Norte (NIS III), de Maringá, no Jardim Alvorada.

Os moradores daquela localidade estão revoltados com a demora no atendimento, razão pela qual é essencial a imediata solução do problema.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 583

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente requisitar à Copel - Companhia de Energia Elétrica do Paraná, por intermédio dos avicultores, granjeiros e proprietários de abatedouros de aves, que os mesmos possam realizar o pagamento da tarifa de energia elétrica da seguinte maneira:

a) ocorra a dilação de prazo dos referidos estabelecimentos por 06 (seis) meses na conta de energia elétrica;

b) cessada esta dilação a dívida acumulada será parcelada em 12 (doze) vezes;

c) vencido o prazo requerido, quitar-se-á a dívida acumulada juntamente com as parcelas atuais.

Tal proposição visa incentivar os produtores de aves em todo o Estado do Paraná, dilatando o prazo de pagamento da tarifa durante a produção e fazendo a cobrança no período seguinte. Ademais, na avicultura o fornecimento

de luz é de suma importância para o crescimento ideal das aves, tendo que ser fornecida intensamente desde os primeiros dias de nascimento dos animais.

Ressalte-se ainda que, atualmente há uma crise, conhecida como gripe aviária, que assola todo o mundo envolvendo principalmente as aves e resultando para os produtores perdas significativas, uma vez que o mercado encontra-se mais restrito. Face ao exposto, solicitamos a aprovação deste requerimento pelos demais Pares.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 610

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, solicitando agilidade no atendimento dos pedidos do Colégio Estadual Teothônio Brandão Vilela, de Ibiporã, protocolados na Fundepar - Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná, sob os números 8.017.433-0 e 8.251.979-3.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 612

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente à Secretária de Estado da Administração e Previdência, Exma. Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon, solicitando informações para que possamos responder questionamentos da população, dos motivos da realização de avaliação física tão rigorosa e eliminatória no Concurso Público para o cargo de Agente de Execução, função Educador Social (masculino e feminino) no IASP - Instituto de Ação Social do Paraná.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) BARBOSA NETO

#### REQUERIMENTO Nº 623

Senhor Presidente:

O Deputado Ângelo Vanhoni que subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente à direção da Biblioteca Pública do Paraná, à direção da Companhia Ilíada Homero de Teatro; ao Maestro e Diretor Otávio Camargo; à atriz Claudete Pereira Jorge e ao ator Richard Rebello, cumprimentando-os pelo espetáculo "Ilíada de Homero na Tradução de Odorico Mendes".

Este espetáculo, apresentado entre 21 e 24 de março do corrente ano, no auditório da Biblioteca Pública do Paraná, representou uma importante iniciativa para a divulgação da Ilíada de Homero, a obra fundante da literatura ocidental. Também representou importante iniciativa à juventude para que tivesse acesso a um clás-

sico, pôde examinar na fonte obras que constituem pilares da identidade ocidental.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 625

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Maurício Requião de Mello e Silva, Secretário Estadual da Educação, solicitando informações sobre a autoria e responsabilidade do documento Conquistas dos Professores no Governo Roberto Requião, no Informativo nº 44 - Ano III - 2006 dessa Secretaria.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Obter informações sobre a autoria e procedência do documento.

#### REQUERIMENTO Nº 619

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem perante o Exmo. Sr. Hermas Eurides Brandão, Presidente desta Casa de Leis, REQUERER, envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação Maurício Requião de Mello e Silva, solicitando, em caráter emergencial, informações a respeito do planejamento, por parte da Secretaria da Educação, no que se refere às necessidades da Escola Estadual Dr. Roque Vernalha, situada em Paranaguá, conforme Protocolo nº 8.821.716 que descrevemos abaixo:

- construção de novas salas de aulas;
- construção de salas para funcionamento de biblioteca, coordenação e sala de professores;
- adequação de outras unidades para o desempenho das atividades correlatas.

Ex: cozinha, pátio coberto, secretaria, etc.

A Escola Estadual Dr. Roque Vernalha está situada no Bairro Campo Grande, o qual, com a sua expansão demográfica, cresceu acentuadamente o número de alunos, inclusive, absorvendo os provindos de três escolas municipais: Sully da Rosa Vilarinho (Ponta do Caju), Luiz Vaz de Camões e Heloína Viana. Além disso, faz-se necessário comentar que o elevado padrão de ensino praticado por essa instituição, reconhecido pela população parnanguara, também faz crescer a demanda por essa escola.

Sem mais para o momento, estreitamos nossos protestos de elevada estima e alta consideração.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) WALDIR LEITE

#### REQUERIMENTO Nº 622

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais,



REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado pedido de informação ao Secretário da Educação, Exmo. Sr. Maurício Requião, sobre:

1 - composição da estrutura funcional do Instituto Estadual de Educação de Londrina;

2 - quais e quantos cargos comissionados existem no Instituto e existindo, qual o valor da remuneração;

3 - quantas e quais as funções gratificadas existem e qual o valor da remuneração.

4 - quais os nomes dos servidores que ocupam funções gratificadas e cargos comissionados;

5 - a estrutura criada através do Decreto nº 22709 continua em vigor?

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

JUSTIFICATIVA:

O presente pedido de informações busca esclarecer dúvidas encaminhadas ao nosso gabinete pelo conjunto dos servidores daquela instituição.

#### REQUERIMENTO Nº 607

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender ao pedido dos usuários do ônibus de linha alimentador do Bairro Osternack, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo nessa linha, até o Terminal do Bairro Sítio Cercado, principalmente no horário entre 5 e 6 horas da manhã.

Os assaltantes agem livremente nesse horário e os usuários encontram-se apavorados e totalmente desprotegidos. A presença de policiais certamente inibirá a ação dos assaltantes e proporcionará maior segurança para toda a população.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 608

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender ao pedido dos moradores do bairro Cercadinho - município de Campo Largo, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo nesse bairro.

A insegurança é total e os roubos às casas e veículos ocorrem constantemente, mesmo durante o dia. Os moradores encontram-se apavorados com a situação e a presença de policiais certamente inibirá a ação dos ladrões e proporcionará maior segurança para a comunidade.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

## Projetos de Lei

### PROJETO DE LEI Nº 143/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º É vedada colocação em veículos automotores, de adesivos que contenham sinais, palavras ou frases injuriosas, ameaçadoras, obscenas ou de baixo calão.

Parágrafo Único. Para efeito desta lei, sem prejuízo de sua extensão por seu regulamento, considera-se:

a) injuriosa - aquela que ofenda a dignidade ou o decoro;

b) obscena - aquela que, ainda que por sinais, ofenda o pudor público;

c) ameaçadora - aquela que sugira a violência física ou moral contra o cidadão.

Art. 2º O cumprimento desta lei será observado pelo Detran, o qual exigirá a retirada do adesivo em desacordo com esta lei.

Art. 3º Aos infratores que não atenderem à notificação será aplicada multa no valor equivalente a 50 (cinquenta) UFIR's (Unidade Fiscal de referência), sem prejuízo do disposto no artigo 2º.

Art. 4º Da aplicação da multa prevista no artigo anterior caberá recurso com efeito suspensivo, na forma do regulamento a ser editado pelo Poder Executivo.

Art. 5º O Poder Executivo editará as normas necessárias ao cumprimento desta lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) AILTON ARAÚJO

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei ora proposto tem por escopo evitar abusos que vêm ocorrendo na afixação de adesivos principalmente em automóveis.

Não raro vemos adesivos de bonecos com o dedo em riste acompanhados de palavras de baixo calão que ofendem a família e o moral dos cidadãos paranaenses.

Não bastasse, também é comum a afixação de frases ameaçadoras que incitam ainda mais a violência no já caótico trânsito do Paraná.

É fato que a liberdade de expressão deve ser respeitada; todavia, não se podem aceitar abusos que atentem contra os direitos individuais de terceiros.

Conto, pois, com a anuência dos meus Pares para a aprovação deste projeto.

PROJETO DE LEI Nº 144/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º O Estado do Paraná oferecerá o Serviço de Orientação e Prevenção ao Câncer Cérvico-Uterino e de Mama, como forma de ampliar o atendimento à saúde da mulher, por meio de ações de orientação, prevenção e tratamento do câncer cérvico-uterino e de mama.

Art. 2º Para executar o previsto no artigo 1º desta lei, o Poder Executivo adotará, entre outras, as seguintes ações:

I - atendimento clínico preventivo às mulheres atendidas pelo Sistema Único de Saúde - SUS e, ambulatorial para aquelas portadoras de câncer - uterino ou de mama;

II - instalação de um modelo assistencial que contemple, em número suficiente, equipes de especialistas em oncologia e dotado de aparelhos de diagnóstico de acordo com a demanda apurada em cada região do Estado, constando de, no mínimo, um mamógrafo, um aparelho de ultrassonografia, um colposcópio, e material para biópsia cervical e mamária;

III - realização periódica de campanhas de orientação e publicidade institucional, com produção de material didático a ser distribuído para a população alvo;

IV - distribuição gratuita de produtos farmacológicos para tratamento dos tipos de câncer previstos nesta lei;

V - controle estatístico dos casos atendidos.

Art. 3º As mastectomias, quando indicadas, serão realizadas preferencialmente, na rede hospitalar pública.

Art. 4º As ações de controle do câncer cérvico-uterino e de mama deverão envolver práticas preventivas e curativas relacionadas, conforme o caso, a:

- a) consulta clínica ginecológica;
- b) exame clínico de mama;
- c) citologia de esfregaço cérvico-vaginal;
- d) colposcopia;
- e) teste de Schiller;
- f) histopatologia;
- g) tratamento dos processos inflamatórios e displásicos;
- h) encaminhamento à clínica especializada dos casos indicados para complementação diagnóstica ou tratamento;
- i) controle dos casos negativos;
- j) seguimento dos casos tratados.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar convênios, contratos e outras formas de parceria com órgãos públicos e privados, com o objetivo de viabilizar as ações do serviço de que trata esta lei.

Art. 6º Os recursos financeiros destinados a cobrir as despesas decorrentes desta lei, serão provenientes de:

- I - dotação orçamentária própria;
- II - outras fontes.

Art. 7º O Poder Executivo regulamentará esta lei.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) AILTON ARAÚJO

**JUSTIFICATIVA:**

Para melhor fundamentação da criação de tal serviço a ser prestado nas unidades de saúde da Rede Estadual, é importante conhecer mais a respeito dessas doenças e das estatísticas atuais.

No Brasil, a cobertura e a efetividade dos programas existentes, aliados às dificuldades de acesso ao tratamento dos casos detectados, deixam a população feminina quase inteiramente à mercê dos riscos de adoecer e morrer de câncer. Assim, acredito que a ampliação das ações de prevenção que o serviço prevê, soa da mais alta relevância na atenção à saúde da mulher.

Peço, pois, o apoio dos meus Pares para que, após breve discussão, aprovem este projeto.

PROJETO DE LEI Nº 145/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica alterada a tabela de vencimentos do Quadro de Procuradores do Estado do Paraná, consoante da Lei nº 11.162, de 25 de agosto de 1995, que passará a vigorar com a seguinte redação:

**Procuradores de Estado**

<b>Cargo</b>	<b>Valor</b>
Procurador de 1ª Classe	R\$ 4.992,97
Procurador de 2ª Classe	R\$ 4.743,95
Procurador de 3ª Classe	R\$ 4.506,18
Procurador de 4ª Classe	R\$ 4.280,87
Procurador de 5ª Classe	R\$ 4.066,82

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) BARBOSA NETO

**JUSTIFICATIVA:**

O presente plano de lei vem contemplar uma classe de servidores públicos civis, que desde 1995 não recebem

aumentos em seus vencimentos.

Os Procuradores do Estado do Paraná vêm apresentando relevantes atuações em defesa das prerrogativas e das mais nobres causas do Paraná, em benefício dos paranaenses.

Nesse sentido, apensamos à presente justificação de iniciativa legislativa, o relatório da Associação dos Procuradores do Estado do Paraná, documento que dá uma mostra do âmbito de atuação da Procuradoria Geral, exibindo a discrepância salarial crescente desde o período de 1995 até a atualidade.

Por se tratar de matéria de altíssimo grau de mérito, conclamamos os nobres Pares desta Casa de Leis, a procederem ao devido apoio à proposta em epígrafe, reconhecido o atendimento da legalidade e justiça que carrega em seu bojo.

PROJETO DE LEI Nº 146/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Missal, com sede na cidade e município de Missal e foro na comarca de Medianeira, Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) ELIO RUSCH

**JUSTIFICATIVA:**

Honrosamente submeto à apreciação de V. Exas. o projeto de lei em anexo, que pretende declarar de Utilidade Pública a Associação dos Deficientes Físicos de Missal, neste Estado.

A citada associação é uma entidade sem fins lucrativos, com o propósito de promover a integração dos deficientes físicos no contexto social, através de uma ampla diretriz de objetivos, descrita no texto estatutário da Entidade, que acompanha a presente matéria propositiva.

Considerando os nobres propósitos dessa Entidade é que conclamo aos ilustres Pares o apoio e a conseqüente aprovação da presente proposição de lei.

PROJETO DE LEI Nº 147/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Declara de Utilidade Pública a ONG Amigos da Vida, com sede e foro no município de Curitiba, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) CESAR SELEME

**JUSTIFICATIVA:**

A ONG Amigos da Vida, constituída em 15 de junho de 2005, com sede e foro no município de Curitiba, Estado do Paraná, na rua Joaquim Fresato, 251, bairro São Braz, tem por finalidade promover o bem-estar social e melhor qualidade de vida à comunidade, através do atendimento, integração e socialização de crianças, adolescentes e adultos da cidade de Curitiba e região metropolitana; além de fornecer assistência social nas áreas jurídica, psicológica, saúde, educação e cidadania através do trabalho de pessoas voluntárias.

Visando melhor acompanhamento aos integrantes, garante a participação efetiva dos familiares no contexto do grupo, bem como mantém sempre contato com agentes comunitários de Saúde.

Promove palestras com temas relacionados à saúde e à sociedade, realiza cursos de artesanato, organiza bazares para a venda desses artesanatos.

Encaminha para unidades de saúde, propiciando a participação nos programas específicos aos hipertensos, diabéticos e outros, cujos serviços públicos estejam disponíveis.

Tendo em vista as realizações em prol da comunidade em geral, acredito que a mesma seja merecedora da Lei de Utilidade Pública Estadual.

PROJETO DE LEI Nº 148/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica proibida a comercialização de peças de veículos sinistrados, sem a devida identificação de origem.

Art. 2º Todos os veículos sinistrados deverão possuir procedência, de onde foram comprados, com suas respectivas notas fiscais.

§ 1º Os veículos sinistrados, antes de serem levados às auto-peças, deverão ser fotografados no local da compra.

§ 2º Os veículos adquiridos deverão estar obrigatoriamente baixados pelo Detran - Departamento de Trânsito Nacional.

Art. 3º Todas as auto-peças que trabalham na venda de peças usadas, deverão possuir um fichário de controle dos veículos sinistrados adquiridos, com as respectivas fotos e notas fiscais de compra, conforme artigo 2º desta lei.

Art. 4º Ao serem vendidas as peças ao consumidor, deverão ser obrigatoriamente emitidas as respectivas notas fiscais.

Art. 5º As peças de veículos sinistrados em outros estados deverão estar devidamente identificadas em notas fiscais, emitidas por empresas regularmente estabelecidas.

Parágrafo Único. Não sendo comprovada a origem das peças mencionadas no *caput* deste artigo, o estabelecimento sediado no Estado, será imediatamente excluído do cadastro estadual de contribuintes do ICMS.

Art. 6º As disposições desta lei aplicam-se aos veículos sinistrados adquiridos em outros estados para serem objeto de comercialização no Paraná.

Art. 7º A venda de veículos sinistrados e baixados no Detran (em leilões ou compra e venda) somente poderá ser permitida a empresa do ramo, devidamente regularizadas na Junta Comercial do Paraná e em dia com sua situação tributária.

Art. 8º Os veículos e peças adquiridas anteriormente à vigência desta lei e que tenham origem de acordo com o previsto nos artigos anteriores, deverão ser inventariados num período de oito meses, registrada em cartório e apresentadas, quando solicitadas, pela autoridade competente.

Art. 9º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário da Lei 14.894, de 09 de novembro de 2005.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) DELEGADO BRADOCK

#### JUSTIFICATIVA:

A fim de evitar possíveis ações contra o Estado, bem como visando salvaguardar e blindar a idéia do combate aos “desmanches” de veículos, busca-se, através do presente projeto de lei, dar contornos constitucionais à devida atuação da Polícia Civil neste árduo trabalho de aplicação da Lei nº 14.894, de 09 de novembro de 2005.

Por, outra ótica, o presente projeto de lei busca coibir, da mesma forma que a lei anterior (nº 14.894), o furto e roubo de veículos no Estado do Paraná, atingindo diretamente os receptores de peças oriundos de produtos de furtos e roubos.

O controle das peças e dos veículos sinistrados adquiridos, continuará sendo realizado através de fotografias, no entanto, sem que isso ocasione o detrimento total dos comerciantes honestos que buscam um ramo de negócio digno, porém viável.

PROJETO DE LEI Nº 149/06

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica incorporado, a partir de 1º de junho de 2006, ao vencimento do Cargo de Professor Nível I,

Classe I, criado pela Lei Complementar nº 103, de 15 de março de 2004, o benefício de que trata o artigo 26 da referida lei, mantida a estrutura de cargos e vencimentos, níveis e classes descritos nos artigos 5º e 6º da citada lei complementar.

Art. 2º Sobre vencimento do Cargo de Professor Nível I, Classe I, alterado pelo disposto no artigo 1º dessa lei, será aplicado, a partir de 1º de julho de 2006, o percentual de 28,47% (vinte e oito, vírgula quarenta e sete por cento), a título de reajuste, mantida a estrutura de cargos e vencimentos, níveis e classes, descritos nos artigos 5º e 6º da Lei Complementar nº 103.

Art. 3º Ao vencimento do Cargo de Professor Nível I, Classe I, alterado pelo disposto nos artigos 1º e 2º da presente lei, será aplicado, a partir de 1º de dezembro de 2006, o percentual de 22,16% (vinte e dois vírgula dezesseis por cento), mantida a estrutura de cargos e vencimentos, níveis e classes descritos nos artigos 5º e 6º da Lei Complementar nº 103.

Art. 4º Fica revogado o artigo 26 da Lei Complementar nº 103/04.

Art. 5º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) ANDRÉ VARGAS

#### Apoioamento:

Duílio Genari, Ângelo Vanhoni, Ratinho Júnior, Elton Carlos Welter, José Domingos Scarpellini, Luciana Rafagnin, Arlete Caramês, Marcos Isfer, Pedro Ivo Ilkiv, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Ademar Traiano, Durval Amaral, Reni Pereira, Padre Paulo Campos, Barbosa Neto, Elio Rusch, Plauto Miró Guimarães, Hermas Brandão, Cida Borghetti e Pastor Edson Praczyk.

#### JUSTIFICATIVA:

O inciso X do artigo 37 da Carta Magna garante a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

A argumentação de que a Lei Federal de Responsabilidade Fiscal impede o reajuste não procede porque a imposição de reajustar é da Constituição Federal e a lei não pode sobrepor.

Deixa-se claro que não se pretende aumento de salário, mas apenas reposição da inflação, garantia do mesmo salário, preservando-se o poder aquisitivo dos vencimentos, pois esta é a finalidade da norma constitucional. Com isso livra-se do governante, o administrador público da culpa, da ação ou omissão, da negligência ou imprudência por não reajustar o salário anualmente e por quebra do princípio de isonomia.

Explicando melhor os percentuais de 28,47% para junho/06 e 22,16% para dezembro de 2006.

Para que o professor tenha o mesmo salário do servidor Agente Profissional do QPPE, cujo cargo exige curso superior como o cargo de professor, é preciso que o salário do Nível Inicial da carreira do Professor, Nível I, Classe I, sofra um reajuste de 56,94%. Para que seja possível a presente lei garante 28,47% e 22,16%.

Fica garantida a isonomia de vencimento entre o Magistério e o nível Profissional do QPPE.

O impacto dessa equiparação nos gastos da receita corrente líquida é estimado em 1,77% em 2006 e 2,51% em 2007, com isso o comprometimento do gasto com pessoal/receita corrente líquida é estimado em 46,36% em 2006 (abaixo do limite prudencial de 46,55%). Esclarecendo que este percentual acima do limite prudencial é perfeitamente assimilado nas contas de 2008, dado o comportamento de crescimento da receita e gasto com pessoal observado nos últimos anos.

Saliente-se, ainda, que excluindo do gasto com pessoal com pensões, critérios usado pelo RS, SC, MG, o comprometimento do gasto com pessoal/receita corrente líquida tanto em 2006 como em 2007 fica bem abaixo do limite prudencial de 46,55% (42,36% em 2006 e 42,77% em 2007).

As tabelas elaboradas pelo DIEESE demonstram os impactos financeiros da equiparação salarial e a possibilidade de serem absorvidos dentro do limite prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A proposição tem por finalidade garantir a isonomia entre os servidores do Poder Executivo.

PROJETO DE LEI Nº 151/06  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Ficam instituídas as disciplinas de Filosofia e de Sociologia como disciplinas obrigatórias na grade curricular do Ensino Médio do Estado do Paraná.

Art. 2º A disciplina de Filosofia tem por objetivo consolidar a base humanista de formação do educando, propiciando-lhe capacidade para pensar e repensar de modo crítico o conhecimento produzido pela humanidade na sua relação com o mundo e a constituição de valores culturais, históricos e sociais, sendo, portanto, fundamental na construção e aprimoramento da cidadania.

Art. 3º A disciplina de Sociologia tem por objetivo consolidar a base humanista da formação de educando, propiciando-lhe capacidade para pensar e representar de modo crítico, o funcionamento da sociedade contemporânea, sendo, portanto, fundamental na construção e aprimoramento da cidadania.

Art. 4º A Secretaria de Estado da Educação, nas formas estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação, observando o disposto no artigo 2º e as Diretrizes

Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, fixado pelo Conselho Nacional de Educação, estabelecerá:

- I - o programa curricular e a proposta pedagógica;
- II - estabelecer a carga horária na grade disciplinar;
- III - promover a qualificação docente dos professores habilitados às disciplinas de Filosofia e Sociologia.

Art. 5º A Secretaria Estadual de Educação tomará as demais medidas necessárias à implementação desta lei.

Art. 6º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.03.06.

(a) ÂNGELO VANHONI

**JUSTIFICATIVA:**

É fato incontestável que a escola deve se constituir em instância social de valorização e promoção da cidadania de nossos adolescentes e jovens. A instituição escolar, como espaço de mediação formal na constituição de conhecimentos e acesso aos saberes historicamente produzido por sucessivas gerações, deve-se constituir em *locus* privilegiado para que os educandos e educandas aprendam os conteúdos básicos, além de prover o conhecimento elementar sobre a vida cultural, política e social do seu país. Neste mesmo sentido, deve estar empenhada na formação de valores éticos e morais nos espaços ou locais no qual cada indivíduo, e o coletivo desses, busca prover as condições materiais de sua existência individual e coletiva.

A aprendizagem desses conhecimentos e a formação de padrões, atitudes e valores se dá, prioritariamente, com base na aprendizagem das humanidades, entre as quais estão incluídas as disciplinas de Filosofia e de Sociologia.

A introdução das disciplinas de Filosofia e de Sociologia, como disciplinas obrigatórias, constitui ainda medida essencial para que o educando não seja apenas mero objeto da recepção de saberes, mas se constitua em sujeito da sua própria formação, adquirindo capacidade reflexiva no desenvolvimento de seu pensamento crítico e criativo. Condição necessária para a constituição da autonomia intelectual e da condição de cidadania efetiva.

**A Legislação Federal**

A Lei Federal 9.394/96 (LDB-EN) estabelece, em seu artigo 2º, que a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania e para o trabalho. Mais adiante, consagra em seu artigo 27, que os conteúdos curriculares da educação básica, que inclui o Ensino Médio, deverão observar, entre outras diretrizes, a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem-comum e à ordem democrática.

Especificamente em relação ao Ensino Médio, etapa final da educação básica, a lei em referência prevê que uma de suas finalidades consiste no aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação

ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico (inciso III, artigo 35). Por fim, ainda que de forma insatisfatória, o ensino de Filosofia consta vagamente no inciso III, parágrafo 1º, do artigo 36, que diz: domínio dos conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania.

#### **A Filosofia e Sociologia na Educação Brasileira**

Uma breve análise da história educacional em nosso país permite-nos compreender o porquê da importância do retorno da disciplina de Filosofia no Ensino Médio do Estado do Paraná.

Da instauração do regime militar de 1964, derivou a supressão das liberdades democráticas e as instituições de ensino, de diferentes níveis, viram-se amordaçadas com a nova legislação educacional (Leis nºs 5.540/68 e 5.692/71), que suprimiu do currículo, o ensino de Filosofia e Sociologia, substituindo-as pela inclusão de Educação Moral e Cívica, no Primeiro Grau, Organização Social e Política, Segundo Grau, e Estudos de Problemas Brasileiros, no ensino superior.

Instituiu-se ainda, o ensino de Estudos Sociais em substituição às disciplinas de História e Geografia e criaram-se os cursos superiores de licenciatura curta. O objetivo dessas medidas ditatoriais seria o de impedir o desenvolvimento de uma consciência crítica e reflexiva por parte dos alunos e silenciar os professores, cientistas sociais e filósofos, e conseqüentemente, garantir a obediência passiva dos cidadãos ao novo regime.

No processo de abertura do regime militar e no advento do governo civil, vários intelectuais e educadores colocaram-se claramente à favor do retorno das disciplinas de Ciências Humanas ao currículo escolar, à luta pelo fim dos Estudos Sociais e instauração do ensino de História e Geografia na escola básica.

É necessário colocar um fim definitivo nesta triste realidade que um dia recaiu sobre o ensino brasileiro e que subsiste mesmo em meio às mudanças introduzidas pela nova legislação educacional brasileira. Qualquer que seja a futura opção do aluno em sua vida profissional, o certo é que o educando, como pessoa e cidadão, necessita da aprendizagem da Filosofia e da Sociologia para o desenvolvimento de uma consciência cidadã, para sua melhor inserção crítica, seja no mundo do trabalho, seja na sociedade como um todo.

É neste contexto que apresentamos este projeto de lei, visando introduzir na grade curricular do Ensino Médio, a obrigatoriedade da aprendizagem da Filosofia e da Sociologia como disciplinas indispensáveis na formação cidadã de nossos adolescentes e jovens que frequentam a rede escolar do nosso Estado.

#### **Da Situação Atual**

Resolução da Câmara de Educação Básica (CEB) do Conselho Nacional de Educação nº 3, de 26 de junho de 1998, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (DCN-EM) estabelece que:

*Art. 10. A base nacional comum dos currículos do ensino médio será organizada em áreas de conhecimento, a saber:*

*§ 2º As propostas pedagógicas das escolas deverão assegurar tratamento interdisciplinar e contextualizado para:*

*b) conhecimentos de filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania.*

Os parâmetros curriculares nacionais para o Ensino Médio estabelece tanto a Sociologia como a Filosofia, como blocos de conteúdos no interior da área III - Ciências Humanas e suas Tecnologias. Portanto, os PCNs ampliam o papel da filosofia e sociologia para além de tratamento interdisciplinar e contextualizado.

A maioria das Secretarias de Estado da Educação implementaram a Filosofia e a Sociologia como disciplinas obrigatórias em suas grades curriculares. Assim como uma grande parte de escolas particulares que oferecem o Ensino Médio.

A Secretaria de Estado da Educação, em concordância e consonância com esta concepção, implantou as disciplinas de Filosofia e Sociologia, respeitando as DCN-EM. A Seed, corrente com esta proposta desenvolveu, e desenvolve um esforço significativo para implementação das diretrizes curriculares para essas disciplinas e também promovendo atividades de qualificação docente, entre outras iniciativas.

No entanto, trata-se de uma ação de governo, que pode vir a ser revogada por iniciativa de futuros governantes. E, pelo exposto, a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná precisa garantir um direito e uma necessidade da população paranaense e resguarda uma luta histórica dos professores e professoras de Filosofia e Sociologia.

### **PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 150/06**

A Assembléia Legislativa do

Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

#### **Capítulo I**

Das Disposições Preliminares

**Art. 1º** Esta lei complementar consolida os princípios e normas estabelecidos no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná, nos termos da legislação vigente.

**Art. 2º** Para efeitos desta lei, o Quadro dos Funcionários da Educação Básica é formado pelos cargos de Agente Educacional I e II, cujos ocupantes exercem as funções de manutenção de infra-estrutura, alimentação escolar, interação com o educando, administração e operação de multimeios, enquanto educadores.

## Capítulo II

### Dos Princípios e Garantias

Art. 3º O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná objetiva o aperfeiçoamento profissional contínuo e a valorização do funcionário mediante remuneração digna e, por consequência, a melhoria do desempenho e da qualidade dos serviços prestados à população do Estado do Paraná, baseado nos seguintes princípios e garantias:

I - valorização dos funcionários da educação básica, reconhecendo a importância da carreira pública e de seus agentes;

II - desenvolvimento profissional dos funcionários da Educação Básica;

III - promoção da educação visando ao pleno desenvolvimento da pessoa e seu preparo para o exercício da cidadania;

IV - liberdade de ensinar, aprender, pesquisar e expressar o pensamento, a arte e o saber, dentro dos ideais da democracia;

V - gestão democrática do ensino público estadual;

VI - vencimento digno e desenvolvimento na carreira mediante merecimento, formação e qualificação profissional;

VII - oportunidade de formação e qualificação profissional, proporcionando uma postura de educador;

VIII - definição de atribuições específicas para o exercício de cada função e qualificação profissional dentro de cada área de atuação.

## Capítulo III

### Dos Conceitos Fundamentais

Art. 4º Para efeito desta lei entende-se por:

I - **Cargo**: centro unitário e indivisível de competência e atribuições, criado por lei, com denominação própria, em número certo e remuneração paga pelo Poder Público, provido e exercido por um titular, hierarquicamente localizado na estrutura organizacional do serviço público;

II - **Vencimento Básico**: retribuição pecuniária pelo exercício de cargo na Rede Estadual de Ensino, correspondente à natureza das atribuições e requisitos de habilitação, profissionalização e qualificação;

III - **Remuneração**: vencimento de cargo na Rede Estadual de Ensino, acrescido dos adicionais e das gratificações estabelecidas em lei;

IV - **Carreira**: conjunto de níveis e classes que define a evolução funcional e remuneratória do funcionário, de acordo com a complexidade de atribuições e grau de responsabilidade;

V - **Tabela**: conjunto de matrizes de vencimento referente a cada cargo;

VI - **Classe**: divisão de cada nível em unidades de progressão funcional;

VII - **Nível**: divisão da carreira segundo o grau de escolaridade ou formação profissional;

VIII - **Evolução Funcional**: é o desenvolvimento do funcionário na carreira;

IX - **Função**: conjunto dos direitos, obrigações e atribuições do funcionário em sua atividade funcional;

X - **Quadro**: conjunto de cargos de provimento efetivo, escalonados em níveis e classes.

## Capítulo IV

### Da Estrutura de Cargos e Carreiras

Art. 5º O Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná é integrado pelos cargos de Agente Educacional I e Agente Educacional II, conforme descrição de cargos constante do Anexo I, com suas respectivas carreiras.

Art. 6º O cargo de Agente Educacional I terá suas atribuições nas seguintes funções:

I - manutenção de infra-estrutura;

II - alimentação escolar;

III - interação com o educando.

Parágrafo único - Para o ingresso no cargo de Agente Educacional I é exigido ensino fundamental completo.

Art. 7º O cargo de Agente Educacional II terá suas atribuições nas seguintes funções:

I - administração;

II - operação de multimeios;

Parágrafo único. Para o ingresso no cargo de Agente Educacional II é exigido ensino médio completo.

Art. 8º Os cargos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná são divididos em níveis e classes, de acordo com a tabela de vencimentos integrante do Anexo II.

§ 1º O cargo de Agente Educacional I é composto pelos níveis I, II e III, aos quais estão associados critérios de escolaridade ou formação profissional, com a diferença de 56,21% entre os níveis.

§ 2º O cargo de Agente Educacional II é composto pelos níveis I, II e III, aos quais estão associados critérios de escolaridade, formação profissional e habilitação, com a diferença de 57,67% entre os níveis.

§ 3º Cada um dos níveis descritos nos parágrafos 1º e 2º deste artigo é composto de onze classes designadas pelos números de 1 (um) a 12 (doze), associadas a critérios de avaliação de desempenho e participação em atividades de atualização, capacitação e qualificação profissional.

§ 4º Em um mesmo nível haverá uma diferença percentual de 4% (quatro por cento) entre uma classe e outra, de modo que a classe 2 de cada nível corresponda ao valor da classe 1 acrescido de 4% (quatro por cento), e

assim sucessivamente, até a classe 12, que corresponde ao valor da classe 11 acrescido de 4% (quatro por cento).

## **Capítulo V**

### **Do Provimento e Desenvolvimento na Carreira**

#### **Seção I**

##### **Do Ingresso**

Art. 9º Os cargos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná são acessíveis aos brasileiros natos ou naturalizados, que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo o ingresso na primeira classe do nível inicial de vencimento do respectivo cargo, atendidos os requisitos de qualificação profissional e habilitação por concurso público de provas ou de provas e títulos.

§ 1º No edital do concurso referido no caput deste artigo, deverá constar o número de vagas a serem providas.

§ 2º As exigências inerentes ao cargo deverão estar satisfeitas e apresentadas até a data da nomeação, sendo desnecessário apresentá-las por ocasião da inscrição no concurso.

Art. 10. Em caso de vacância, os cargos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da Rede Pública Estadual do Paraná deverão ser supridos por concurso público.

Art. 11. É assegurada aos candidatos com deficiência a reserva de vagas oferecidas no concurso público para provimento no cargo de Agente Educacional I e II, conforme estabelecido em lei.

Art. 12. É assegurada aos candidatos afro-descendentes a reserva de vagas oferecidas no concurso público para provimento no cargo de Agente Educacional I e II, conforme estabelecido em lei.

#### **Seção II**

##### **Do Estágio Probatório**

Art. 13. O estágio probatório é o período de 03 (três) anos de efetivo exercício, durante o qual os Agentes Educacionais I e II são avaliados para atingir a estabilidade no cargo para o qual foram nomeados.

§ 1º Durante o estágio probatório serão proporcionados meios para a integração e o desenvolvimento das potencialidades do funcionário em relação ao interesse público, com o objetivo de inseri-lo na estrutura e organização do Sistema Educacional e da Administração Pública.

§ 2º Cabe à Secretaria de Estado da Educação garantir os meios necessários para acompanhamento e avaliação dos Agentes Educacionais I e II em estágio probatório.

§ 3º Em caso de reprovação na avaliação, o funcionário será exonerado, mediante processo administrativo, com garantia do contraditório e ampla defesa.

## **Seção III**

### **Da Promoção e da Progressão na Carreira**

Art. 14. A promoção na carreira é a passagem de um nível para outro mediante grau de escolaridade, formação profissional e habilitação:

I - será promovido para o nível II, na mesma classe em que se encontra na carreira, o Agente Educacional I de nível I que obtiver a conclusão do ensino médio;

II - será promovido para o nível III, na mesma classe em que se encontra na carreira, o Agente Educacional I de nível II, que obtiver a conclusão de curso de formação profissional técnica correlato à função de atuação, com carga horária definida nos termos da regulamentação vigente;

III - será promovido para o nível II, na mesma classe em que se encontra na carreira, o Agente Educacional II de nível I que obtiver a conclusão de curso de formação profissional técnica correlato à função de atuação, com carga horária definida nos termos da regulamentação vigente;

IV - será promovido para o nível III, na mesma classe em que se encontra na carreira, o Agente Educacional II de nível III que obtiver graduação de ensino superior em área correlata à sua função de atuação ou na área da educação.

Parágrafo único - As promoções previstas nos incisos deste artigo ocorrerão a qualquer tempo e serão efetivadas mediante requerimento do funcionário, devidamente instruído, sendo que, uma vez deferido, a remuneração correspondente será paga retroativamente à data do protocolo.

Art. 15. A progressão na carreira é a passagem de uma classe para outra, dentro do mesmo nível, e ocorrerá mediante a combinação de critérios específicos de avaliação de desempenho, e participação em atividades de atualização, capacitação e qualificação profissional relacionadas à sua função.

§ 1º A avaliação de desempenho deve ser compreendida como um processo permanente, em que o funcionário tenha a oportunidade de analisar a sua prática, percebendo seus pontos positivos e visualizando caminhos para a superação de suas dificuldades, possibilitando, dessa forma, seu crescimento profissional.

§ 2º A qualificação profissional, visando a valorização do funcionário e a melhoria da qualidade do serviço público, ocorrerá com base no levantamento prévio das necessidades, de acordo com o processo de capacitação desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação ou por iniciativa do funcionário, atendendo com prioridade a sua integração, atualização e aperfeiçoamento.



§ 3º A cada interstício de 02 (dois) anos, o funcionário poderá progredir até 02 (duas) classes, sendo 01 (uma) correspondente à obtenção de conceito satisfatório em avaliação de desempenho, e 01 (uma) correspondente à participação em atividades de atualização, capacitação e qualificação profissional, com carga horária total de no mínimo 40 (quarenta) horas e critérios estabelecidos por meio de resolução.

§ 4º O funcionário terá direito à progressão na carreira na data de 1º de maio.

§ 5º A Secretaria de Estado da Educação garantirá os meios para progressão do funcionário.

Art. 16. Fica assegurada a participação certificada do funcionário convocado para atividades de formação, atualização, capacitação e qualificação profissional promovidas ou previamente autorizadas pela Secretaria de Estado da Educação, sem prejuízo funcional e remuneratório.

Art. 17. O funcionário terá direito a promoção e progressão na carreira após o cumprimento do estágio probatório, desde que não esteja aposentado, em disponibilidade ou em licença sem vencimentos para trato de interesse particular.

Art. 18. Não poderá ser utilizado o mesmo certificado, título ou comprovante de realização de atividades de formação, atualização, capacitação e qualificação profissional para mais de uma forma de avanço na carreira, seja por promoção ou progressão.

## **Capítulo VI**

### **Da Remuneração**

Art. 19. Remuneração é a retribuição pecuniária pelo exercício do cargo de Agente Educacional I e II da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, que compreende o vencimento, valor correspondente ao nível e à classe em que se encontra na carreira, acrescido do adicional por tempo de serviço e de gratificações previstas em lei.

Parágrafo único. Sobre o montante da remuneração incidirá contribuição previdenciária mensal, para efeitos de recebimento de proventos de aposentadoria.

Art. 20. O funcionário perceberá adicional por tempo de serviço, nos termos da Lei 6.174/1970.

Art. 21. Será concedida gratificação para o funcionário no exercício da função de Diretor e Diretor Auxiliar de estabelecimento de ensino, com valor equivalente ao percebido pelo professor da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, nos termos da Lei Complementar nº 103/2004.

## **Capítulo VII**

### **Do Regime de Trabalho e das Férias**

Art. 22. O cargo do Funcionário da Educação Básica será de 40 (quarenta) horas semanais.

§ 1º O funcionário poderá ter sua carga horária reduzida para 30 (trinta) ou 20 (vinte) horas semanais, por acordo que contemple o interesse da educação, definido pela Secretaria de Estado da Educação, e a anuência do funcionário, mediante adequação proporcional da sua remuneração à carga horária trabalhada.

§ 2º A redução da carga horária, de ofício, ocorrerá somente quando não houver possibilidade do funcionário atuar na Rede Estadual de Educação Básica, por ausência de demanda.

§ 3º O funcionário que teve sua carga horária reduzida poderá retornar à carga horária de 40 (quarenta) horas, com adequação proporcional do seu vencimento, desde que haja demanda e compatibilidade de horário.

§ 4º Fica assegurada a redução da carga horária do funcionário, para estudos, nos termos deste artigo, com vencimento proporcional à carga horária trabalhada, mediante requerimento que indique o período de redução, protocolado com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

§ 5º Terminado o período de redução da carga horária solicitado pelo funcionário, na hipótese do parágrafo 4º deste artigo, fica assegurado seu retorno automático à carga horária anterior.

Art. 23. O funcionário da Educação Básica fará jus a 30 (trinta) dias consecutivos de férias por ano, nos termos da Lei nº 6.174/70.

## **Capítulo VIII**

### **Das Disposições Gerais, Transitórias e Finais**

#### **Seção I**

##### **Das Disposições Gerais**

Art. 24. Ficam criados 20 (vinte) mil cargos de Agente Educacional I e 15 (quinze) mil cargos de Agente Educacional II para compor a Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, a serem oportunamente preenchidos, mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.

Art. 25. Fica assegurado ao Agente Educacional I e II, em disponibilidade funcional para desempenho de mandato eletivo em sindicato ou associação de classe, o direito de promoção e progressão na carreira e retorno à lotação de origem.

Art. 26. Os funcionários integrantes do Quadro Próprio do Poder Executivo - QPPE, regidos pela Lei nº 13.666/2002, com alterações dadas pela Lei nº 14.590/2004, em exercício na Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, ficam enquadrados no presente plano de carreira, no nível correspondente à sua escolaridade, formação ou habilitação, da seguinte forma:

I - os atuais ocupantes do cargo de Agente de Apoio ficam enquadrados no cargo de Agente Educacional I, na classe com vencimento imediatamente superior ao montante da sua remuneração no QPPE;

II - os atuais ocupantes do cargo de Agente de Execução ficam enquadrados no cargo de Agente Educacional II, na classe com vencimento imediatamente superior ao montante da sua remuneração no QPPE.

§ 1º O candidato aprovado no concurso público de Agente de Apoio ou Agente de Execução, nos termos da Lei 13.666/2002, para prestar serviço na Rede Estadual de Educação Básica do Paraná, será investido no cargo de Agente Educacional I ou Agente Educacional II, respectivamente, nos termos desta lei complementar.

§ 2º Ficam ressalvados do enquadramento no presente plano de carreira os funcionários ocupantes do cargo de Agente de Apoio e Execução, do Quadro Próprio do Poder Executivo, com escolaridade de nível superior e que se subsumem à hipótese de enquadramento prevista na Lei 14.590/2004.

Art. 27. O funcionário que se encontrar, à época da implantação do presente plano de carreira, em licença sem vencimentos para trato de interesse particular, será enquadrado por ocasião da sua reassunção, nos termos desta lei complementar.

## Seção II

### Das Disposições Transitórias

Art. 28. Para garantir os direitos previstos nesta lei, cuja eficácia dependa de resolução, utiliza-se analogia às normas regulamentares aplicadas aos professores da Rede Estadual de Educação Básica do Paraná.

Art. 29. Para ingresso no cargo de Agente Educacional I, no primeiro concurso público a ser realizado nos termos desta lei, será admitida escolaridade de ensino fundamental incompleto, 4ª série completa.

Parágrafo único. O funcionário que ingressar no cargo de Agente Educacional I sem o ensino fundamental completo, nos termos do *caput* deste artigo, deverá concluir o ensino fundamental até o final do período do estágio probatório, sob pena de exoneração do cargo.

Art. 30. Participará do primeiro procedimento de progressão e promoção na carreira o funcionário em estágio probatório que tenha prestado serviço ao Estado do Paraná, contratado pela CLT, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, bem como pelo Serviço Social Autônomo Paranaeducação e os contratados em regime especial mediante processo seletivo simplificado, desde que, somando todo o tempo de serviço prestado nessas condições, tenha trabalhado pelo menos 3 (três) anos até a data de sua promoção ou progressão previstas na presente lei complementar.

## Seção III

### Das Disposições Finais

Art. 31. O Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Quadro dos Funcionários da Educação Básica da

Rede Pública Estadual do Paraná será implantado de acordo com as normas estabelecidas nesta lei complementar.

Art. 32. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 33. Esta lei complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 29.03.06

(a) ANDRÉ VARGAS

Apoioamento:

Duílio Genari, Arlete Caramês, José Domingos Scarpellini, Ângelo Vanhoni, Luciana Rafagnin, Elton Carlos Welter, Tadeu Veneri, Marcos Isfer, Ratinho Júnior, Reni Pereira, Pedro Ivo Ilkiv, Hermas Brandão, Renato Gaúcho, Durval Amaral, Ademar Traiano, Padre Paulo Campos, Elio Rusch, Plauto Miró Guimarães, Barbosa Neto, Cida Borghetti e Pastor Edson Praczyk.

### JUSTIFICATIVA

A qualidade na educação e valorização dos seus profissionais constituem um binômio, cujo resultado é fator preponderante para o desenvolvimento humano, político, econômico e social. A dívida social brasileira com os trabalhadores da área educacional, remonta a meados do século passado, a partir do momento em que a Educação Pública no ensino fundamental passou a expandir, sem que os recursos suficientes fossem assegurados. As promissoras taxas de atendimento educacional nesta etapa de ensino, para a idade de sete a catorze anos, tem sido possível, graças aos penosos esforços destes trabalhadores, sem, contudo, disporem dos elementos basilares da valorização a qual perpassam três eixos interligados entre si: formação, carreira e remuneração.

Sob esta ótica, a APP-Sindicato propôs um Plano de Carreira unificado para professores e funcionários de escolas. Ao aprovar o Plano de Carreira específico para os professores, o Governo do Estado comprometeu-se em viabilizar estudos para a implementação de um Plano de Carreira para os Funcionários das Escolas Públicas Estaduais. Para tanto, instituiu-se a comissão paritária SEED/APP-Sindicato, nomeada pela Resolução 443/04, do Secretário de Estado da Educação. A comissão, ao final dos trabalhos, concluiu pela necessidade premente da instituição do Quadro de Carreira dos Funcionários de Escolas, vinculado à Educação, ou seja, um Plano de Carreira dos Funcionários de Escolas na Educação, que ora apresentamos.

Esta necessidade justifica-se pelo entendimento de que o desempenho das funções desses profissionais em nossas escolas é o de educar, diferentemente do trabalho prestado por funcionários em outras Secretarias de Estado, também lotados no QPPE - Quadro Próprio do Poder Executivo, que não exercem a função educadora em seus locais de trabalho.

O Governo Federal vem realizando um trabalho de valorização dos Funcionários de Escolas. O MEC, através do CNE - Conselho Nacional de Educação, criou a 21ª Área Profissional que compreende os trabalhadores em educação, funcionários de escola. Na sequência o MEC implementou o Curso Profissional Técnico em Educação - Profissionais, e a SEED - Secretaria de Estado da Educação implantou 38 turmas no Paraná em março de 2006.

É imperioso que o trabalhador que atua na educação seja funcionário de carreira, lotado em quadro próprio da Educação, com formação e qualificação específica, voltadas ao atendimento das necessidades educacionais. A educação, enquanto serviço público, desenvolve-se e aperfeiçoa-se mediante formação continuada dos profissionais que nela atuam. Para tanto, é imprescindível que não apenas os professores, mas também os funcionários tenham vínculo estável com a rede pública e, por consequência, compromisso com a Educação; através de Plano de Carreira no quadro da Educação pública.

Para desempenho de atividades-fim do Estado, como é o caso dos funcionários da educação, o Paraná, no âmbito do Poder Executivo conta com carreiras específicas, como as carreiras de professores, procuradores e advogados, fiscais de renda, funcionários do Iapar, da UEL, da UEM, da Unioeste, da UEPG, da Unicentro, policiais militares, policiais civis e da Polícia Científica, como desdobramento do Plano de Carreira da Política Civil.

O QPPE foi instituído para reorganizar o quadro administrativo de funcionários do Estado do Paraná, em julho de 2002. Nesse contexto, prevê a existência da função administrativa de Agente de Apoio, cargo com complexidade de nível fundamental e de Agente de Execução, de nível médio. Nessas funções, o funcionário do QPPE deve estar lotado nos órgãos da administração pública central, seja nas secretarias ou nas autarquias estaduais. Tanto é assim que tais cargos são de atribuições genéricas e atendem a todas as Secretarias de Estado, indistintamente. Para isso, é necessária a flexibilidade que o QPPE confere, no sentido de possibilitar a remoção do funcionário de um órgão para outro. Por exemplo, o agente de apoio que exerce a função de auxiliar administrativo, com atribuições de registro de protocolos, arquivos, fotocópias, entre outras, pode desenvolvê-las tanto na Secretaria da Administração quanto na Secretaria do Planejamento ou da Fazenda.

Por outro lado, o quadro não foi preconizado para atender a Educação Básica, especificamente. A função de Agente Educacional ou cargo similar voltado para a educação, de fato, não existe no QPPE. E nem era esse o objetivo quando da sua instituição, já que tal necessidade seria suprida com a privatização.

Diante dessa análise, há tempo os educadores debatem na educação a necessidade da carreira dos funcionários.

### **Da proposta**

Na proposta ora apresentada de uma carreira para os funcionários da Educação, tem-se o cargo de Agente Educacional I, que exerce as funções de Manutenção de Infra-estrutura, Alimentação Escolar ou Interação com o Educando e o cargo de Agente Educacional II, que exerce as funções de Administração Escolar e Operação de Multimeios Didáticos.

O Agente de Manutenção de Infra-estrutura é o profissional que se preocupa não apenas com a execução da limpeza, mas também com o processo educativo e cultural em que alunos e professores tenham consciência da necessidade de conservação do espaço escolar e do meio ambiente. Esse funcionário é, portanto, educador quando ensina a conservar a limpeza e organização da escola, a não destruir o patrimônio público e a zelar pela higiene, demonstrando, com isso, uma ampliação de sua atuação, que não é apenas a de varrer a sala de aula. Ele se envolve com a infra-estrutura organizacional e com o meio ambiente escolar. Proporciona a conservação da estrutura fazendo, constantemente, os reparos necessários.

O Agente Educacional I com função de Alimentação Escolar, por sua vez, é o responsável pelo que se convencionou de merenda escolar. Sua responsabilidade nesse jaez, transcende a mera atribuição de preparar o alimento. É imprescindível que exista um profissional na escola com formação específica em alimentação escolar, capaz de aprimorar a qualidade do serviço, mediante a preparação de cardápios balanceados associada ao melhor aproveitamento dos alimentos. Com efeito, trata-se de tema de suma importância na realidade atual em que a sociedade vem sofrendo os efeitos do descaso com a alimentação, desde a idade escolar. Aumentam progressivamente os índices de doenças decorrentes da má alimentação, como hiperglicemia, colesterol alto, obesidade mórbida, gastroenterite, intoxicação alimentar e até mesmo a subnutrição. Com a função específica de alimentação escolar, desempenha por um funcionário da educação, será viável e conveniente integrar o programa da merenda escolar ao de produção orgânica de alimentos, sem a adição de agrotóxicos, conservantes, estabilizantes ou de produtos transgênicos; estabelecer em convênios com outros entes para construir hortas escolares ou comunitárias; em suma, investir na formação e qualificação do funcionário responsável pela alimentação escolar, como forma de educação para a vida, além dos espaços da sala de aula.

O profissional que exerce função de Interação com o Educando também é educador. Afinal, exerce contato direto com os estudantes. Desde a chegada dos educandos no estabelecimento de ensino, durante o período de atividades escolares, até o término das aulas, o aluno se dirige a esse agente educacional sempre que há qualquer problema. Nesse sentido, fica atento a todo desvio de comportamento que possa vir a ocorrer na escola, ajudando na prevenção de desavenças, de uso de drogas, inclusive orientando para que o aluno se envolva nas ati-

vidades escolares. Para tanto, é imprescindível que esse profissional seja capacitado para lidar com situações de conflito, de risco e até mesmo com questões emocionais que possam prejudicar o processo ensino-aprendizagem.

Agente Educacional II que exerce a função de Administração Escolar, além de ter em suas mãos a vida escolar dos alunos, tem um papel de proporcionar um ambiente acolhedor onde a comunidade escolar sinta-se parte integrante da estrutura da escola. Afinal, é à secretaria da escola que todos os pais e alunos dirigem-se quando realizam matrículas, procuram informações ou apresentam seus questionamentos. Sua função, portanto, ultrapassa a atividade meramente burocrática, revestindo-se também de caráter educativo.

O Agente Educacional II, que opera Multimeios Didáticos, é o profissional responsável pela biblioteca, videoteca, laboratórios (física, química, biologia e informática), planejando projetos de cultura, registro histórico da comunidade escolar e estimulando a leitura, logo, deve conhecer o ambiente em que atua e estar à disposição dos educandos e professores para aconselhar o uso de determinado recurso didático, o que caracteriza sua função educacional.

Com essas especificidades dos cargos dos funcionários da Educação previstas em lei, esse profissional vai se somar ao professor para melhor consolidar uma atuação educativa transformadora dentro e fora da sala de aula.

O Plano de Carreira que agora apresentamos, possibilita aos funcionários qualificação e profissionalização para ascensão na carreira, o que estabelece a melhoria na Educação Pública.

### **Impacto Financeiro**

Este Plano de Carreira apresenta a mesma tabela de vencimentos do QPPE, atualizada pela Mensagem 007/06, encaminhada à Assembléia Legislativa pelo Executivo e aprovada por esta Casa de Leis recentemente.

## **Anexo II**

Descrição do Cargo Permanente do Quadro Administrativo da Rede Pública Estadual de Ensino

### **CARGO: AGENTE EDUCACIONAL I**

**Atribuição por Função:** Manutenção de Infra-estrutura Escolar

#### **Descrição Sumária**

Realiza serviços de conservação, manutenção e limpeza em geral; recebe e entrega documentos, correspondências e objetos; encaminha pessoas aos diversos setores da Instituição.

#### **Descrição Detalhada**

- Executar serviços internos e externos, recebendo ou entregando documentos, mensagens ou objetos, assinando ou solicitando protocolos para comprovar a execução do serviço;
- cooperar no encaminhamento do público aos diversos setores da Instituição, acompanhando ou prestando informações;

- servir água, café e lanche, preparando-os quando necessário;

- zelar pelo ambiente de trabalho varrendo, lavando, espanando e mantendo a ordem e segurança dos equipamentos;

- efetuar serviços de embalagem, arrumação, transporte e remoção de móveis, máquinas, pacotes, caixas e materiais diversos;

- coletar o lixo dos depósitos, para depositá-lo na lixeira ou incinerador;

- abrir e fechar portas e janelas da instituição nos horários regulamentares, responsabilizando-se pela entrega das chaves;

- participar de reuniões, encontros, seminários, congressos e cursos na sua área de atuação;

- efetuar outras tarefas correlatas ao cargo;

- manutenção de hortas, jardins com desenvolvimento auto sustentável;

- abastecer máquinas e equipamentos e efetuar limpeza periódica, garantindo condições apropriadas ao bom funcionamento;

- zelar pelo ambiente de trabalho varrendo, lavando-o espanando e mantendo a ordem e segurança do equipamento;

- coletar o lixo dos vários ambientes do estabelecimento, dando-lhe o correto destino;

- cuidar do material de uso, não esbanjando e mantendo-o em boas condições para o trabalho;

- executar serviços internos e externos do edifício escolar através de pequenos reparos;

- executar pequenos reparos em carteiras, armários, equipamentos, etc;

- fazer a manutenção de jardins, mantendo-os em seu perfeito estado e asseio;

- receber, estocar e controlar o material de consumo relativo a sua função;

- cuidar do material de uso, não esbanjando e mantendo em boas condições para o trabalho;

- participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria (desde que autorizado pela Direção) no intuito de aprimoramento profissional.

#### **Requisitos**

Instrução: Ensino Fundamental completo.

### **Cargo: AGENTE EDUCACIONAL I**

**Atribuição por Função:** Agente de Alimentação Escolar

#### **Descrição Sumária**

Realizar tarefas auxiliares de natureza simples, inerentes ao preparo e distribuição de merendas, selecionando alimentos, preparando refeições e distribuindo-as ao aluno, para atender ao Programa de Merenda Escolar.

#### **Descrição Detalhada**

- Executar, sob orientação as tarefas relativas à preparação da merenda escolar, refeições balanceadas de acordo com o cardápio pré-estabelecido;

- exercer vigilância técnica sobre a condimentação e cocção dos alimentos, manter livre de contaminação ou de deterioração e selecionar gêneros alimentícios, quanto à quantidade, qualidade e estado de conservação;

- zelar para que o equipamento e material da cozinha esteja sempre em perfeitas condições de utilização, higiene e segurança;

- servir a merenda em utensílios próprios e colaborar para que os alunos desenvolvam hábitos sadios de alimentação - operar com fogões, aparelhos de preparação ou manipulação de gêneros alimentícios, refrigeração e outros;

- executar outras atividades semelhantes;

- fazer acompanhamento em horticultura;

- zelar pela boa organização da copa, limpando-a guardando os utensílios e mantendo a ordem e higiene do local;

- cuidar do material de uso, não esbanjando e mantendo os produtos bem conservados;

- receber, estocar e controlar o material de consumo do setor sob sua responsabilidade, solicitando à Direção reposição quando necessário;

- atender os alunos, professores e demais interessados prestando informações e dando orientações;

- recolher, lavar e guardar utensílios da merenda, encarregando-se da limpeza geral da cozinha e do refeitório;

- participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria (desde que autorizado pela Direção) no intuito de aprimoramento profissional.

#### **Requisitos**

Instrução: Ensino Fundamental completo.

#### **CARGO: AGENTE EDUCACIONAL I**

**Atribuição por Função:** Interação com o educando

##### **Descrição Sumária**

Atividades de nível médio, de relativa complexidade, envolvendo a execução de tarefas próprias de estabelecimento de ensino.

##### **Descrição Detalhada**

- Coordenação da movimentação de alunos no estabelecimento de ensino, entrada e saída, durante as aulas - auxiliar a direção da escola na coordenação de turno;

- encaminhar e acompanhar os alunos quando da realização de atividades extraclasse e extracurriculares;

- subsidiar as atividades curriculares e extracurriculares, viabilizando o uso de material didático-pedagógico;

- receber e entregar correspondência interna e externa;

- acompanhar os alunos quando solicitado pela direção;

- orientar o acesso da comunidade escolar e visitantes nas dependências da escola;

- auxiliar o professor na sala de aula quando designado pela Direção e ou Equipe Pedagógica;

- encaminhar à direção da escola situações que coloquem em risco a segurança dos alunos;

- desenvolver junto ao educando hábitos de higiene, boas maneiras, de educação informal, de saúde e orientar no sentido de despertar senso de responsabilidade;

- zelar pela manutenção e conservação dos aparelhos e equipamentos existentes na escola;

- auxiliar no transporte, organização e instalação de equipamentos ou material didático pedagógico

- outras tarefas semelhantes;

- participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado ou por iniciativa própria (desde que autorizado pela Direção) no intuito de aprimoramento profissional;

- executar serviços internos e externos, recebendo ou entregando documentos, mensagens ou objetos, assinando ou solicitando protocolos para comprovar a execução de serviço.

#### **Requisitos**

Instrução: Ensino Fundamental completo.

#### **CARGO: AGENTE EDUCACIONAL II**

**Atribuição por Função:** Ações administrativas escolares

##### **Descrição Sumária**

Atividades de nível médio, de relativa complexidade, envolvendo a execução de tarefas próprias de estabelecimento de ensino.

##### **Descrição Detalhada**

- Preparar, coordenar e supervisionar as atividades administrativas e de secretaria dos estabelecimentos de ensino;

- manter em dia a escrituração, boletins estatísticos, lavrar e assinar atas, receber, redigir e expedir correspondências em geral dos estabelecimentos de ensino;

- elaborar e distribuir boletins de notas, histórico escolar e outros similares;

- lavrar termo de abertura e encerramento dos livros de escrituração dos estabelecimentos de ensino;

- redigir e subscrever, de ordem da direção, editais de chamada, matrículas e outros similares;

- classificar, protocolar e arquivar papéis, documentos e correspondências, registrando entrada, saída e movimentação de expedientes;

- manter atualizados os assentamentos referentes ao corpo docente e discente;

- organizar e manter atualizados prontuários de legislação referente ao ensino;

- receber, conferir e distribuir material necessário ao trabalho, de acordo com as normas pré-determinadas;

- manter atualizado o registro de material de consumo, efetuar tombamento de material permanente, registrando os dados e avarias;

- executar trabalho de mecanografia e reprografia;

- executar outras tarefas similares;

- manipular dados estatísticos junto à equipe pedagógica para avaliação e acompanhamento do ensino aprendizagem, consultar regimento escolar

- dar atendimento a professores, funcionários, alunos e demais pessoas no que lhe compete;
- cumprir e fazer cumprir as obrigações inerentes a atividades administrativas da Secretaria (matrícula, transferência, adaptação, classificação e reclassificação, aproveitamento de estudos, conclusão de cursos);
- preencher documentos escolares oficiais como Ficha Individual, Histórico Escolar, Boletins, Certificados, Diplomas e outros garantindo sua idoneidade;
- organizar e conservar o arquivo ativo e inativo da escola;
- manter sigilo quanto a vida escolar dos alunos e vida profissional de servidores do estabelecimento;
- atender e efetuar chamadas telefônicas relativas a demanda da escola;
- analisar o expediente e submetê-lo ao despacho do diretor e também apresentar a este toda a documentação a ser assinada, em tempo hábil;
- acompanhar e preparar relatórios de frequência;
- executar serviços auxiliares diversos relativos ao apoio financeiro, contábil e patrimonial do estabelecimento;
- manipular dados estatísticos para avaliação e acompanhamento do ensino-aprendizagem;
- manter atualizado o registro de material de consumo, efetuar tombamento de material permanente, registrando os dados e avarias;
- participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria (desde que autorizado pela Direção) no intuito de aprimoramento profissional;
- apresentar ao Diretor, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados;
- comunicar à Direção toda e qualquer irregularidade que venha a ocorrer na Secretaria;
- cumprir e fazer cumprir as determinações aprovadas pelo colegiado da escola aprovados em instâncias deliberativas com participação coletiva.
- coordenar e supervisionar as atividades administrativas referentes à matrícula, transferência, adaptação e conclusão de curso;
- elaborar relatórios e processos a serem encaminhados às autoridades competentes;
- organizar e manter em dia a coletânea de leis, regulamentos, diretrizes, ordens de serviço, circulares, resoluções e demais documentos;
- organizar e manter em dia o protocolo, o arquivo escolar e o registro de assentamento dos alunos, de forma a permitirem, em qualquer época, a verificação da identidade e da regularidade da vida escolar dos alunos e da autenticidade dos documentos escolares;
- repassar os conhecimentos e manter atualizada as orientações sobre documentação escolar;
- zelar pelo uso adequado e conservação dos bens materiais distribuídos à secretaria;

- manter sigilo quanto a vida escolar dos alunos e vida profissional de servidores do estabelecimento;
- participar e secretariar reuniões quando solicitado;
- conhecer a legislação que rege o registro de toda a documentação de alunos;
- manter atualizados os assentamentos referentes ao corpo docente.

**Requisitos**

Instrução: Ensino Médio completo.

**CARGO: AGENTE EDUCACIONAL II**

**Atribuição por função:** Multimeios escolares

**Descrição Sumária**

Atividades de nível médio, de relativa complexidade, envolvendo a execução de tarefas próprias de estabelecimento de ensino.

**Descrição Detalhada**

- elaborar e executar a programação das atividades correlatas ao seu setor, mantendo-o
- articulado com o plano de trabalho da equipe técnica pedagógico e docente
- estabelecer em conjunto com corpo docente, normas de segurança para o uso do laboratório;
- manter limpo o laboratório, equipamentos e materiais após o uso;
- organizar agenda para uso do laboratório em consonância com a grade horária;
- participar de eventos, cursos, reuniões sempre que convocado ou por iniciativa própria (desde que autorizado pela Direção) no intuito de aprimoramento profissional;
- atender aos alunos, professores e demais interessados prestando informações e dando orientações;
- receber, estocar e controlar o material de consumo do setor sob sua responsabilidade, solicitando à Direção reposição quando necessário;
- manusear e operar equipamentos e materiais sob sua responsabilidade;
- zelar pelo bom uso e manutenção dos equipamentos e materiais;
- racionalizar os serviços sob sua responsabilidade para uma maior e melhor produtividade;
- preparar o ambiente para o uso do professor e a professora e sua turma;
- dar assistência ao professor e a professora e seus alunos durante a aula ajudando a manter a disciplina e a ordem;
- dar assistência técnica ao professor e a professora durante a aula;
- zelar pela segurança do ambiente de trabalho
- assegurar a organização física e funcionamento administrativo da Biblioteca;
- promover, em cooperação com o corpo docente, atividades que estimulem a cultura;

- viabilizar o empréstimo de livros para a comunidade escolar, de acordo com regulamento próprio;
- encaminhar proposta ao diretor da escola que viabilizem manter o acervo atualizado a partir de necessidade apontadas pelos usuários;
- efetuar o inventário, classificação e codificação do acervo da Biblioteca;

- conservar e restaurar o acervo;
- operar máquinas copiadoras garantindo a qualidade dos serviços e o controle das cópias solicitadas;
- conservar e produzir o histórico da escola através de registros em vídeos ou fotografias;
- propor aquisições de livros, revistas e vídeos; retroprojeto e TV para a atualização do acervo.

**Tabela de Complementação do Projeto**

Índice 1,035												
NÍVEL	CLASSE											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Agente I	580,00	600,30	621,31	643,06	665,56	688,86	712,97	737,92	763,75	790,48	818,15	846,78
Agente II	906,06	937,77	970,59	1.004,56	1.039,72	1.076,11	1.113,78	1.152,76	1.193,11	1.234,86	1.278,08	1.322,82
Agente III	1.415,41	1.464,95	1.516,22	1.569,29	1.624,21	1.681,06	1.739,90	1.800,79	1.863,82	1.929,05	1.006,57	2.066,45
Percentual entre níveis 56,21% Percentual entree classes 4%												

Índice 1,035												
NÍVEL	CLASSE											
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
Agente I	870,00	900,45	931,97	964,58	998,35	1.033,29	1.069,45	1.106,88	1.145,62	1.185,72	1.227,22	1.270,17
Agente II	1.371,79	1.419,80	1.469,49	1.520,93	1.574,16	1.629,25	1.686,28	1.745,30	1.806,38	1.869,61	1.935,04	2.002,77
Agente III	2.162,99	2.238,70	2.317,05	2.398,15	2.482,08	2.568,96	2.658,87	2.751,93	2.848,25	2.947,93	3.051,11	3157,90
Percentual entre níveis 57,67% Percentual entree classes 4%												

### ***Pequeno Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, declaramos aberta a presente Sessão.

No horário destinado ao Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado Elton Welter.

### ***Deputado Elton Carlos Welter (PT)***

O SR. ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Na semana anterior participei de dois eventos que envolvem ocupações no Estado do Paraná. Um, na propriedade da multinacional Singenta, fomos ver o que os camponeses estavam fazendo, e se era possível mediar um bom entendimento.

Percebemos que os camponeses nada fizeram, não comprometeram aquela produção transgênica. Aliás, é curioso: como uma empresa dessa pode alegar desconhecimento de uma legislação nacional, que em termos de parques não poderia plantar ou pesquisar transgênico? Em tese, quem ocupou esse espaço foi essa empresa.

A luta dos camponeses entendo ser uma luta justa e acredito que deverá ter uma solução a médio prazo. A

legislação diz que em torno de parques nacionais, na área de amortecimento, não se pode plantar e nem pesquisar em torno de dez quilômetros. A legislação é essa e a lei está sendo desvirtuada por uma empresa de pesquisa transnacional.

Também estive, na mesma semana, junto com o Deputado Scarpellini, dentro do parque da Ilha Grande. Lá estavam os ilhéus, tinham ocupado a Ilha Grande, e graças à nossa mediação, ao nosso trabalho político junto às lideranças daquele espaço e, em função de medidas do Poder Executivo Federal, através da Ministra Marina Silva, do Superintendente do Ibama, Marino Gonçalves e do Sr. Pasca do IAP, foi feita uma portaria onde se deflagrou um grupo de trabalho para resolver o problema das indenizações dos ilhéus injustiçados.

Os ilhéus aceitaram o prazo dado para sair do parque nacional, mas ficarão de vigília até que se dê uma solução nas indenizações justas àqueles que foram tirados de lá, em 1997.

É importante dizer que, através dessa medida do Ibama com o IAP no Paraná, daremos duas soluções: no âmbito de remunerar e indenizar os ilhéus injustiçados e também oportunizar que os agricultores da região possam comprar diretamente dos agricultores ilhéus, dentro do parque de Ilha Grande, e averbar essa propriedade dentro

da Ilha, nas suas propriedades, resolvendo um problema de ordem legal, ou seja, cumprindo a Lei da Reserva Legal.

Esse é um marco que vai ser piloto para o país e vai dar grandes soluções para um grande problema ambiental, porque a maioria dos agricultores não tem esses 20%. Além de poder averbar dentro desse parque, vão poder plantar nessas propriedades. Vamos supor que se plantasse na propriedade, que é totalmente plana, plantando, cultivando a atividade que lhe é conveniente e poder averbar terras dentro do parque, podendo resolver um problema ambiental, que é a questão da reserva legal.

Para encerrar, Sr. Presidente, queria falar sobre este tema polêmico que, na minha opinião, a minha posição, inclusive sou co-autor do projeto para acabar com o nepotismo no Estado, em todos os Poderes, e vou votar favorável.

Quero lembrar de público, Líder Dobrandino, o que está sendo feito com dirigentes sindicais, no caso do José Lemos, na TV Educativa. Isso não é uma característica salutar à democracia. Queria criticar de público o que está sendo feito. Lamentar que esse instrumento de comunicação dos paranaenses seja usado para criticar dirigentes sindicais. Acho que a crítica é salutar em todos os setores, mas a liberdade de expressão, de pensamento, deve ser permitida.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Ainda no Pequeno Expediente, com a palavra o Sr. Deputado André Vargas.

**(Declina).**

Com a palavra o Sr. Deputado Rafael Greca.

### ***Deputado Rafael Greca (PMDB)***

**O SR. RAFAEL GRECA**

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna para saudar o aniversário da cidade de Curitiba. Nossa adorada cidade faz, hoje, 313 anos de fundação política.

Foi a 20 de março de 1693 que, na Igreja antiga de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais (no lugar aproximado da catedral que, hoje, está na Praça Tiradentes), as pessoas do povo se reuniram para escolher os primeiros Vereadores, no ato que se caracterizou pela Fundação da Vila de Curitiba.

Primeiro vieram as ordenações Filipinas, trazidas pelo Ouvidor Rafael Pires Pardiniho, que já distinguiram Curitiba como um espaço urbano organizado. Quem lê as ordenações do Ouvidor Pardiniho consegue perceber uma vontade da Coroa Portuguesa, da Coroa Espanhola, naquele tempo (porque houve um tempo em que o Brasil também ficou com parte do Império Espanhol), uma preocupação dos legisladores em que não se desorganizasse o espaço urbano.

Curitiba começou como arraial de mineração de ouro; foi um pouso e tropas à margem do caminho do

Viamão; ganhou importância como Comarca pelo registro de imposto sob as tropas, no Posto da Fazenda Rio Grande e, depois, com a imigração européia intensa do século XIX, dormiu sertaneja e acabou européia.

Curitiba se notabilizou a partir da Prefeitura do Prefeito Cândido de Abreu, como um espaço extremamente organizado. Depois, outros Prefeitos, entre os quais se incluem o Lineu Ferreira do Amaral, que contratou o Plano Agache; o Ivo Arzua que criou o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba; o Iberê de Mattos que implantou a idéia das consultas populares na cidade; o Prefeito Jaime Lerner, o Prefeito Roberto Requião e também eu tive a alegria de ser Prefeito desta cidade.

Pode ter havido alguém que a tivesse amado como eu, mas nunca ninguém a amou mais do que eu.

E como presente a Curitiba, neste dia do seu aniversário, estou encaminhando ao Promotor Especial do Meio Ambiente, ao Prefeito Beto Richa e à Câmara de Vereadores, o pedido de que sustem o projeto de lei que pretende autorizar um posto de gasolina a cada 250 metros, na nossa cidade. Isso significa autorizar dois postos de gasolina por quadra. Não é correto colocar tanques de combustível um do lado do outro porque isso é contra a norma mais elementar de segurança e de urbanismo.

Em 1995 tive a alegria de sancionar uma lei enquanto Prefeito Municipal, que regulamentava a questão dos postos de gasolina. Não tem cabimento se modificar isso agora. Corre risco a cidade com esse projeto de lei que está na Câmara Municipal. E se o Prefeito Beto Richa, que não está na cidade, está na Itália neste momento, puder me ouvir, quero pedir a ele neste dia do aniversário da cidade, que considere a qualidade do urbanismo curitibano. E que não se perca Curitiba. Também quero agradecer ao Governador Roberto Requião pelas providências que estão sendo tomadas no bairro chamado Guarituba, em Piraquara. A reurbanização, a desinvasão e o saneamento básico de Guarituba vão preservar os mananciais de água pura da grande Curitiba.

Hoje, não se pode mais entender Curitiba sem que se queira entender a grande Curitiba. São os três milhões e cem mil habitantes da grande Curitiba, todos eles curitibanos. De Campo Largo a Piraquara; de Mandirituba até Cerro Azul; todos os moradores dos municípios vizinhos a Curitiba, são como eu: curitibanos.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Deputado José Domingos Scarpellini.

### ***Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)***

**O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI**

Vou abrir mão do tempo que tenho, mas precisava fazer uma correção no pronunciamento do Deputado Rafael Greca de Macedo que citou vários Prefeitos e deixou de citar o Prefeito Maurício Fruet e o Prefeito Saul Raiz.



O Prefeito Saul Raiz, Sr. Presidente, mesmo sendo indicado pela Revolução, pela Arena, foi referendado por esta Assembléia, no período em que eu aqui estava como Deputado Estadual. E o Cássio Taniguchi também não foi lembrado pelo Prefeito que diz que ama Curitiba mais do que qualquer um outro. Mas, gostaria de dizer o seguinte: o Prefeito Saul Raiz foi o único Prefeito de Curitiba que fez viadutos na cidade, que fez algumas trincheiras em Curitiba e com isso contribuiu sensivelmente para que pudéssemos ter um trânsito um pouquinho mais rápido na nossa capital.

Portanto, apenas para fazer esta colocação. A questão dessa avaliação de gostar mais ou gostar menos, fica a cargo da população de Curitiba saber.

Muito obrigado.

#### O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) **(Pela Ordem)**

O Deputado Scarpellini não entendeu o que eu disse. Eu disse que: pode alguém gostar de Curitiba tanto quanto eu, mas certamente ninguém gostará dela mais do que eu. Ele distorceu minhas palavras.

Outra coisa, falei que citava de passagem alguns prefeitos, mas não me move nada contra a memória muito respeitada e admirada do Prefeito Maurício Fruet, como também de outros Prefeitos que não mencionei. Como pode afastar a história, a cidade teve mais de 46 Prefeitos. Não mencionei, por exemplo, o Prefeito Borges de Macedo, que foi o primeiro, que é meu parente. Não me move nenhuma intenção de omitir qualquer Prefeito, muito menos o meu sucessor.

Era isso.

### ***Grande Expediente:***

#### O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

No Grande Expediente, antes de ser concedido à Deputada Cida Borghetti, vamos conceder cinco minutos para o Padre Leocádio, da Rádio Corneta, da Barreirinha, por solicitação do Deputado Natálio Stica.

#### O SR. BARBOSA NETO (PDT) **(Pela Ordem)**

Apenas para registrar a presença nesta Casa, dos Vereadores de Ibiporã, comandados pelo Prefeito Valdir Frangão, Biata, Lavaró, Sarábia e João Correa, que se fazem presentes nesta Casa, tratando de interesses do Município.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Também me associo aos cumprimentos.

#### O SR. PRESIDENTE **(Hermas Brandão)**

O Deputado Antonio Martins Anibelli pediu para anunciar a presença dos Vereadores do PMDB de Santa Izabel do Ivaí, Sidney Vieira Gomes, Vivaldo Moraes

Lopez Roberto, Mendes da Silva. A todos os nossos visitantes, as nossas boas-vindas.

#### O SR. TADEU VENERI (PT) **(Pela Ordem)**

O Padre Leocádio, que fará uso por cessão da Deputada Cida Borghetti, por cinco minutos, do Horário do Grande Expediente, tem hoje na Barreirinha um trabalho que vem sendo feito há muito tempo.

Recentemente, parece-me que houve um contratempo em relação como eram chamadas as pessoas e anunciadas. É sobre isso. O Padre Leocádio, que fez uso da tribuna na Câmara Municipal, hoje, fará também a exposição sobre esse problema, para que nós, na Assembléia possamos ouvi-lo.

Obrigado, Sr. Presidente.

### ***Padre Leocádio***

#### O SR. PADRE LEOCÁDIO

Uma boa-tarde a todos. Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito obrigado por este espaço.

Em nome da nossa comunidade da Barreirinha, temos um sistema de alto-falante conhecido como Rádio Corneta, que existe há quarenta anos. Ultimamente funcionava quinze minutos por dia, para utilidade pública, como: para crianças e pessoas desaparecidas, documentos perdidos, vaga de emprego, doação de sangue, utilidade pública para colégios, postos de saúde e tantos outros benefícios para a comunidade. O meio ambiente da gestão anterior embargou, multou a comunidade.

No dia 16 de fevereiro, a Justiça proibiu o sistema de alto-falante, que existe há quarenta anos. A comunidade está revoltada e decepcionada porque não pode mais utilizar o sistema na igreja. Até dentro da lei estamos proibidos de funcionar. A lei diz que para o templo religioso são 65 decibéis, para o som externo são 55. Mas, nem isso nos é permitido. Tivemos duas audiências no Ministério Público e na próxima terça-feira, dia quatro, teremos a audiência na 9ª Vara Cível.

Sras. e Srs. Deputados: em nome da nossa comunidade, estamos buscando apoio e ajuda de vocês, porque é uma questão contra o nosso bairro, contra a nossa comunidade e é uma perseguição política, religiosa e cultural. Perseguição política, por quê? Porque no passado a comunidade realizou muitos manifestos, exigindo melhores condições de vida. Perseguição religiosa, porque no meio de tanto barulho por que só a nossa igreja é perseguida, só a nossa igreja foi multada e quase foi embargada? E cultural, porque há quarenta anos a comunidade utiliza o sistema de alto falante.

Então, estou pedindo o apoio dos senhores, especialmente para a próxima terça-feira, dia 4, às 16 horas, aqui na 9ª Vara Cível, para que a história daquele povo seja respeitada. Queremos usar a lei; não queremos violá-la, mas, nem dentro da lei, não podemos utilizar o sistema de utilidade pública que tanto a comunidade precisa!

Em nome da comunidade, muito, muito obrigado por este espaço e contamos, então, com o apoio de todos.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, muito obrigado. Que Deus os abençoe.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Que abençoe V. Exa. também.

Declina do Grande Expediente a Deputada Cida Borghetti.

### ***Horário das Lideranças:***

No Horário das Lideranças, PDT. Deputado Luiz Carlos Martins.

### ***Liderança do PDT: Deputado Luiz Carlos Martins***

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS

Sr. Presidente, para que possamos votar com maior rapidez o projeto do nepotismo, abrimos mão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

(Declina).

No Horário da Liderança do Governo, concedo a palavra ao Deputado Dobrandino da Silva.

### ***Liderança do Governo: Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)***

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

No dia de ontem, quando estava em pauta a PEC que proíbe o nepotismo no Paraná, onde a Bancada do PMDB se absteve de votar - inclusive grande parte da base que apóia o Governo - e assistimos dos gabinetes a movimentação na Assembléia. Primeiro que é um ato regimental, cada Partido tem o direito constitucional, isso ocorre no Congresso Nacional, em todas as Assembléias, nas Câmaras de Vereadores, aqui nesta Casa por muito tempo ocorreu.

Ouvimos que alguns Deputados, na verdade, no meu ponto de vista, exageradamente, chamaram-nos de covardes. Eu conheço comportamento de Deputados, muito mais covarde do que o que ocorreu ontem. Ontem não foi covardia, é um direito nosso, de Deputados. Mas, assistimos a isso, calados!

Quero deixar clara a posição de nossa Bancada: nós, em nenhum momento fomos e não seremos a favor do chamado nepotismo, sabendo que sempre existiu no Governo Federal, Estadual, nas Prefeituras, em Câmaras de Vereadores, nas Assembléias e assim por diante.

Acho que é bom colocarmos um freio nisso. O que me levou a tomar uma posição é que não é tão simples assim votar essa lei, até porque há uma lei tramitando no Congresso Nacional e que está acima dessa, que daqui a

pouco, pode anular esta. Não sabemos. Tem também, na Casa, uma Mensagem do Governo no mesmo sentido.

Não nos posicionamos ontem e não votamos, não porque somos contra ou a favor. Na verdade, estamos justificando o porquê disso.

Quero apenas, em forma de desabafo, dizer que, se fôssemos trazer aqui nesta tribuna aquilo que já vimos, seria um desastre, uma decepção para o povo do Paraná. De qualquer maneira, quero justificar a nossa ausência ontem no plenário da Assembléia e daqueles com quem eu conversei e justifiquei a nossa posição, eles nos ajudaram. Não é porque somos contra o nepotismo e sim, porque existem outras leis tramitando também.

A segunda posição nossa: já estive na tribuna desta Assembléia por várias vezes, posicionando-me diante das galerias lotadas, votando contra o interesse deles, no interesse maior do Governo e nunca tive e não terei dificuldade em falar da minha posição, mas ontem, parece-me, e me desculpem a franqueza, foi um dia de protesto dos professores, e aproveitando-se o ensejo, com as galerias lotadas, como se fosse uma válvula de pressão para votarmos. Eu, que não me submeto a esse tipo de posição juntamente com a Bancada do PMDB, não votamos ontem, mas hoje estamos aqui na Casa para manifestar, de forma aberta e clara, a nossa posição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Passamos ao horário da Liderança da Oposição.  
(Declina)

### ***Ordem do Dia:***

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 51 Srs. Deputados.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Indicação nº 006/06, de autoria do Deputado Ailton Araújo, constante do expediente, sugerindo a criação do Programa de Apoio às Mulheres com Neoplasia Trofoblástica Gestacional no Estado do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 007/06, de autoria do Deputado Ailton Araújo, constante do expediente, sugerindo a realização de exames oftalmológicos nas escolas públicas do Paraná. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei complementar, de autoria do Deputado André Vargas, devidamente apoiado, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Barbosa Neto, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Deputado Ailton Araújo, constantes do expediente. Necessitam de apoioimento. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Cesar Seleme, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado André Vargas, devidamente apoiado, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. Necessita de apoioimento. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 626, de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente, solicitando a diminuição de interstício para a realização de Sessão Extraordinária, logo após o término da presente Sessão Ordinária. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

## Discussão / Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### 1ª Discussão

#### ITEM 01

1ª DISCUSSÃO - da Proposição nº 040/05, de autoria do Deputado Tadeu Veneri e outros, que acresce parágrafo ao artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná, conforme especifica. PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO ESPECIAL DE REFORMA À CONSTITUIÇÃO. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA COMISSÃO ESPECIAL DA REFORMA À CONSTITUIÇÃO.

PROPOSIÇÃO Nº 040/05  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º. O artigo 27 da Constituição do Estado do Paraná passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo:

“§ 17. Fica vedada a nomeação, para cargos em comissão, do cônjuge ou parente consanguíneo, por afinidade e civil, em linha reta ou colateral até o terceiro grau, respectivamente, de Deputados, no âmbito da Assembléia Legislativa; de Conselheiros do Tribunal de Contas, no Tribunal de Contas; do Governador e dos Secretários de

Estado, no âmbito do Poder Executivo e Legislativo Estadual; de Desembargadores, no âmbito do Poder Judiciário, dos Promotores e Procuradores de Justiça no âmbito do Ministério Público Estadual.”

Art. 2º - Esta Emenda entra em vigor na data de sua promulgação.

Sala das Sessões, em 02.05.2005.

(aa) NELSON GARCIA, ÂNGELO VANHONI, RATINHO JÚNIOR, JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI, GERALDO CARTÁRIO, CHICO NOROESTE, LUCIANA RAFAGNIN, RENI PEREIRA, PEDRO IVO ILKIV, LUIZ NISHIMORI, HERMAS BRANDÃO, TADEU VENERI, ELTON CARLOS WELTER, VALDIR ROSSONI, CESAR SELEME, MAURO MORAES, NATÁLIO STICA, ANDRÉ VARGAS, PADRE PAULO CAMPOS, LUIZ CARLOS MARTINS, LUIZ ACCORSI, WALDIR LEITE, NELSON JUSTUS, BARBOSA NETO, ARLETE CARAMÊS, CIDA BORGHETTI e MARCOS ISFER.

#### JUSTIFICATIVA:

O nepotismo sempre se constituiu em condenável e vem merecendo da sociedade brasileira, nos últimos tempos, implacável combate no sentido de erradicá-la de nosso meio, a bem do interesse público na administração do Estado.

A cada dia se avolumam as denúncias de nomeações de parentes para ocupar cargos públicos.

Em todos os poderes, a nomeação de parentes parece ser uma prática aceitável, e progressivamente quer incorporar-se à cultura política da sociedade.

Os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública, quais sejam, a moralidade, a impessoalidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência não são respeitados quando se nomeia alguém da família apenas para fortalecer o orçamento familiar e o patrimônio próprio. O Legislativo Estadual do Paraná pode dar um exemplo para o Brasil inteiro de combate aos desvios na Administração Pública.

É preciso que seja tratado como público aquilo que público é pela sua natureza.

O princípio da supremacia do interesse público deve prevalecer sobre os interesses individuais.

Sobre a constitucionalidade das normas é sempre salutar citar o constitucionalista pátrio Paulo Bonavides.

*As constituições existem para o homem e não para o Estado; para a sociedade e não para o Poder. Robespierre sem embargo da insânia revolucionária que o acometeu nos dias do terror, proferiu uma verdade lapidar quando disse: “A Declaração de Direitos é a Constituição de todos os povos”.*

O controle material de Constitucionalidade é delicadíssimo em razão do elevado teor de politicidade de que se reveste, pois incide sobre o conteúdo da norma. Desce ao fundo da lei, outorga a quem o exerce competência com que decidir sobre o teor e a matéria da regra

jurídica, busca acomodá-la aos cânones da Constituição, ao seu espírito, à sua filosofia, aos seus princípios políticos fundamentais.

*É controle criativo, substancialmente político. Sua caracterização se constitui no desespero dos publicistas que entendem reduzi-lo a uma feição puramente jurídica, feição inconciliável e incompatível com a natureza do objeto de que ele se ocupa, que é o conteúdo da lei mesma, conteúdo fundado sobre valores, na medida em que a Constituição faz da liberdade o seu fim e fundamento primordial.* BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional, 6ª edição, Malheiros, São Paulo: 1996. Pág. 269-270.

A especificação de parentes consangüíneos, por afinidade e civis está de acordo com o disposto nos artigos 330, 331, 333, 334, 335 e 336 do novo Código Civil Brasileiro.

Os consangüíneos dizem respeito àqueles cujo vínculo é biológico; os por afinidade são os parentes de cada cônjuge ou companheiro (a); o civil é o existente entre adotante e adotado.

É preciso ir ao espírito do Projeto de Emenda Constitucional para compreendermos a sua importância para a Administração Pública paranaense e para todos os paranaenses.

COMISSÃO ESPECIAL DE  
REFORMA DA CONSTITUIÇÃO  
PROJETO DE EMENDA À  
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL  
PROPOSIÇÃO Nº 040/05

### Histórico

A proposição de emenda à Constituição Estadual foi subscrita pelo Tadeu Veneri e outros Deputados, e visa incluir o parágrafo 17 no artigo 27 da Constituição Estadual, para coibir a prática do nepotismo na Administração Pública.

### Fundamentação

A proposta de emenda à Constituição Estadual visa combater o nepotismo existente nas esferas de Poder do Estado do Paraná e se encontra em harmonia com os princípios basilares da nossa Carta Magna.

Nepotismo (do latim *nepos*, neto ou descendente) é o termo utilizado para designar o favorecimento de parentes em detrimento de pessoas mais qualificadas, especialmente no que diz respeito à nomeação ou elevação de cargos.

Originalmente a palavra aplicava-se exclusivamente ao âmbito das relações do Papa com seus parentes, tendo em vista que alguns Papas tinham por hábito conceder cargos, dádivas e favores aos seus parentes mais próximos, terminando por lapidar os elementos intrínsecos ao nepotismo, que, nos dias atuais, tornou-se quase sinônimo de concessão de privilégios ou cargos a parentes no funcionalismo público.

Distingue-se do favoritismo simples, que não implica relações familiares com o favorecido.

O nepotismo em alguns casos, está relacionado à lealdade e à confiança existente entre o benemérito e o favorecido, sendo praticado com o fim precípua de resguardar os interesses daquele.

Essa vertente pode ser visualizada na conduta de Napoleão, que nomeou seu irmão, Napoleão III, para governar a Áustria, que abrangia a França, a Espanha e a Itália. Com isto, em muito diminuíram as chances de uma possível traição, permitindo a subsistência do império napoleônico.

Nepotismo, em essência, significa favorecimento. Somente os agentes que ostentem grande equilíbrio e retidão de caráter, conseguem manter incólume a dicotomia entre o público e o privado, impedindo que sentimentos de ordem pessoal contaminem e desvirtuem a atividade pública que se propuseram a desempenhar.

Ocorre o nepotismo quando, por exemplo, um funcionário é promovido por ter relações de parentesco com aquele que o promove, havendo pessoas mais qualificadas e mais merecedoras da promoção.

A questão do nepotismo está sendo muito debatida em nossa sociedade e a presente proposição vem atender a este anseio social e moral.

A Constituição Federal, em seu artigo 37, elenca os princípios pelos quais deve basear a atuação do Poder Público ao desempenhar as funções do Estado no manejo do interesse social.

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:...*

Desta forma, deve a Administração Pública atentar-se para os princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade no cumprimento das funções estatais, pelo que a nomeação de parentes para o exercício de cargos públicos apenas em função do parentesco e interesse econômico, fere aquilo que está claramente explícito na Constituição Federal.

Seguindo esta vertente, e em atendimento ao princípio da legalidade, observamos, a título de ilustração, a existência de vários diplomas legais em nosso país, nas diversas esferas de Poder, que visam impedir a prática do nepotismo dentro da máquina estatal, a saber:

a) o Estatuto dos Servidores da União (Lei nº 8112/90), que em seu artigo 117, VII, veda ao agente *manter sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheira ou parente até o segundo grau civil;*

b) o Regime Jurídico dos Servidores do Poder Judiciário da União (Lei nº 9427/96), que em seu artigo 10, veda a nomeação de cônjuge, companheiro ou de parentes até o terceiro grau, pelos membros de Tribunais e juízes, a eles vinculados, salvo os servidores ocupantes de cargos de provimento efetivo das carreiras judiciárias;

c) do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, que em seus artigos 355, parágrafo 7º e 357, parágrafo único, restringe a nomeação de parentes como forma de combate ao nepotismo;

d) o Regimento Interno do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, em seu artigo 326;

e) a Lei nº 9165/95, que disciplina o funcionalismo no âmbito do Tribunal de Contas da União;

f) o Provimento nº 84/96, da Ordem dos Advogados do Brasil, em seu artigo 1º, *veda a contratação de servidores pela OAB, independente do prazo de duração do pacto laboral, vinculados por relação de parentesco a Conselheiros Federais, Membros Honorários Vitalícios, Conselheiros Estaduais ou integrantes de qualquer órgão deliberativo, assistencial, diretivo ou consultivo da OAB, no âmbito do Conselho Federal, dos Conselhos Seccionais e das Subseções, acrescentando o parágrafo 1º que a vedação a que se refere o caput desse artigo se aplica aos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta ou na colateral até o terceiro grau;*

g) a Lei Estadual nº 7451, de 1º de julho de 1991, que criou cargos no quadro do Tribunal de Justiça de São Paulo e vedou em seu artigo 4º, parágrafo único, a nomeação, como assistente jurídico, *de cônjuge, de afim e de parente em linha reta ou colateral, até o 3º grau, inclusive, de qualquer dos integrantes do Poder Judiciário do Estado de São Paulo;*

h) a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, em seu artigo 20, parágrafo 5º, com a redação determinada pela Emenda nº 12/95, estabeleceu restrições à nomeação de parentes no âmbito da administração direta e indireta dos três Poderes, do Ministério Público e do Tribunal de Contas; e

i) a Resolução nº 07/05, expedida pelo Conselho Nacional de Justiça, que disciplina o exercício de cargos, empregos e funções por parentes, cônjuges e companheiros de magistrados e de servidores investidos em cargos de direção e assessoramento, no âmbito dos órgãos do Poder Judiciário e dá outras providências.

A Resolução nº 07/05, do Conselho Nacional de Justiça, alcançou o debate nacional ao coibir o nepotismo no Poder Judiciário, assim especifica em seu artigo 2º:

*Art. 2º Constituem práticas de nepotismo, dentre outras:*

*I - o exercício de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, no âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados;*

*II - o exercício, em Tribunais ou Juízos diversos, de cargos de provimento em comissão, ou de funções gratificadas, por cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de dois ou mais magistrados, ou de servidores investidos em cargos de direção ou de assessoramento, em circunstâncias que caracterizem ajuste para burlar a*

*regra do inciso anterior mediante reciprocidade nas nomeações ou designações;*

*III - o exercício de cargo de provimento em comissão ou de função gratificada, no âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo, por cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive de qualquer servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento;*

*IV - a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, dos respectivos membros ou juízes vinculados, bem como de qualquer servidor investido em cargo de direção ou de assessoramento;*

A Resolução nº 07/05 foi objeto de Ação Direta de Constitucionalidade nº 12/06, proposta pela Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB, em trâmite perante o Supremo Tribunal Federal, tendo recebido liminar favorável no julgamento ocorrido no dia 16 de fevereiro de 2006.

O Ministro Relator Carlos Ayres Britto, em seu brilhante voto a respeito da matéria, assim consignou sobre os princípios constitucionais que devem ser observados pela Administração Pública:

*36. Em palavras diferentes, é possível concluir que o spiritus rectus da Resolução do CNJ é debulhar os próprios conteúdos lógicos dos princípios constitucionais de centrada regência de toda a atividade administrativa do Estado. Princípios como:*

*I - o da impessoalidade, consistente no descarte do personalismo. Na proibição do marketing pessoal ou da auto-promoção com os cargos, as funções, os empregos, os feitos, as obras, os serviços e campanhas de natureza pública. Na absoluta separação entre o público e o privado, ou entre a Administração e o administrador, segundo a republicana metáfora de que “não se pode fazer cortesia com o chapéu alheio”. Conceitos que se contrapõem à multi-secular cultura do patrimonialismo e que se vulnerabilizam, não há negar, com a prática do chamado “nepotismo”. Traduzindo este no mais renitente vezo da nomeação ou da designação de parentes não-concursados para trabalhar, comissionadamente ou em função de confiança, debaixo da aba familiar dos seus próprios nomeantes. Seja ostensivamente, seja pela fórmula enrustida do “cruzamento” (situação em que uma autoridade recruta o parente de um colega para ocupar cargo em função de confiança, em troca do mesmo favor);*

*II - o princípio da eficiência, a postular o recrutamento de mão-de-obra qualificada para as atividades públicas, sobretudo em termos de capacitação técnica, vocação para as atividades estatais, disposição para fazer do trabalho um fiel compromisso com a assiduidade e uma constante oportunidade de manifestação de espírito gregário, real compreensão de que servidor público é, em verdade, servidor do público. Também estes concei-*

*tos passam a experimentar bem mais difícil possibilidade de transporte para o mundo das realidades empíricas, num ambiente de projeção do doméstico na intimidade das repartições estatais, a começar pela óbvia razão de que já não se tem a necessária isenção, em regra, quando se vai avaliar a capacitação profissional de um parente ou familiar. Quando se vai cobrar assiduidade e pontualidade no comparecimento ao trabalho. Mais ainda, quando se é preciso punir exemplarmente o servidor faltoso (como castigar na devida medida um pai, a própria mãe, um filho, um(a) esposo(a) ou companheiro(a), um sobrinho(a), enfim, com quem eventualmente se trabalhe em posição hierárquica superior?). E como impedir que os colegas não-parentes ou não-familiares se sintam em posição de menos obsequioso tratamento funcional? Em suma, como desconhecer que a sobrevida de uma enfermidade mais séria, um trauma psico-físico ou um transe existencial de membros de uma mesma família tenda a repercutir negativamente na rotina de um trabalho que é comum a todos? O que já significa a paroquial fusão do ambiente caseiro com o espaço público. Pra não dizer a confusão mesma entre tomar posse nos cargos e tomar posse dos cargos, na contra-mão do insuperável conceito de que “administrar não é atividade de quem é senhor de coisa própria, mas gestor de coisa alheia” (Rui Cirne Lima);*

*III - o princípio da igualdade, por último, pois o mais facilitado acesso de parentes e familiares aos cargos em comissão e funções de confiança traz consigo os exteriores sinais de uma prevalência do critério doméstico sobre os parâmetros da capacitação profissional (mesmo que não seja sempre assim). Isto sem mencionar o fato de que essa cultura da prevalente arregimentação de mão-de-obra familiar e parental costuma carrear para os núcleos familiares assim favorecidos uma superafetação de renda, poder político e prestígio social.*

*37. É certo que todas essas práticas também podem resvalar, com maior facilidade, para a zona proibida da imoralidade administrativa (a moralidade administrativa, como se sabe, é outro dos explícitos princípios do artigo 37 da CF). Mas entendo que esse descambar para o ilícito moral já uma consequência da deliberada inobservância dos três outros princípios citados. Por isso que deixo de atribuir a ele, em tema de nepotismo, a mesma importância que enxergo nos encarecidos princípios da impessoalidade, da eficiência e da igualdade.*

Com efeito, considerando as normativas contidas na Constituição Federal em seu artigo 37 não há que se dizer que a presente proposição fere interesses individuais, vez que o interesse público possui supremacia total sobre o interesse particular e a Corte guardiã do cumprimento das normas constitucionais já deu a interpretação constitucional a respeito da matéria, como exposto acima.

Todavia, é de todo aconselhável que a norma dispense tratamento diferenciado àqueles parentes que, após regular aprovação em concurso público, sejam ocupantes

de cargo efetivo e possam vir a ocupar cargo de confiança, preenchidos os requisitos legais.

Em casos tais, a vedação deve restringir-se à impossibilidade de ocuparem cargos em que estejam diretamente subordinados ao agente com o qual mantenham o vínculo de parentesco.

Esse entendimento, aliás, foi encampado pelos artigos 355, parágrafo 7º e 357, parágrafo único, do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal e pela Lei Estadual nº 3899, de 19 de julho de 2002, que dispôs sobre o quadro permanente de serviços auxiliares do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, estatutando em seu artigo 25, que *é vedada a nomeação ou designação para exercer Cargo em Comissão de cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau, inclusive, de membros do Ministério Público, salvo de servidor do Quadro Permanente dos Serviços Auxiliares, caso em que a vedação é restrita à nomeação ou designação para servir junto ao membro determinante da incompatibilidade.*

Há que se destacar ainda que esta mesma linha de raciocínio foi exposta no parágrafo primeiro do artigo 2º da Resolução nº 07/05 do Conselho Nacional de Justiça, que como já foi dito, foi considerado constitucional pela ADC 12/06 - STF:

*§ 1º Ficam excepcionadas, nas hipóteses dos incisos I, II e II deste artigo, as nomeações ou designações de servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo das carreiras judiciárias, admitidos por concurso público, observadas a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo de origem, a qualificação profissional do servidor e a complexidade inerente ao cargo em comissão a ser exercido, vedada, em qualquer caso a nomeação ou designação para servir subordinado ao magistrado ou servidor determinante a incompatibilidade.*

Com isso, evita-se que o agente que ascendeu por méritos próprios ao funcionalismo público deixe de ocupar uma posição de igualdade em relação aos demais, e, pior, ainda seja penalizado por ter um parente em posição de superioridade no escalonamento funcional, motivo pelo qual a presente proposição deve sofrer emenda para corrigir tal distorção.

Outro ponto a ser abordado é a questão do grau de parentesco por afinidade constante da presente proposição, matéria que também foi abordada pelo Supremo Tribunal Federal na análise da ADC 12/06, onde o Ministro Relator Carlos Aires Brito assim consignou:

*45. Não é tudo, porque ainda nesse preliminar exame jurídico já se percebe a necessidade de realizar dois pontuais ajustes o ato normativo em causa:*

*I - a Resolução nº 7/05, ato normativo que tenho como de natureza primária, podia mesmo fazer do terceiro grau de parentesco um critério de inibição ou “nepotismo”. Impedida estava, no entanto, de criar um novo grau de parentesco, devido a que essa matéria é de caráter civil, reservada pela Constituição à competência*

do Poder Legislativo Federal. E o fato é que ela (Resolução nº 07/05) distendeu as fronteiras do parentesco para incluir os “parentes de 3º grau” na linha colateral por afinidade ultrapassando, assim, o instituto do cunhadio. Daí a necessidade de emprestar-se interpretação conforme aos incisos do artigo 2º da Resolução nº 07 do CNJ, para restringir o parentesco por afinidade, na linha colateral, “aos irmãos do cônjuge ou companheiro”:

Desta forma, como bem ressaltado pelo Ministério, a norma deve se adequar ao disposto no artigo 1595 do Código Civil, que assim dispõe:

Art. 1.595. Cada cônjuge ou companheiro é aliado aos parentes do outro pelo vínculo da afinidade.

§ 1º O parentesco por afinidade limita-se aos ascendentes, aos descendentes e aos irmãos do cônjuge ou companheiro.

Desta forma, pela lei, o parentesco por afinidade se estende apenas e tão somente para os ascendentes e descendentes e irmãos do cônjuge, pelo que não existe parente por afinidade de terceiro grau.

O companheiro também deve ser incluído no texto legal e não apenas o cônjuge, vez que este laço de união civil é reconhecido pela lei e também gera parentesco por afinidade.

Com efeito, a proposição deve ser corrigida neste tocante, a fim de adequar ao que dispõe o Código Civil sobre a matéria.

Há que se destacar ainda que pelo princípio da simetria constitucional, onde em nome Pacto Federativo e dos termos da Constituição Federal, todas as obrigações e vedações impostas à União, também se aplicam aos Estados e Municípios.

Confirmando este entendimento, citamos o precedente o Supremo Tribunal Federal, onde foi discutida a Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, que previa a equivalência de vencimentos dos Magistrados e dos Conselheiros do Tribunal de Contas.

ADIn 396/RS - Rio Grande do Sul - Ação Direta de Inconstitucionalidade Relator(a): Min. Maurício Corrêa Relator(a) p/ Acórdão: Min. Gilmar Mendes Julgamento: 27/05/2004 Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Publicação: DJ 05-08-2005 PP-00005 Ement Vol-02199-01 PP-00017

Parte(s)

Reqte: Associação dos Magistrados Brasileiros - AMB

Reqdo: Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul

Reqdo: Governador do Estado do Rio Grande do Sul.

Ementa

Ementa: Ação Direta de Inconstitucionalidade. 2. artigos 74, parágrafos 1º e 2º e 109, III, Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, artigos 62 e parágrafo 2º da Lei Estadual nº 6.536, de 31.01.73 e artigo 43, parágrafos 1º e 3º da Lei estadual nº 7.705, de 21.09.82. Vinculação aos subsídios dos magistrados

estaduais da remuneração, bem como dos respectivos limites máximos, das Carreiras de Conselheiro e Auditor do Tribunal de Contas, de Procurador do Estado e dos membros do Ministério Públicos estadual. 3. Não-conhecimento da ação quanto ao artigo 74, parágrafo 2º, da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul, porque já foi impugnado na ADIn 134, Rel. Maurício Corrêa. 4. Quanto artigo 109, III, da Constituição Estadual, tendo havido alteração superveniente do parágrafo 2º do artigo 127 da Constituição Federal (EC 19, de 1998), houve prejuízo na ação nesse ponto. 5. Da mesma forma, prejudicada a ação no que concerne aos parágrafos 1º e 3º do artigo 43 da Lei Estadual nº 7.705, de 1982, ante a expressa revogação dos dispositivos pela Lei Estadual nº 10.581, de 24.11.95. 6. Inexistência de violação ao princípio da simetria pelo disposto no artigo 74, parágrafo 1º, da Constituição Estadual, uma vez que a necessária correlação de vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas se dá em relação aos Desembargadores do Tribunal de Justiça. Precedente: RE 97.858, Néri da Silveira, DJ 15.06.84. Ação improcedente, nesse ponto. 7. Quanto ao artigo 62, parágrafo 2º, da Lei nº 6.536, de 31.01.73, com a redação dada pela lei nº 9.082, de 11.06.90, embora o artigo 37, XI, da Constituição Federal tenha sofrido substancial alteração, em razão da Emenda Constitucional nº 19, de 1998, parece inevitável o confronto do dispositivo com o artigo 37, XIII, da Constituição Federal. Enquanto não editada a lei que fixará o subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, vigora integralmente o sistema anterior, inclusive a exclusão das vantagens de natureza pessoal para o cálculo do teto-limite de vencimentos. Também, manifesta sua contrariedade ao artigo 37, XIII, da Constituição Federal, porque proibidas vinculações de quaisquer espécies para efeito de remuneração de pessoal no serviço público. 8. Ação julgada procedente para declarar a inconstitucionalidade do parágrafo 2º do artigo 62 da Lei estadual nº 6.536, de 1993, com a redação dada pela Lei nº 9.082, de 11.06.90.

Desta forma, os municípios e as respectivas Câmaras Municipais devem ser incluídos na proposta de emenda constitucional.

A proposição deve ainda sofrer outra correção, em virtude do disposto no artigo 37 da Constituição Federal, que aduz que os princípios da moralidade, legalidade e impessoalidade devem ser obedecidos pela Administração Direta e Indireta, situação não contemplada na proposição para os cargos do Poder Executivo tanto Estadual quanto Municipal, bem como para as autarquias, fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, empresas públicas e sociedades de economia mista.

Destacando-se ainda, que este modelo já foi adotado na Constituição Estadual do Rio Grande do Sul, nos termos do seu artigo 20, o qual reproduzimos:

Art. 20. A investidura em cargo ou emprego público assim como a admissão de empregados na admi-

*nistração indireta e empresas subsidiárias dependerão de aprovação indireta e empresas subsidiárias dependerão de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, ressalvadas as nomeações para cargos de provimento em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração.*

*§ 1º As provas deverão aferir, com caráter eliminatório, os conhecimentos específicos exigidos para o exercício do cargo.*

*§ 2º Os pontos correspondentes aos títulos não poderão somar mais de vinte e cinco por cento do total dos pontos do concurso.*

*§ 3º A não-observância do disposto neste artigo acarretará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável. Parágrafos 4º e 5º acrescidos ao artigo 20 pela Emenda Constitucional nº 12, de 14 de dezembro de 1995.*

*§ 4º Os cargos em comissão destinam-se à tramitação das diretrizes políticas para a execução administrativa e no assessoramento.*

*§ 5º Os cargos em comissão não podem ser ocupados por cônjuge ou companheiros e parentes, consangüíneos, afins ou por adoção, até o segundo grau:*

*I - do Governador, do Vice-Governador, do Procurador-Geral do Estado, do Defensor Público-Geral do Estado e dos Secretários de Estado, ou titulares de cargos que lhes sejam equiparados, no âmbito da administração direta do Poder Executivo;*

*II - dos Desembargadores e Juízes de 2º grau, no âmbito do Poder Judiciário;*

*III - dos Deputados Estaduais, no âmbito do Assembléia Legislativa;*

*IV - dos Procuradores de Justiça, no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça;*

*V - dos Conselheiros e Auditores Substitutos de Conselheiros, no âmbito do Tribunal de Contas do Estado;*

*VI - dos Presidentes, Diretores-Gerais, ou titulares de cargos equivalentes, e dos Vice-Presidentes, ou equivalentes, no âmbito da respectiva autarquia, fundação instituída ou mantida pelo Poder Público, empresa pública ou sociedade de economia mista.*

Por fim, deve ser substituído o termo Desembargador por Magistrado, tendo em vista que os Juízes Substitutos em segundo grau, que atuam no Tribunal de Justiça, também podem nomear pessoas para cargos em comissão vinculados aos seus Gabinetes, bem como já há estudos para os Juízes de primeiro grau virem a ter assessores, sendo que tais cargos também seriam cargos em comissão.

### Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação na forma do substitutivo geral em anexo.

Sala das Comissões, em 07.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

## SUBSTITUTIVO GERAL AO PROJETO DE EMENDA CONSTITUCIONAL PROPOSIÇÃO Nº 040/05

A Proposição nº 040/05 passará a ter a seguinte redação:

*Art. 1º Fica vedada a investidura para cargos em comissão do cônjuge, companheiro ou parente por adoção, consangüíneo, em linha reta e por afinidade até segundo grau, dos respectivos titulares da prerrogativa de nomeação, inclusive por delegação de competência:*

*a) de Deputados, no âmbito da Assembléia Legislativa;*

*b) de Conselheiros, Auditores e membros do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas; do Governador, do Vice-Governador, do Procurador-Geral do Estado e dos Secretários de Estado, ou titulares de cargos que lhes sejam equiparados, no âmbito do Poder Executivo Estadual, na administração direta e indireta;*

*c) de Magistrados e membros, no âmbito do Poder Judiciário;*

*d) dos Promotores e Procuradores de Justiça no âmbito do Ministério Público Estadual;*

*e) do Prefeito, Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais ou titulares de cargos que lhes sejam equiparados, no âmbito do Poder Executivo Municipal e na administração direta e indireta;*

*f) dos Vereadores, no âmbito da Câmara Legislativa Municipal; e*

*g) do Presidente, Vice-Presidente, Diretores-Gerais, Conselheiros ou titulares de cargos equivalentes, no âmbito da respectiva autarquia, fundação ou instituição mantida pelo Poder Público, empresa pública e sociedade de economia mista e suas subsidiárias.*

*XXV - Os titulares com prerrogativa de nomeação, em no máximo de 180 (cento e oitenta) dias, procederão à exoneração dos atuais ocupantes dos cargos de que trata o inciso XXIV e alíneas "a", "b", "c", "d", "e", "f" e "g".*

*XVI - Excetua-se do disposto no inciso XXIV e alíneas a investidura para cargos em comissão de servidores ocupantes de emprego ou cargo efetivo admitidos por concurso público, ou de qualquer outra pessoa, observando-se a compatibilidade do grau de escolaridade do cargo de origem, a qualificação profissional do servidor e a complexidade inerente ao cargo em comissão a ser exercido, vedada, em qualquer caso a nomeação ou designação para servir subordinado à pessoa geradora da incompatibilidade.*

Art. 2º O parágrafo 3º do artigo 27 passará a vigorar com a seguinte redação:

*§ 3º A não observância do disposto nos incisos II, III, IV, VIII, IX, XXII, XXIV, XXV e XVI deste artigo implicará a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.*



Art. 3º Esta emenda constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 22.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

LUIZ CARLOS MARTINS - Vice-Presidente

TADEU VENERI - Membro

LUIZ FERNANDES DA SILVA LITRO - Membro

Em discussão.

Em votação.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, imprensa e convidados que hoje acorrem para acompanhar esta importante votação na Assembleia Legislativa do nosso Estado.

Cumprimento mais uma vez os Vereadores de Ibi- porã aqui já nominados, da minha terra natal e do meu distrito eleitoral.

Hoje, estamos em processo de votação de uma das mais importantes discussões do Legislativo, que é a de estabelecer normas em regime constitucional para observação do Poder Público e da sociedade.

Por esta razão, deu entrada a esta Casa, o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que visa justamente acrescentar parágrafos no artigo 27 da Constituição Estadual que trata das vedações. A Assembleia, que tem no seu processo a votação em dois turnos e a constituição de uma comissão especial para analisar as propostas de reforma da Constituição, escolheu a comissão, formada pelo Deputado Durval Amaral, que ocupou a Presidência; Deputado Luiz Carlos Martins, que ocupou a Vice-Presidência; Deputados Tadeu Veneri e Luiz Fernandes Litro, como membros e a este Deputado, a honrosa condição de ser relator desta PEC.

O que temos dentro desta proposta? A Proposta no seu texto: *Fica vedada a nomeação para cargos em comissão de cônjuge ou parente consanguíneo, por afinidade civil em linha reta e colateral, até o terceiro grau, respectivamente, de Deputados, no âmbito do Tribunal de Contas; do Governador e do Secretário de Estado, no âmbito do Poder Executivo e Legislativo Estadual; de Desembargadores, no âmbito do Ministério Público.*

A comissão formada pelos Srs. Deputados já nominados, discutiu amplamente, ouviu a posição da sociedade organizada, ouviu a OAB, ouviu outros Deputados e, na condição de relator, estivemos abertos a acolher todas as emendas, todas as propostas, todas as sugestões que nos chegaram formalmente ou mesmo informalmente, no sentido de construir uma emenda que, efetivamente, viesse a assegurar a vedação do nepotismo no Estado do Paraná, mas sempre primando pelo respeito à legalidade e observância da sua legalidade.

Por esta razão, ao ampliarmos a extensão da vedação, ampliamos em linha reta, descendente e ascendente

em todas as condições e restringimos em segundo grau, para os parentes, porque assim define o Código Civil nos seus artigos 1502, 1503, 1504 e 1505. Também define a Constituição, quando trata do nepotismo eleitoral, onde impede que candidatos que exerçam poder na mesma circunscrição, os seus parentes de segundo grau estão impedidos de concorrerem.

Foi observado esses princípios constitucionais que este relator restringiu para o segundo grau de um parentesco, mas estendemos para auditores do Tribunal de Contas, representantes do Ministério Público, ao Tribunal de Contas, Diretores, Presidentes, Conselheiros remunerados de companhias de empresas públicas e privadas e também estendemos às fundações e autarquias.

Deixamos claro, para que apenas não prevalecesse, Sr. Presidente, o conceito da simetria a Prefeitos, Vice-Prefeitos e Vereadores e também de Vice-Governador. Por quê? Porque sabemos que grande parte dos problemas de nepotismo vividos na sociedade brasileira instalam-se nas Prefeituras e Câmaras Municipais.

Não ficaram de fora o Executivo, o Legislativo, os órgãos assessores, como o Tribunal de Contas, e nem a empresas diretas e indiretas do Governo do Estado e dos Governos Municipais. A nossa emenda, o nosso substitutivo apresentando à PEC de autoria do Deputado Tadeu Veneri contempla, sim, Sr. Presidente, todos os aspectos da vida nacional. O que não fizemos foi torná-la inconstitucional, impossível de ser executada e implementada, porque se fizermos o cruzamento, estaremos desrespeitando um princípio do regime republicano, que é da não interferência dos Poderes. É da sua autonomia, é do seu funcionamento. E como poderemos impedir que um Vereador, na distante Nova Londrina, possa estar impedido?

Por esta razão, não vejo que esta proposta de emenda à Constituição versa no substitutivo, não possa ser implementada. O nepotismo é algo que herdamos do Brasil Colônia, do lastro cultural português. E nós nem pensávamos que seria pacífico. Sabemos das suas dificuldades. Mas, a legislação não visa, em nenhum momento, atingir quem quer que seja em específico; visa, sim, constituir um padrão de comportamento para o Poder Público do nosso Estado.

Por esta razão que, com o apoio da Comissão da Reforma Constitucional, a PEC-40, com o apoio da Mesa, representada pelo seu Presidente, tenho certeza, por grande parte dos Srs. Vereadores e a compreensão das Lideranças do meu Partido e do Governo, é que fizemos e que apresentamos esta emenda, que permita-me focalizar - a partir de 18 de outubro de 2005, com certeza tivemos uma nova concepção a respeito dos Poderes, a partir do momento em que o Conselho Nacional de Justiça baixou a Resolução nº 07 em que impediu aos membros da Magistratura nacional, que parentes e afins até o terceiro grau, fossem contratados.

Este é o encaminhamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que tínhamos que fazer a respeito desta

Emenda Constitucional. Esperamos que ela possa ter os seus desdobramentos neste plenário e cumprir a finalidade que é de fazer um ordenamento à forma de atuação do Poder Público no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, trabalhadores que nos visitam, autoridades de outros municípios:

Eu não poderia, absolutamente, deixar de manifestar, na discussão desse projeto de autoria do Deputado Tadeu Veneri, e mais de 25 Deputados co-autores. Portanto, é um projeto que não é mais só do Deputado Tadeu Veneri. É importante que isso fique esclarecido. O Deputado José Maria, relator do projeto, já deu informações técnicas, acho que o seu Substitutivo Geral realmente amplia e assegura o que não estava assegurado no projeto anterior. Então, ele reafirma o projeto.

O Deputado Dobrandino também fez uma fala que temos que refletir. Há no Congresso Nacional um projeto em tramitação e outros projetos do Governador que impedem o nepotismo cruzado que nós sabemos muito bem o que isso significa. Deve atender a alguns interesses. Mas, se é para cortar o mal pela raiz, que seja cortado pela raiz. Nós não podemos discutir como se não existissem outros projetos na Casa e uma discussão a nível nacional.

Ouvi os discursos ontem, e não é nada agradável para quem, como muitos de nós, chegou até aqui enfrentando incomensuráveis batalhas, brigando pela ética, pela lisura, pelo compromisso com a decência e com a política (não do balcão de negócios), ouvir insinuações de covardia. Mas, não tenho que responder essa questão, nenhum de nós, porque cada um que está aqui, homem ou mulher, sabe por que está e sabe como chegou até aqui.

Por isso, tenho idoneidade moral para colocar que não fui no passado, em plena Ditadura, não sou e não serei covarde diante das minhas obrigações como Parlamentar e como cidadã.

Esse discursos de querer enxovalhar a nossa decência e dignidade não pega, porque atrás desse discurso tem uma história de luta construída.

Queria dizer que em tempos tão obscuros da vida política brasileira; em tempos de denúncias, de corrupção, de peculato, de desvio de dinheiro público; em tempos de mensalões, de mentira; em tempo de vasculhação indevida às contas de brasileiros, do uso indevido da máquina, em todas as instâncias deste país e em tempos de afronta à nossa esperança de que ainda é possível resgatar a decência no ato de fazer política; em tempos de dança da pizza, dança da Parlamentar que comemora a não cassação de pessoas envolvidas com a corrupção, com sambinha no Congresso Nacional, que afronta a mim e a todo cidadão brasileiro decente; em tempos tão complicados na vida política brasileira, não podíamos, absolutamente, nos esquivar de discutirmos e votarmos esse projeto.

Eu não sou, nunca fui e nunca serei favorável ao nepotismo. Essa é uma posição pública, essa é uma posição que me acompanha há décadas. Queria dizer que nesta Casa, posso falar com serenidade a todos que se interessam ao que falo neste momento. Tenho, nesses três anos e três meses, defendido incondicionalmente o Governo Roberto Requião. Tenho expressado as grandes conquistas dos trabalhadores e do povo do Paraná em relação às ações do Governo.

Tenho hipotecado, aqui, às vezes até debaixo de vaías, as minhas posições, porque elas não foram compradas em supermercados. Foram conquistadas. E para as mulheres, sempre a duras penas. Tenho hipotecado ao Governador meu apoio, meu respeito, meu compromisso de defesa ao nosso projeto de Governo. Tenho hipotecado, aqui, toda a solidariedade e companheirismo que uma pessoa de Partido deve ao Governo.

Mas, não posso hipotecar a ninguém a minha consciência. Não posso hipotecar meus conceitos filosóficos, políticos e teóricos que me fizeram ser uma Deputada Estadual do Estado do Paraná. Não posso hipotecar minha autonomia enquanto Poder. Não posso hipotecar a convicção que tenho, que o uso das instituições e do Poder só deve servir para garantir melhoria na vida das pessoas.

Por isso, o Deputado Líder do Governo já manifestou a posição da Bancada de apoio ao Governador, ontem. Não sou mulher de fugir da raia. embora, em alguns discursos, isto tenha ficado insinuado. Brigas muito maiores que essa já enfrentei e sei que enfrentarei, em defesa do patrimônio público, da decência e da dignidade no ato de fazer política.

Portanto, ninguém tem idoneidade moral para me chamar de covarde, mesmo que de forma velada. Ninguém tem idoneidade moral para dizer que “fugimos da raia” para não discutirmos aquela questão. Não concordo, também, que as instituições se utilizem de momento como este para provocar um certo celeuma e um comportamento que desvia, substancialmente, a responsabilidade de algumas delas.

Não é por aí que vamos chegar a algum lugar. Portanto, hoje, já manifestei à minha Bancada, a minha posição: vou votar no projeto, evidentemente, com a minha consciência, com a certeza absoluta de que estou no caminho certo. Vou votar contra o nepotismo, porque se assim não fosse, eu estaria rasgando uma parte da minha história, estaria rasgando todos os enfrentamentos e as lutas que tive até aqui.

Portanto, esta é a minha posição. Sempre foi. Não serei algemada por defender minhas posições e minhas idéias. Não conseguiram fazer isso nem no tempo em que o Brasil se calava, nem no tempo em que a democracia sucumbia sob as botas do militarismo. Não será agora.

Deixo consignado na Casa a posição desta Deputada e a posição dos Deputados, meus companheiros, que em nenhum momento disseram que seriam contra as teses aqui discutidas. Apenas colocaram e deixaram claro

que existe um outro projeto e também um projeto a nível nacional discutindo a mesma questão.

Não teria cabimento, absolutamente, neste momento, dizer que somos a favor do nepotismo. Mas, também, não teria cabimento me calar e fingir que não estou entendendo que este torpedo tem uma direção certa.

O nepotismo tem que agir desde a raiz, a todos aqueles que o praticam. Não podemos pinçar esta ou aquela pessoa dizer que aquele, sim, pratica, eu não.

Todos aqueles que estão envolvidos no nosso país com esta e com outras questões que estão na pauta e na agenda das discussões nacionais, devem entender o nosso pronunciamento neste momento.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Para encaminhar, Deputado Valdir Rossoni.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Temos conhecimento que entraram na justiça para suspender esta votação.

Alguns Parlamentares não querem, não gostariam que eu encaminhasse para termos a oportunidade de votarmos imediatamente. Acredito que não há nada mais absurdo que querermos suspender esta Sessão por uma medida judicial. Só o boato que correu deixa qualquer um estarecido! Mas, esperamos que isso não seja verdadeiro. Esperamos que possamos exercer aqui o nosso papel.

Concedo um aparte ao Deputado Durval Amaral.

**O Sr. Durval Amaral (PFL)**

Não se trata de um boato.

Tenho aqui um mandado de segurança, tenho o número dele, impetrante o Deputado Rafael Greca, o advogado do Deputado é o Procurador-Geral da Justiça do Estado do Paraná, Dr. Sérgio Botto de Lacerda, está nas mãos do Desembargador, Relator Antônio Lopes de Noronha, tentando impedir que no Paraná seja proibida a prática de nepotismo.

Espero, efetivamente, que o Poder Judiciário do Paraná não conceda liminar, impedindo essa votação, que, com certeza, vão ser aprovado nesta tarde a lei que proíbe o nepotismo no Estado.

Muito obrigado!

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Agradeço a informação de V. Exa.

Até para discordar de alguns Parlamentares em algumas posições, também somos favoráveis ao fim do nepotismo no Estado do Paraná. Mas, quero dizer que a PEC que está aqui, também se fosse para pinçar algo que somos contrários, também sou contrário a uma questão que diz o seguinte: “os titulares com nomeação em, no máximo 180 dias, procederão à exoneração.”

Sou contra este artigo! Penso que essa lei tem que entrar em vigor imediatamente. Aqui, está abrindo uma

exceção para que não se nomeie mais parentes a partir da sua promulgação; mas, está abrindo uma exceção àqueles que estão nomeados só serem exonerados daqui a 180 dias.

Sou contra essa posição, mas, infelizmente, a PEC não permite emenda supressiva.

Votarei favorável ao projeto do Governador.

Este projeto que estamos votando hoje, pode não ser completo, mas é o que temos de melhor, neste momento, para ser votado. Quando estiver em pauta os outros projetos, teremos as condições necessárias para votarmos.

Por essa razão, encerro o meu encaminhamento, até para colocar com os Deputados que são favoráveis ao nepotismo, para que não chegue a medida suspendendo esta Sessão.

Obrigado!

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)**

Para encaminhar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

V. Exa. já encaminhou, Deputado!

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)**

O artigo 173 do Regimento Interno, Sr. Presidente, permite ao relator mais de um encaminhamento.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Com a palavra, V. Exa.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)**

Muito obrigado!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Com relação à colocação do Deputado Valdir Rossoni, Líder da Oposição, de que não concorda com o prazo de 180 dias, não estamos concedendo nenhuma benevolência aos políticos, ao Executivo e àqueles que têm os parentes, que sofrem a vedação em função deste artigo, estamos, sim, observando que esta não é uma emenda que fica na órbita do Governo do Estado, na órbita da Assembléia Legislativa, do Tribunal de Contas e do Ministério Público, mas serão atingidos 399 municípios do nosso Estado, empresas públicas municipais, Câmaras Municipais, Fundações. É por essa razão, preocupados com pequenas Prefeituras que vão ter que se ajustar, que demos esse prazo.

Nós temos consciência de que esta emenda restritiva, inclusive dos direitos individuais, vai atingir pessoas e servidores que prestam bom serviço, mas pelo descalabro das nomeações de parentes havida em todos os níveis de Poder, é que se faz necessária esta emenda.

Agora, o Judiciário, que tem um corpo técnico voltado para funções específicas de administração do direito, concedeu ao poder noventa dias. Nós, sem dúvida, estamos conscientes de que ao concedermos 180 dias estamos dando um prazo bastante razoável para o setor da

Administração Pública, do Legislativo e das empresas que integram o Poder Executivo. Por essa razão, 180 dias não é prazo além, comparativamente, do que o Judiciário concedeu à própria Magistratura, através da Resolução nº 07 do Conselho Nacional de Justiça.

Agradeço os esclarecimentos que me permitiu dar, estribado no artigo 173.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, Questão de Ordem.

(Assentimento)

Sr. Presidente, o Deputado que V. Exa. abriu uma exceção...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não abri exceção! O Regimento permite que o relator use mais de uma vez a palavra para encaminhar.

V. Exa. já encaminhou, peço a sua compreensão.

Deputado Rafael Greca pediu a palavra para encaminhar?

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Eu peço, Sr. Presidente, para ceder a vez ao Deputado Nereu Moura, em seguida eu falarei.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Para encaminhar, Deputado Nereu Moura com a palavra.

O SR. NEREU MOURA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

De fato esta matéria é palpitante e tem nos causado uma grande preocupação. Ontem, Sr. Presidente, utilizando o expediente regimental, tão sobejamente utilizado nesta Casa pela Oposição, saímos do plenário. Saímos não por que queríamos votar, não por que somos contrários; saímos porque é um direito que temos previsto no Regimento desta Casa.

Causou estranheza, Sr. Presidente, que alguns Deputados, maldosamente usassem da tribuna para tentar enxovalhar os nossos nomes. Alguns Deputados querendo “cantar de galo” como se fossem “os paladinos da moralidade”, usaram da tribuna tentando nos colocar contra as pessoas que estavam aqui assistindo à Sessão. Como se nós tivéssemos medo. Porque se medo tivéssemos, estaríamos aqui?

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Apenas um Questão de Ordem, Deputado Nereu, se V. Exa. me permitisse?

(Assentimento)

O Deputado Nereu está dizendo que os Deputados enxovalharam os Deputado do PMDB. Eu não enxovalhei, eu encaminhei.

Gostaria que o Deputado Nereu citasse os nomes dos Deputados, se possível fosse.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Apelo ao Deputado Nereu que encaminhe o projeto.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Estou encaminhando, Sr. Presidente.

O Deputado Rossoni poderá pegar nas notas taquigráficas de ontem, que V. Exa. verá quem encaminhou os discursos. Quem se arvorou, aqui como “paladino da moralidade”. Quem no chamou de “fujões”, de “mentirosos”, quem nos xingou.

Na quarta-feira da semana passada a Oposição esvaziou o plenário, derrubou a Sessão, mas nem por isso nós chamamos os Deputados da Oposição de “fujões” como se tivessem traindo a Pátria. É um direito regimental que o Deputado tem de ficar ou não, no plenário. Um direito que nós nos utilizamos sem o medo de quem quer que esteja aqui. Sem jogar para a platéia, Sr. Presidente.

Sabemos que esse assunto é um assunto palpitante. A Bancada do PMDB, tem, sim, dificuldades para votar esse assunto. E não é segredo para ninguém. É público e notório a dificuldade que temos porque temos pelo nosso Governador lealdade, companheirismo. Temos pelo nosso Governador respeito e ele encaminhou para esta Casa uma mensagem que gostaria que fosse anexada à mensagem que aqui está tramitando.

E segundo informações, Presidente Hermas Brandão, foi dito que seria impossível anexar a mensagem que o Governador Requião encaminhou para esta Casa. Uma mensagem bem mais austera do que a proposta do Deputado Tadeu Veneri. Bem mais ampla, bem mais geral, bem mais irrestrita do que a proposta do Deputado Tadeu Veneri.

Portanto, Sr. Presidente, se nós quisemos discutir esse assunto foi por força da lealdade que nos move com o nosso Governador que quer que o seu projeto seja, sim, discutido. Não temos medo de externar a nossa posição, inclusive se fosse para votar NÃO à proposta do Deputado Tadeu Veneri. Estamos numa democracia e o Deputado que tiver medo da sua posição, não é digno de exercer o seu mandato Parlamentar.

Mesmo que seja para votar a favor ou contra.

Portanto, não nos amedrontam aqueles que pensam que vão nos criar constrangimentos com o povo ou com a nossa consciência. Temos, sim, no nosso Partido, companheiros e lealdade com o Governador Requião. Queremos que a mensagem do Governador seja discutida por esta Casa, para que nós, que estamos tratando do assunto do nepotismo, possamos fazer uma lei não para o Requião, não para o Tribunal de Justiça, não para o Poder Legislativo, mas uma lei para o Paraná, uma lei para o ano que vem, uma lei para daqui a dez, vinte, cinquenta, cem anos, quando não estaremos mais por aqui.

Portanto, Sr. Presidente, em meu nome pessoal, em nome dos meus colegas Deputados do meu Partido, quero externar a nossa indignação em relação aos pronunciamentos proferidos ontem, tentando manchar a nossa

honra e nos jogar contra as pessoas que estavam aqui na tribuna, pensando que teríamos medo da posição firme e clara que adotamos.

Não! Assumimo-la e, inclusive, se fosse para votar NÃO com as galerias cheias, nem elas iriam esconder a verdade dos nossos votos.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito, Deputado Rafael Greca. Quero alertá-lo que será o último encaminhamento contrário ao projeto, de acordo com o artigo 171.

#### O SR. RAFAEL GRECA (PMDB)

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados.

Neste mesmo plenário, em um dia de 1989, nós juramos à Constituição do Paraná, promulgada sob a Presidência do então Deputado Anibal Khury. A Constituição do Paraná em vigor reproduzia a simetria à Constituição da República, a Constituição Cidadã, inspirada por Ulisses Guimarães, votada no ano anterior e no ano anterior promulgada pelo e no Congresso Nacional.

De fato, junto com o Procurador do Estado, em nome do Estado e em meu próprio nome, ingressamos com um mandado de segurança, com um pedido de liminar, no Tribunal de Justiça, baseado na seguinte resenha de fatos: o projeto do Deputado Tadeu Veneri destina-se a alterar o artigo 27 da Constituição Estadual, de forma a acrescentar vedação à chamada prática do nepotismo, no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná.

No dia 27 de março deste ano, o Governador Roberto Requião encaminhou a esta egrégia Assembléia, uma mensagem que tomou o número 21/06, capeando o projeto de lei destinado a dar fundamento legal, mais abrangente, ao combate ao nepotismo em toda a Administração Pública Estadual e também em todos os Poderes do Estado do Paraná.

Apesar de ter sido devidamente alertada da inconstitucionalidade do tratamento do tema relativo aos servidores públicos, mediante emenda da Constituição, a Mesa da Assembléia e o Deputado Hermas Brandão - esclareço aqui que não é nada pessoal, porque é meu amigo fraterno - mandaram-me que me queixasse à Justiça. Um jornal mais grosseiro disse para que eu me queixasse ao bispo.

Acho interessante ouvir a opinião do egrégio Tribunal de Justiça sobre o assunto, porque eu, como engenheiro, não me pretendo constitucionalista, mas vejo vício de origem no projeto do Deputado Tadeu Veneri. Vício de origem, porque o assunto é reservado à iniciativa do Poder Executivo, mediante lei, trata-se de uma inconstitucionalidade formal pois a Constituição Federal remete à regulamentação do regime jurídico dos servidores públicos estaduais, o projeto de lei estadual de iniciativa privativa do Governador do Estado, devido à compulsória simetria com a Constituição Federal.

Há um acórdão do Ministro Maurício Corrêa que assegura a legitimidade dos Parlamentares de impetrarem mandado de segurança quando julgam os seus direitos atingidos, cabe mandado de segurança no curso do processo legislativo contra proposta de emenda constitucional que viole o artigo 60, parágrafo 4º da Constituição: *Há legitimidade ativa do congressista cujo direito subjetivo é ofendido e não de Partido político*, conforme diz o Ministro relator, Celso de Mello.

A minha visão é que a Constituição que eu ajudei a escrever está sendo desrespeitada pela presente votação. É da iniciativa privativa do Governador do Estado a missão de apresentar projeto de lei estadual que disponha sobre regime jurídico de servidores públicos estaduais, ligados ao Poder Executivo. Se Brasília colocar na Constituição do Brasil essa determinação, a Constituição do Paraná a ela deve se adaptar. Se Brasília ainda não votou isso, a simetria com a Constituição Federal pode e deve, no meu ponto de vista, ser respeitada.

Eu não me sinto à vontade, por mais simpático que pareça à mídia, à OAB, dizem que à CNBB, à sociedade, eu não me sinto simpático, embora não tenha nenhum parente empregado na minha equipe nem no meu gabinete, não me sinto à vontade para votar contra a norma constitucional. Acho que já é tempo desta Casa, nas suas comissões, prestar muito mais atenção no processo de respeito às leis e à Constituição. Faço isso no exercício do meu mandato; o princípio de simetria determina que os princípios magnos e os padrões estruturantes do Estado, segundo disciplina a Constituição Federal, sejam tanto quanto possível, objeto de reprodução simétrica nos textos das Constituições Estaduais. Isso ensina o professor Luiz Alberto Davi de Araújo, ensina também Nunes Júnior, ensina Vidal Serrano no livro Curso de Direito Constitucional Positivo, relacionando ao regime jurídico dos servidores públicos do Poder Executivo Estadual esse debate sobre o nepotismo: *É assunto que somente pode ser regulado por meio de lei estadual de iniciativa privativa do Governador do Estado*.

Frise-se que o tratamento mediante proposta de emenda à Constituição está usurpando do Governador a prerrogativa de participar do processo de elaboração da lei que trate de servidores que lhe são subordinados sendo que, apenas o processo de lei ordinário é remetido à sanção ou ao veto do Poder Executivo; o mesmo não ocorrendo, no caso de proposta de emenda à Constituição que aprovada será, imediatamente sancionada pela Mesa da Assembléia.

(Lê):

*Deste modo, a proposta de Emenda à Constituição Estadual nº 40/05, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que trata sobre esta matéria incide em vício de inconstitucionalidade formal, por afrontar o princípio da separação de poderes, que exige a necessária reprodução, na esfera estadual, do artigo 61, parágrafo 1º, II, letra c, da Constituição Federal.*

*Insta ressaltar, inclusive, conforme matéria veiculada na Gazeta do Povo do dia 28 de março do corrente ano, que o primeiro Presidente da Assembléia Legislativa do Paraná, ora Impetrado, já manifestava seu posicionamento quanto à matéria ora sub judice, ao adiantar que iria indeferir o requerimento do Impetrante.*

**KNOER & COSTA**  
Advogados Associados

*Serve o presente **mandamus** para sustar a apreciação do referido projeto de Emenda Constitucional, uma vez apontada flagrante inconstitucionalidade formal.*

*d) Do Direito Líquido e Certo:*

*Os fatos ora narrados estão devidamente comprovados na documentação que acompanha o presente mandamus, bem como no cotejo da legislação que o fundamenta, e sua verificação pelo MM. Juízo independe de dilação probatória, ou seja, apresenta-se líquido e certo.*

*Hely Lopes Meirelles classifica como direito líquido e certo aquele que se comprova de plano, pois se depender de comprovação posterior; afirma, não é líquido nem certo. “O que se exige é prova pré-constituída das situações e fatos que embasam o direito invocado pelo impetrante... Quanto à complexidade dos fatos e à dificuldade da interpretação das normas legais que contêm o direito a ser reconhecido ao impetrante, não constituem óbice ao cabimento do mandado de segurança, nem impede seu julgamento de mérito.”*

*e) Da Verificação dos Requisitos Genéricos das Medidas de Urgência:*

*Assim disposta a conjuntura fática e legal motivadora da presente ação, verifica-se a presença dos requisitos genéricos das medidas cautelares, pois:*

*- o fumus boni iuris depreende-se da própria resenha fática e fundamentação, onde restou devidamente demonstrada a ilegalidade do ato concreto da Mesa da Câmara Municipal que coloca em discussão e votação o Projeto de Lei de Emenda Constitucional que trata de matéria referente ao regime jurídico dos servidores públicos estaduais, de iniciativa privativa do Governador de Estado, devido à compulsória simetria com o modelo federal (artigo 61, parágrafo 1º, II, c, CF);*

*- o periculum in mora é evidenciado pela brevidade com que tal ato (Projeto) entre em votação, visto que a Discussão do Projeto de Emenda Constitucional 40/05 está prevista na Ordem do Dia para a 4ª Sessão Legislativa da Assembléia Legislativa do Paraná, com início previsto para o dia de hoje, 29/03/06 às 14h00.*

*Piero Calamandrei, após ressaltar que a declaração da certeza quanto à existência ou inexistência do direito disputado pelas partes é tarefa que incumbe ao provimento jurisdicional de fundo, principal, chama a atenção ao fato de que para a concessão da providência acauteladora é bastante que a existência do direito se apresente verossímil, ou seja, que “segundo um cálculo de probabilidade se possa prever que a providência prin-*

*cial declarará o direito em sentido favorável àquele que solicita a medida cautelar.” Essa conclusão do notável jurista italiano está em harmonia com seu entendimento de que a finalidade das medidas cautelares reside na antecipação dos efeitos próprios da providência definitiva.*

*“A ética de jurisdição de urgência, pois, acrescentando-se algo àquilo que já disse Tommaso, consiste não só no sacrifício do improvável em detrimento do provável, mas também na avaliação do provável em face do valor jurídico dos interesses em litígio.”*

*Assim, impõe-se a concessão de liminar, determinando-se a imediata sustação da apreciação do Projeto de Emenda Constitucional nº 40/05, diante da iniciativa exclusiva do Governador do Estado para legislar sobre matéria referente ao regime jurídico dos servidores públicos estaduais.*

**III. Do Pedido:**

*Diante do exposto, e pelo muito que poderá ser suprido pelo elevado saber jurídico de V. Exa. requer-se:*

*- a concessão de liminar inaudita altera pars para determinar a sustação da apreciação do Projeto de Emenda Constitucional nº 40/05, diante da competência exclusiva do Governador do Estado para legislar sobre matéria referente ao regime jurídico dos servidores públicos estaduais, ou, acaso já apreciado, para sustar sua promulgação;*

*- a intimação da autoridade coatora para prestar informações no decênio legal;*

*- a intimação do Ministério Público para comparecer ao feito como custos legis;*

*- seja, ao final, julgado procedente o presente mandamus para conceder, em definitivo, a segurança pleiteada, diante da demonstrada ofensa à Constituição Federal e da usurpação da competência privativa do Governador do Estado, declarando a inconstitucionalidade, por vício de iniciativa, do Projeto de Emenda à Constituição do Estado do Paraná nº 40/05.*

*Dá-se à causa o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais), meramente para efeitos de alçada.*

*Nestes termos,*

*Pede deferimento.*

*Curitiba, 29 de março de 2006.*

*(aa) CIBELE FERNANDES DIAS KNOERR*

*SÉRGIO BOTO DE LACERDA*

*Procurador Geral do Estado*

*FERNANDO GUSTAVO KNOERR*

*MARINA BASTOS DE PORCIÚNCULA*

*Temos um projeto de lei do Governador melhor que o do Tadeu Veneri, por isso não precisamos ter medo de qualquer repercussão negativa na opinião pública se rejeitamos o projeto do Tadeu Veneri. Porque o momento não nos dá a chance de votar pela constitucionalidade ou pela inconstitucionalidade e depois votar pelo mérito.*

*Sou mais favorável ao projeto do Requião do que a nós rasgarmos a Constituição e aprovarmos uma emenda*

de iniciativa de um Deputado fugindo da simetria com a Constituição Federal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Ratinho Júnior.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes.

Sem dúvida alguma esse assunto é um assunto muito apaixonante e inclusive polêmico. Estamos vendo alguns Deputados exaltados, estamos vendo atitudes inclusives extra Assembléia Legislativa inclusive invocando a Justiça para que seja interrompido essa votação da Emenda Constituição anti-nepotismo.

Mas, o que fico indignado e o que nos traz a esta tribuna é a questão que, ouvindo o Deputado Rafael Greca, ficamos pensando que: é da vontade do Governador que o Projeto anti-nepotismo seja votado e que o do Governador é melhor. Mas, o projeto da Emenda Constitucional do Tadeu Veneri já foi apresentado em maio do ano passado, vai fazer um ano que esse projeto já está sendo estudado, sendo analisado pela Casa. Inclusive está sendo votado hoje, porque nós Deputados fizemos um requerimento de regime de urgência, senão iria demorar mais alguns meses para que esse projeto fosse votado. Então, o Governador, se o Governo do Estado estivesse tão preocupado em realmente acabar com o nepotismo, teria mandado um projeto semelhante ou melhor antes de maio ou junto na mesma época.

Quer dizer, não estão aproveitando porque agora vai chegar a época eleitoral. Esse projeto foi apresentado o ano passado, o ano passado que eu saiba não teve eleição. Eleitoreiro é, sim, o do Governo do Estado. Mas, o do Governo do Estado é mais amplo. Eu também concordo que o nosso poderia ser mais amplo e discordo do relator do projeto, Deputado José Maria, por dar 180 dias.

Eu acho que poderia ser bem mais curto esse prazo, até porque o Judiciário do Brasil inteiro, deu noventa dias. Nós estamos dando seis meses para mandar embora a parentada. Ora, são mais de seis meses que parentes - e eu estou falando daqueles que abusam em colocar parentes em cargos públicos -, vão estar recebendo à custa do povo.

O projeto do Governo do Estado joga só para o próximo mandato. Quer dizer, vão ficar mais um ano ganhando na mamata, à custa do suor da população. Nós somos contrários. Nós não estamos discutindo se o projeto do Deputado Tadeu Veneri é melhor ou pior do que o do Governador. O que nós estamos falando aqui, é de uma quebra de paradigma, de um vício político que existe há séculos, no Estado do Paraná e no Brasil. É isso que estamos discutindo. Tem que parar esse guerra de dizer que o do Governador é melhor ou o do Deputado Tadeu Veneri é melhor. O que estamos falando aqui, é de um vício maldito, que existe na política brasileira e que o Paraná pode dar exemplo e o PMDB, que é um Partido

histórico, não pode fugir, neste momento, deste debate. Vamos, sim, votar hoje, o projeto contra o nepotismo e votando esse projeto, vamos estar dando exemplo para o Brasil. Depois de promulgada a lei, vamos, sim, fazer a mudança do texto. Nós podemos, nós temos essa prerrogativa de fazer a mudança do texto na Constituição.

Então, peço que os Deputados do PMDB e da Bancada do Governo, que respeitamos e temos uma grande admiração, não é nada contra o Governador. Este projeto não está voltado só para o Governador Roberto Requião. Esse projeto é contra os Prefeitos, Deputados, Tribunal de Justiça, Vereadores, Governo do Estado, que usam e abusam do Poder para colocar parente. Nós sabemos, nós Deputados, que corremos o Estado do Paraná, sabemos que há Prefeituras que abusam, inclusive, colocando mais de quarenta parentes em uma Prefeitura. Isso tem que acabar. Tem que ser eliminado. Por isso, nós não podemos deixar que o dia de hoje passe em vão.

Tem que ser votado esse projeto, para que fique registrado nos Anais do Estado do Paraná, que o Paraná quer avançar e quer moralizar a política brasileira. Por isso, pedimos a compreensão dos Deputados da Bancada do Governo, para acabar com esse debate que o do Governador é melhor, que o do Governador é pior, que este é um projeto oportunista. O projeto não é oportunista. O projeto já está aqui há praticamente um ano nesta Casa, por iniciativa do Deputado Tadeu Veneri, com mais de 28 assinaturas. A imprensa toda divulgou sobre o dia em que foi colocado esse projeto para ser analisado na Casa. Então, todo mundo sabia que esse projeto estava sendo trabalhado, estava sendo estudado. Agora, não é de nenhuma forma, eleitoreiro. O que parece eleitoreiro é aparecer agora um novo projeto.

Nós queremos votar esse, Deputado Rossoni, porque esse projeto vai quebrar o paradigma. Depois de promulgado, nós temos a prerrogativa, de mudar o texto constitucional, se quisermos amplia-lo. Nós podemos fazer isso. Então, peço à Bancada do Governo, que sente, discuta e debata e que, se possível hoje, vote. Nada desse negócio de vir com mandado judicial. Ora, a nossa Assembléia, até hoje e nesses três anos que eu estou aqui, não precisou disso, inclusive vai ficar feio para a Bancada do Governo e para o Governo do Estado. Vai ficar horrível isso, a imprensa mostrando que o PMDB e que o Deputado Rafael Greca quis, judicialmente que não fosse votado o projeto contra o nepotismo. Alguns não estão vendo isso, mas todo mundo está vendo que vai ficar horrível para o Governador, que preza a moralidade, que sempre nos seus discursos, reafirma contra isso. Eu ouvi o Deputado Nereu Moura falando de lealdade. Aqui não está a lealdade, Deputado. Aqui está a questão da sociedade. Essa é a discussão. A defesa da sociedade é muito maior do que qualquer outra lealdade.

Eu peço a compreensão de todos os Deputados e agradeço ao Presidente, pelo encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado André Vargas.  
(**Declina**)

Concedo a palavra ao Deputado José Maria.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Invocando o artigo 173 novamente.

O Deputado Rafael Greca subiu à tribuna para defender as suas idéias, e entendemos isso extremamente normal dentro do processo legislativo e esta Casa, é de discussão. Apresentou um mandado de segurança, com efeito de liminar para que fosse suspensa esta Sessão e, conseqüentemente, não produzisse os efeitos da votação desta Emenda Constitucional.

O Deputado Rafael Greca, segundo a leitura que fez, disse que nós estamos interferindo em seara de competência exclusiva do Executivo e faço essas observações, no estrito dever da defesa do relatório que apresentei à Comissão e junto com a Comissão, foi votado. É no estrito dever, porque se tivesse assinado um relatório e aqui não tivesse feito a defesa dele, não teria eu, a condição de ser Deputado.

O Deputado Rafael Greca disse que estamos violentando a Constituição Federal, a Constituição que ele ajudou a escrever. Eu acho que o Deputado Rafael Greca esqueceu de ler ou de escrever o artigo 37 da Constituição.

O Artigo 37 da Constituição Federal trata exatamente da questão da admissão de pessoal e ali, não tem a interferência do Poder Executivo. Ali, o Executivo não legislou, não teve nenhuma ação efetiva para a escritura do artigo 37 e seus parágrafos. Por esta razão, não vejo que o Deputado Rafael Greca tenha razão e nem os argumentos que sustenta. A Constituição do Rio Grande do Sul introduziu Emenda ao seu artigo 20 em 1995 e recebeu uma ADIN. A ADIN do Rio Grande do Sul tem as mesmas expressões do projeto do Deputado Tadeu Veneri. Ela foi julgada pelo Supremo e foi considerada constitucional. Então, não há nenhuma inconstitucionalidade na emenda que estamos fazendo há mais, o que está sendo votado, não é o projeto do Deputado Tadeu Veneri. O que está sendo votado é a Emenda Substitutiva da Comissão de Reforma Constitucional que tive o prazer, a felicidade e a responsabilidade de ser o seu relator. Então, por essa razão não incide o instrumento que foi a Justiça e que deu vaza à argumentação sustentada pelos seus Procuradores. Eles não representam aquilo que nós estamos votando.

A Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Justiça, editada no dia 18 de outubro de 2005, foi questionada por alguns representantes da Magistratura brasileira, foi ao Supremo. O Supremo julgou e a julgou constitucional. Então, por estas e outras razões é que eu vejo que na proposta de Substitutivo da Emenda, não existe nenhuma inconstitucionalidade.

Quanto à separação dos Poderes, o Deputado Rafael Greca tem razão. Nós não podemos legislar num

processo de Emenda Constitucional, onde um Poder impede que o outro tenha iniciativa, que é o de nomeação cruzada. Esse vai dar possibilidade à inconstitucionalidade.

Quanto ao Deputado Ratinho Júnior que afirma que nós teremos dificuldade de explicar à população, não tem, não. Nós temos quase duzentos anos de emancipação política e sempre o colonialismo prevaleceu de todas as formas e inclusive, o nepotismo, que é uma delas, e dar aos executivos prazo de ajuste de 180 dias. Não tem prazo nem dificuldade alguma porque existem municípios, e muito da estrutura que governa os municípios, e que se valem dos municípios para alavancar elas são, sim, cargos em confiança. E por esta razão foi que nós colocamos 180 dias de prazo. O Judiciário que é o Judiciário, já afirma que é formado de uma classe seleta de profissionais que tem objetivo único que é administrar a justiça e ele deu aos quadros noventa dias. O que nós estamos fazendo é apenas concedendo aquilo que entendemos que seja possível ao Executivo ajustar, o que nós estamos fazendo é a responsabilidade de legislar e legislar com responsabilidade para que as leis provoquem a solução de um problema e não a distorção dos problemas que nós pretendemos vetar. Era esse o esclarecimento.

Muito obrigado!

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Pela Ordem**)

Quero fazer um apelo, inclusive ao Deputado José Domingos Scarpellini, agradecer ao Deputado André Vargas, ao Barbosa Neto, Deputado Plauto que declinaram da palavra porque nós precisamos votar. Se continuarmos discursando, efetivamente poderemos ser atingidos por uma liminar ou possibilitarmos mais facilmente esvaziamento do plenário por parte do PMDB.

Vamos votar, esse é o apelo que faço a todos os Deputados que vão votar contra o nepotismo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Solicito, da forma que determina o artigo 194: será aprovada a proposta pelo processo nominal. Será voto nominal dos Srs. Parlamentares. Quem obtiver em ambos os turnos, ou seja, nessa votação e na outra votação quando será colocado na pauta 3/5 de votos dos membros da Assembléia Legislativa. Para ser aprovada são necessários 33 votos.

Solicito à chamada nominal dos Srs. Deputados, para votação.

Queremos esclarecer ainda que o Presidente, infelizmente, não vota nessa matéria de acordo com o artigo 21.

Pediria ao Deputado Ailton Araújo que assuma a Presidência para que eu possa fazer uso do voto.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Chamada nominal, Presidente.



**O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, na tarde de antes de ontem V. Exa. recebeu uma Questão de Ordem por escrito do Deputado Rafael Greca, que tratava da possibilidade de o projeto enviado pelo Governador do Estado ser apresentado ao projeto que está tramitando aqui na Casa.

A Mesa Executiva fez a resposta por escrito?

**O SR. PRESIDENTE (Ailton Araújo)**

A resposta será encaminhada diretamente ao Deputado Rafael Greca.

**O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)**

Com todo o respeito que nós temos pelo Deputado Hermas Brandão, acho que existe um pequeno equívoco.

O Presidente votará no caso de empate quando se exigir quórum mínimo desde que a maioria absolutamente presente, mas quando o quórum é qualificado, de 2/3, o Presidente poderá votar, sim.

**O SR. PRESIDENTE (Ailton Araújo)**

Independente desta colocação, o Sr. Presidente tem o direito de abrir mão da Presidência para exercer o direito de voto.

Solicito à senhora 1ª Secretária que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados para verificação de quórum.

**A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)**

**(Faz a chamada nominal dos Srs. Deputados)**

**O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, estou abrindo mão da chamada nominal.

Vamos direto ao processo de votação.

**O SR. PRESIDENTE (Ailton Araújo)**

Passamos, então, de imediato, à chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

**A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)**

**(Chamada Nominal dos Srs. Deputados, respondendo e votando os seguintes)**

- Deputado Hermas Brandão (PSDB): SIM.
- Deputado Pedro Ivo Ilkiv (PT): SIM.
- Deputado Augustinho Zucchi (PDT): SIM.
- Deputada Arlete Caramês (PPS): SIM.
- Deputado Nereu Moura (PMDB): ausente.

**O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)**

Eu gostaria que a 1ª Secretária, ao chamar os Deputados, anunciasse a ausência dos que não respondem.

**A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)**

Haverá a segunda chamada, Deputado.

**O SR. ELIO RUSCH (PFL) (Pela Ordem)**

Mas na primeira chamada já comunique se está presente ou não.

**A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)**

**(Continua a Chamada Nominal)**

- Deputado Geraldo Cartário (PMDB): ausente.
- Deputado Elio Rusch (PFL): SIM.
- Deputado Reni Pereira (PSB): SIM.
- Deputado Pastor Edson Praczyk (PRB): SIM.
- Deputado Ademar Traiano (PSDB): SIM.
- Deputado Ademir Bier: ausente.
- Deputado Ailton Araújo: presidindo a sessão.
- Deputado Alexandre Curi: ausente.
- Deputado André Vargas (PT): SIM.
- Deputado Cartário...

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, como Presidente do PSDB do Paraná quero alertar aos Srs. Deputados que quem não votar esta matéria, não terá vaga para ser candidato a Deputado.

Decisão do Partido!

**O SR. PRESIDENTE (Ailton Araújo)**

Não se trata de Questão de Ordem, Sr. Deputado.

**A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)**

**(Continua a Chamada Nominal)**

- Deputado Ângelo Vanhoni (PT): SIM.
- Deputado Artagão Júnior: ausente.
- Deputado Barbosa Neto (PDT): SIM.
- Deputado Carlos SIMões: ausente.
- Deputado Cesar Seleme (PMDB): SIM.
- Deputada Cida Borghetti (PP): SIM.
- Deputado Chico Noroeste (PL): SIM.
- Deputado Cleiton Kielse: ausente.
- Deputado Delegado Bradock: ausente.
- Deputado Dobrandino da Silva: ausente.
- Deputado Duílio Genari (PP): SIM.
- Deputado Durval Amaral (PFL): Por ser contra o nepotismo e a favor do princípio da moralidade e da impessoalidade no serviço público, voto SIM.
- Deputado Elton Carlos Welter (PT): SIM.
- Deputada Elza Correia (PMDB): SIM.
- Deputado Francisco Bühner (PSDB): Voto SIM, mas porque sou contra o nepotismo, não pela vaga no PSDB às prévias no Estado do Paraná.
- Deputado Hermes Fonseca e Jocelito Canto: ausentes.
- Deputado José Domingos Scarpellini (PSB): SIM.
- Deputado José Maria Ferreira (PMDB): SIM.
- Deputada Luciana Rafagnin (PT): SIM.
- Deputado Luiz Accorsi (PSDB): SIM.
- Deputado Luiz Carlos Martins (PDT): SIM.

- Deputado Luiz Fernandes da Silva Litro (PSDB): SIM.

- Deputado Luiz Nishimori (PSDB): SIM.

- Deputado Marcos Isfer (PPS): Voto SIM, por uma questão de princípio, de ideologia até, programaticamente do PPS.

- Deputado Mauro Moraes: ausente.

- Deputado Miltinho Pupio (PSDB): SIM.

- Deputado Natálio Stica (PT): SIM.

- Deputado Neivo Beraldin (PDT): SIM.

- Deputado Nelson Garcia (PSDB): SIM.

- Deputado Nelson Justus (PFL): SIM.

- Deputado Padre Paulo Campos (PT): Contra o nepotismo, voto SIM.

- Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL): SIM.

- Deputado Rafael Greca: ausente.

- Deputado Ratinho Júnior (PPS): SIM.

- Deputado Renato Gaúcho (PDT): SIM.

- Deputado Tadeu Veneri (PT): SIM.

- Deputado Valdir Rossoni (PSDB): SIM.

- Deputado Waldir Leite (PPS): SIM.

Vamos proceder à segunda chamada nominal.

- Deputado Nereu Moura: ausente.

- Deputado Geraldo Cartário: ausente.

- Deputado Ademir Bier: ausente.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, apesar de ser facultado ao Presidente não votar, consultaria a V. Exa. se o Deputado Pedro Ivo - Vice-Presidente desta Casa - poderia assumir a Presidência para que V. Exa. pudesse votar, porque sei que é desejo de V. Exa. votar, também, contra o nepotismo.

O SR. PRESIDENTE (**Ailton Araújo**)

Estamos em regime de votação e não podemos alterar a Mesa.

Continuamos a segunda chamada.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (**Cida Borghetti**)

- Deputado Ailton Araújo: exerce a Presidência.

- Deputado Alexandre Curi: ausente.

- Deputado Antonio Anibelli: ausente.

- Deputado Artagão Júnior: ausente.

- Deputado Carlos Simões: ausente.

- Deputado Cleiton Kielse: ausente.

- Deputado Dobrandino da Silva: ausente.

- Deputado Delegado Bradock: ausente.

- Deputado Hermes Fonseca: ausente.

- Deputado Jocelito Canto: ausente.

- Deputado Rafael Greca: ausente.

- Deputado Mauro Moraes (PMDB): SIM.

Quarenta Deputados votaram com a expressão SIM, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Ailton Araújo**)

40 dos Srs. Deputados votaram com a expressão “SIM”. Está aprovado.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Eu quero cumprimentar a Bancada do PSDB, como Líder do PSDB, pela unanimidade dos votos e pela coerência neste posicionamento com relação ao nepotismo no Paraná.

O SR. NEIVO BERARDIN (**PDT**)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Ailton Araújo**)

Só gostaria que fosse Pela Ordem em função de que a última solicitação se tratava de Questão de Ordem.

O SR. NEIVO BERARDIN (**PDT**)

Apenas uma questão de registro.

(**Assentimento**)

Após atingido o número suficiente tivemos a conquista de mais alguns votos. Era isso.

O SR. PRESIDENTE (**Ailton Araújo**)

Está feito o registro.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Para registrar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Quero, como Líder do PFL, registrar o voto de todos os Parlamentares deste Partido que votaram “SIM” contra o nepotismo.

O SR. PRESIDENTE (**Ailton Araújo**)

Nós entendemos que não há necessidade de fazer registro, uma vez que está aqui na...

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

É justificativa de voto, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Ailton Araújo**)

A justificativa de voto terá que ser por escrito.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Pela Liderança do PDT, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Ailton Araújo**)

Para quê, Sr. Deputado?

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT)

Para comunicar que a Bancada votou unida. Todos contra o nepotismo.

O SR. PRESIDENTE (**Ailton Araújo**)

Está feito o registro.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Para comunicar que o Bloco do PP-PSB: Deputada Cida Borghetti, Deputado Duílio Genari, Deputado José Domingos Scarpellini e Deputado Reni Pereira fechamos questão e votamos de maneira integral pelo fim do nepotismo no Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Ailton Araújo**)

Está feito o registro.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Pela Liderança do PPS, Sr. Presidente, também para registrar que o PPS - Partido Popular Socialista todos os Deputados votaram, a não ser V. Exa. Deputado Ailton Araújo, porque estava presidindo a Sessão, mas desde o começo deu o seu registro já que seu voto era SIM.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Ailton Araújo**)

Está feito o registro.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Apenas para registrar a presença do Presidente da Amop, o Prefeito Francisco Menin de Santa Tereza que está na Tribuna de honra assistindo a esta Sessão. Da mesma forma, os Vereadores de Missal que estão aqui presentes, Vereador Toninho, Vereador Lauro, Vanderlei e o Nelson Fernandes e tantos outros Vereadores do interior do Paraná que vieram assistir à Sessão de hoje.

Esse é o registro que faço.

O SR. PRESIDENTE (**Ailton Araújo**)

Esta Casa sente-se honrada com as presenças das pessoas aqui anunciadas.

O SR. RATINHO JÚNIOR (PPS)

Para registrar a presença do Vereador Binga da cidade de Pinhais dando a satisfação da sua presença aqui na Assembleia Legislativa.

O SR. PRESIDENTE (**Ailton Araújo**)

Está feito o registro

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Quero destacar a coragem e a disposição da Deputada Elza Correia e do Relator da Comissão Especial, Deputado José Maria, de contrariar a orientação do seu Partido e votarem SIM. São do PMDB, deram quórum e votaram SIM.

Parabéns a esses Deputados!

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Da mesma forma quero me associar à manifestação do Deputado Elio com relação aos Vereadores da cidade de Missal, ao mesmo tempo em que registro, também, a presença dos Vereadores do município de Pranchita, Flávio Roque, Heitor Guareski, Luir Langue e Naori Pirobã.

O SR. PRESIDENTE (**Ailton Araújo**)

De igual forma esta Casa sente-se honrada.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Quero registrar a presença do Vereador de Guaruapuava, Gilson Amaral, pré-candidato a Deputado Estadual.

O SR. PRESIDENTE (**Ailton Araújo**)

Está feito o registro. Agradecemos a presença.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Não quero cometer injustiças, Sr. Presidente.

Quero destacar a coragem do Deputado Cesar Seleme que daqui a poucos dias não estará mais conosco, mas deixa um exemplo para o Paraná e para sua família: votou "SIM" pela proibição do nepotismo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Quero agradecer as palavras do Deputado Durval Amaral, Presidente da Comissão, mas só quero fazer uma correção: não contrariei nada, só votei com a minha consciência.

Só esse registro que desejo deixar.

O SR. PRESIDENTE (**Ailton Araújo**)

Continuando com a Ordem do Dia.

## ***2ª Discussão (Votação em)***

### **ITEM 02**

#### **VOTAÇÃO EM:**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 527/05, de autoria do Deputado Neivo Beraldin, proibindo o Poder Executivo, as Secretarias de Estado ou qualquer órgão da administração pública direta ou indireta de realizar contratos e repasse de recursos financeiros de publicidade junto a emissoras e programas de rádio e televisão e publicações que pertencem a políticos em mandato eletivo. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL À

EMENDA 01 E CONTRÁRIO À EMENDA 02. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado, o projeto, artigo por artigo.**

Em votação a Emenda nº 01. **Aprovada.**

A Emenda nº 02 fica **prejudicada.**

O SR. NELSON JUSTUS (PFL)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Apenas anunciar a presença aqui do ex-Prefeito de Ipiranga, Robertinho e o atual Vereador Ageu como também a nossa ex-primeira dama aqui presente presenciando esta votação histórica.

O SR. PRESIDENTE (Ailton Araújo)

A Casa, como V. Exa. sente-se honrada com a presença dos nossos visitantes.

### **3ª Discussão**

#### **ITEM 03**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 464/05, de autoria do Deputado Ratinho Júnior, estabelecendo a exigência de utilização do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, para entes públicos ou privados, nas contratações de bens e serviços comuns, realizadas em decorrência de transferências voluntárias de recursos públicos do Estado, decorrentes de convênios ou instrumentos congêneres, ou consórcios públicos. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ NA FORMA DA SUB-EMENDA. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Emenda - **Aprovada a emenda.**

### **2ª Discussão**

#### **ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 718/03, de autoria do Deputado Elton Welter, que altera o artigo 1º da Lei nº 12.442, de 13 de janeiro de 1999, que declara de Utilidade Pública a Central de Associações do Oeste do Paraná - Caopa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 211/05, de autoria do Deputado Delegado Bradock, dispondo sobre a gratificação de tempo integral e dedicação exclusiva para os servidores, ocupantes do cargo de delegado de polícia das diferentes classes, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e SP.

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 609, de autoria do Sr. Deputado Delegado Bradock, constante do

expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 211/05.

#### **ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 330/05, de autoria do Deputado Delegado Bradock, obrigando as empresas de informações reservadas ou confidenciais, comerciais ou particulares, de que tratam a Lei Federal nº 3.099 de 24/02/1957, e o Decreto nº 50.532 de 05/1961, bem como os escritórios de detetives particulares autônomos, e as entidades que ministrem cursos de treinamento desses profissionais a se cadastrarem perante o Poder Público, e define informações e requisitos básicos de interesse da administração e da proteção ao consumidor. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. **Aprovado, artigo por artigo.**

Em votação o Requerimento nº 599, de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente, solicitando a antecipação da Sessão Ordinária do dia 30 (quinta-feira) para logo após o término da Sessão Ordinária e a diminuição do interstício. **Aprovado.**

#### **ITEM 07**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 399/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, concedendo título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Jefferson Nogaroli. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 08**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 695/05, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, instituindo o "Programa de Compromisso da Empresa e Órgãos Públicos do Governo do Paraná com as condições de acessibilidade em calçadas e vias públicas". COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.** Emenda - **Aprovada.**

#### **ITEM 09**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 729/05, de autoria do Deputado Natálio Stica, declarando de Utilidade Pública o Instituto 21 de Março - Consciência Negra e Direitos Humanos, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 10**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 756/05, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declarando de Utilidade Pública a Comunidade Cristã Água Viva, com sede e foro na cidade de Medianeira. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 11**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 759/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, dispondo sobre a elaboração, a redação, alteração e a Consolidação das Leis, conforme determina o parágrafo único do artigo 63 da Constituição do Estado, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 12**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 769/05, de autoria da Deputada Arlete Caramês, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais, Mestres e Funcionários da Escola Estadual São João - APMF, com sede e foro no município de Ubatuba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 13**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 773/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, instituindo no Estado do Paraná, o dia 06 de dezembro, como o Dia de Luta Contra o Câncer de Próstata. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 14**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 790/05, de autoria do Deputado Rafael Greca, instituindo o reconhecimento de Utilidade Pública à Associação de Ginástica Rítmica - segundo os critérios que determina, e dá outras providências. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.** Emenda - **Aprovada.**

**ITEM 1**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 792/05, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, declarando de Utilidade Pública a Fundação Municipal de Saúde de Bituruna, com sede no município de Bituruna e foro no município de União da Vitória. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 16**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 797/05, de autoria do Deputado Rafael Greca, declarando de Utilidade Pública o Coral Vozes da Estrada, com sede e foro no município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 17**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 010/06, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, declarando de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, com sede em Jundiaí do Sul e foro no município de Ribeirão do Pinhal. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 18**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 012/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, denominando de Prefeito Francisco Teixeira, uma parte do trecho da PR-281 que liga a localidade Lagoinha à sede do município de Agudos do Sul. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.** Emenda - **Aprovada.**

**ITEM 19**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 019/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/06, que autoriza o Poder Executivo doar à Cohapar, imóvel situado no município de Itapejara do Oeste. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.** Emenda - **Aprovada.**

**ITEM 20**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 023/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, declarando de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Alto São João, com sede e foro em Laranjeiras do Sul. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 21**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 035/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, declarando de Utilidade Pública a Casa Assistencial Bezerra de Menezes, com sede e foro no município de Maringá. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

**ITEM 22**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 070/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que autoriza o Poder Executivo a doar à Companhia de Habitação do Paraná - Cohapar, o imóvel que especifica, localizando no município de Figueira. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

**1ª Discussão****ITEM 23**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 287/05, de autoria do Deputado Delegado Bradock, dispondo sobre o Programa Escola Domiciliar, para alunos enfermos matriculados na rede pública estadual de ensino do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CSP e CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 044/05, de 17/05/05).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 287/05

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 287/05, de autoria do Deputado Delegado Bradock, não está criando atribuições aos

órgãos do Poder Executivo, pois estas atribuições lá estão previstas no artigo 5º da Lei Estadual 4978/64:

*Art. 5º A educação é direito de todos e será dada no lar e na escola.*

Cabe à Secretaria de Educação e Cultura velar pela observância das leis, de acordo com o artigo 68 da Lei nº 4978/64:

*Art. 68 - À Secretaria de Educação e Cultura incumbe velar pela observância das leis federais e estaduais de ensino e pelo cumprimento das decisões do Conselho Federal de Educação e do Conselho Estadual de, competindo-lhe, ainda, organizar, difundir, administrar, orientar e fiscalizar o ensino no Estado de acordo com o que dispõe a presente lei.*

Diante do exposto e na ausência de providências, por falta de um programa, não vemos impedimento para a aprovação da proposição, pois cabe a iniciativa, visto que não está entre aquelas que são exclusivas do Executivo.

Propomos emenda para que se exclua-se do artigo 6º a expressão: “revogadas as disposições em contrário”.

Somos favoráveis.

Este é o parecer.

Sala das Comissões, em 23.08.2005.

(aa) DRUVAL AMARAL - Presidente

AILTON ARAÚJO - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PROJETO DE LEI Nº 287/05

P A R E C E R :

#### **Dos Fatos e da Fundamentação**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Delegado Bradock, dispõe sobre o Programa Escola Domiciliar para alunos enfermos matriculados na rede pública estadual de ensino do Paraná.

#### **Do Parecer**

Preliminarmente deve-se ressaltar que a função de promoção da Saúde e Assistência Social é de competência comum dos três entes federativos, conforme dispõe a Constituição Federal em seu artigo 23, inciso II.

O projeto ora em análise visa atender aos alunos que, comprovadamente, estejam impedidos de comparecer às aulas, garantindo assim o atendimento, tanto em domicílio, quando em hospital. Tal propositura vem ao encontro da melhoria da qualidade de vida e qualificação profissional das crianças e jovens, principalmente daquelas com menor recurso que se encontram impossibilitadas de comparecer às aulas na rede pública por estarem enfermas.

Isto posto, não vislumbrando nenhum óbice quanto ao referido projeto, somos favoráveis à regular tramitação da proposta.

Sala das Comissões, em 10.11.2005.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente

NEIVO BERARDIN - Relator

### COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIAS E TECNOLOGIA PROJETO DE LEI Nº 287/05

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Delegado Bradock, dispõe sobre o Programa Escola Domiciliar para alunos enfermos matriculados na rede pública estadual de ensino do Paraná.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a Comissão de Constituição e Justiça aprovou parecer favorável do Deputado Ailton Araújo. A Comissão de Saúde Pública, através do relator, Deputado Neivo Beraldin, se manifestou favoravelmente à tramitação da proposta.

Chamada esta Comissão a se manifestar, consideramos que a matéria é de grande benefício ao aluno com menor recurso, garantindo a melhoria da qualidade de vida.

Diante do exposto, em razão de não vislumbrar qualquer óbice, nosso parecer é favorável ao Projeto de Lei nº 287/2005.

Sala das Comissões, em 10.11.2005.

(aa) RENI PEREIRA - Presidente

ELZA CORREIA - Relatora

#### **ITEM 24**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 418/05, de autoria do Deputado Delegado Bradock, dispondo sobre a Lei de Promoções dos Oficiais da Polícia Militar do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 067/05, de 27/06/05).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PEDIDO DE VISTAS AO

#### PROJETO DE LEI Nº 418/05

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Delegado Bradock, altera a Lei nº 5.944/69. Solicitamos vistas em função do mesmo ter recebido parecer contrário do nobre Deputado José Maria Ferreira, baseado no artigo 66, inciso IV da Constituição Estadual (competência privativa do Governador do Estado).

Atentos à leitura do projeto e de seu mérito, concluímos que, de acordo com o artigo 53 da Constituição Estadual, que diz:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:*

(...)

*XI - organização do Ministério Público, da Procuradoria-Geral do Estado, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, da Polícia Militar, da Polícia Civil e demais órgãos da administração pública;*

Concluímos que nosso voto divergente está fundamentado no direito constitucional, visto o que reza nossa Constituição acima transcrita, bem como entendemos que

o presente projeto ajusta, numa linguagem mais clara e isonômica, o artigo 54 da Lei nº 5.944/69 que diz:

*Art. 54. Concorre à promoção por merecimento o oficial que, satisfazendo as exigências desta lei, esteja colocado:*

*I - no primeiro quarto do seu escalão hierárquico previsto, se Segundo Tenente; (26)*

*II - no primeiro terço de seu escalão hierárquico previsto, se Primeiro Tenente; (26)*

*III - na primeira metade de seu escalão hierárquico previsto, de Capitão a Tenente-Coronel, inclusive; (26)*

*Parágrafo Único. Sempre que aplicadas às disposições deste artigo, restar coeficientes fracionário, a fração é tomada por inteiro.*

Na proposta do Deputado Bradock, a redação fica clara e precisa, necessitando, portanto, desta alteração.

O artigo 41 inciso VIII da Lei nº 5.944/69, cujo projeto propõe a revogação, está em contradição com o inciso VII, Vejamos:

*Art. 41. o oficial é excluído do quadro de acesso pelo seguintes motivos:*

*(...)*

*VII - condenação por sentença criminal, mesmo beneficiado por “sursis”, durante a vigência de pena;*

*VIII - estar “subjudice”;*

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LVII, é clara dispondo que:

*Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:*

*(...)*

*LVII - ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;*

*(...)*

Convém citar que, em pesquisa na Diretoria Legislativa desta Casa, encontramos as Lei 9.156/89 e 12.975/2000 oriundas deste Poder, sancionadas e publicadas que tratam da matéria ora proposta.

Portanto, somos de parecer favorável à tramitação do projeto, e posterior apreciação do Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 04.10.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI Nº 418/2005

P A R E C E R :

#### Histórico

O Projeto de Lei nº 418/05, de autoria do Deputado Delegado Bradock, altera a Lei nº 5.944/1969, estabelecendo novos critérios para a promoção por merecimento dos oficiais.

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

#### Fundamentação

O projeto não apresenta óbice de natureza legal ou constitucional, sob o ponto de vista orçamentário.

A execução do projeto não interfere no Orçamento do Estado e não gera novos custos para a máquina administrativa, motivo pelo qual merece acolhimento por esta douda Comissão.

#### Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua tramitação.

Sala das Comissões, em 26.10.2005.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

#### ITEM 25

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 020/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/06, autorizando o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel situado no município de Curitiba, conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/06, de 20/02/06 em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 20/06

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 003/06, autoriza o Poder Executivo a efetuar cessão de uso do imóvel situado no município de Curitiba, conforme especifica.

O imóvel em questão, localiza-se na Rua Ver. Nicolau Lange, no bairro Tarumã, que será utilizado para o funcionamento do Piá Olímpico Ivone Pimentel.

O projeto ora analisado está em plena conformidade com as disposições constitucionais.

Quanto à técnica legislativa, não foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98, que em seu artigo 9º trata da cláusula de revogação.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação através da Emenda Corretiva anexa.

Sala das Comissões, em 14.03.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
EMENDA CORRETIVA AO  
PROJETO DE LEI Nº 20/06

Art. 4º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.03.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoioamento:

Hermes Fonseca.

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO  
PROJETO DE LEI Nº 20/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 020/06, deriva da Mensagem nº 003/06, do Chefe do Poder Executivo Estadual que autoriza a efetuar cessão de uso do imóvel urbano que específica, localizado nesta Capital, para o município de Curitiba.

O imóvel a ser cedido terá finalidade exclusiva para funcionamento do Piá Olímpico Ivone Pimentel, com vigência até 31 de dezembro de 2006, podendo ser revogado mediante acordo entre as partes.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à matéria, emite seu parecer favorável à proposição.

Sala das Comissões, em 14.03.06.

(aa) ANDRÉ VARGAS - Presidente

DURVAL AMARAL - Relator

**ITEM 26**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 049/06, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, declarando de Utilidade Pública a Sociedade Patobranquense, de Estudos Espíritas, com sede e foro no Município de Pato Branco. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 006/06, de 22/02/06).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 049/06

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei em tela, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, declarando de Utilidade Pública Estadual a Sociedade Patobranquense, de Estudos Espíritas, com sede e foro no Município de Pato Branco.

**Fundamentação**

Chamada esta relatoria a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 27**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 053/06, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, concedendo o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Revmo. Frei Policarpo Berri. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 006/06, de 22/02/06 em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 53/06

P A R E C E R :

**Do Relatório**

O Projeto de Lei nº 53/06, de iniciativa do Exmo. Sr. Deputado Antonio Anibelli, tem por escopo, conceder o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Revmo. Frei Policarpo Berri.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o artigo 43 do Regimento Interno desta Casa de Leis, conclui-se que o presente projeto de lei não encontra óbice legal em prosseguir, salientando que se trata de iniciativa de grande mérito e que merece consideração e apreço pois concede título de Cidadão Honorário ao Revmo. Frei Policarpo Berri, que conforme depreende-se da justificativa em anexo, trata-se de pessoa de ilibada conduta, de caráter exemplar, uma grande personalidade de nossa sociedade.

**Conclusão**

Diante do exposto, esta Comissão de Segurança apresenta parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 53/06, objeto desta análise.

Sala das Comissões, em 28.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DELEGADO BRADOCK - Relator

A Sra. 1ª Secretária, nobre Deputada Cida Borghetti, fará a chamada dos Srs. Deputados, para a votação.

**A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)**  
**(Procede à chamada nominal)**

Quarenta e sete (47) Srs. Deputados votaram, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Ailton Araújo)**

Convidamos para proceder à apuração, os Srs. Deputados: Delegado Bradock, Waldir Leite e Ademir Bier.

**O SR. NELSON GARCIA (PSDB) (Pela Ordem)**

Gostaria de registrar a presença do Vereador de Mariluz, José Alexandre; o Vereador Rogério Francisquini, de Tapejara; e os companheiros Emerson Brati e Evandro Brati, também de Tapejara.

**O SR. TADEU VENERI (PT) (Pela Ordem)**

Apenas para registrar e agradecer à presença da Vereadora Josete, do PT, de Curitiba.

Obrigado, Josete.

**O SR. PRESIDENTE (Ailton Araújo)**

Esta Casa também sente-se agradecida pela presença dos visitantes anunciados.

Um voto NÃO, 46 votos SIM.

**Está aprovado em 1ª Discussão.**



**ITEM 28**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 055/06, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declarando de Utilidade Pública a Associação Comercial e Empresarial de Missal, com sede naquele Município e foro em Medianeira. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado.** (Publ. no DA n 006/06, de 22/02/06)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 055/06

**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, declara de Utilidade Pública a Associação Comercial e Empresarial Missal, com sede naquele Município e foro em Medianeira.

**Fundamentação**

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

**ITEM 29**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 015/06, aprovando abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 67.700.000,00 (sessenta e sete milhões e setecentos mil reais), ao Orçamento das Secretarias de Estado da Educação, da Saúde, do Desenvolvimento Urbano e dos Transportes, aprovados pela Lei Estadual nº 14.977, de 28/12/05. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CO. COM EMENDA DA CCJ E CO. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA nº 009/06, de 07/03/06, em Mensagens)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 068/06

**P A R E C E R :****Preâmbulo**

O presente projeto de lei tem como escopo aprovar a abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 67.700.000,00 (sessenta e sete milhões e setecentos mil reais), ao orçamento das Secretarias de Estado da Educação, da Saúde, do Desenvolvimento Urbano e dos Transportes, aprovados pela Lei Estadual nº 14.977, de 28/12/05.

**Legitimidade**

A legitimidade para legislar quanto à presente matéria, encontra-se definida na Constituição Estadual, conforme segue:

*Art. 133. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:*

*(...)*

*II - as diretrizes orçamentárias anuais;*

*III - os orçamentos anuais;*

*(...)*

*§ 3º A lei de diretrizes orçamentárias, de caráter anual, compreenderá:*

*VI - os ajustamentos do plano plurianual decorrentes de uma reavaliação da realidade econômica e social do Estado;*

*(...)*

*§ 10. Ao Poder Legislativo é assegurada autonomia financeira e administrativa e a sua proposta orçamentária será elaborada dentro do limite percentual das receitas correspondentes aos demais Poderes, a ser fixada na lei de Diretrizes Orçamentárias. (grifo nosso)*

*Art. 134. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pela Assembléia Legislativa.*

Ainda a respeito da matéria tratada pelo referido projeto, a Constituição Estadual ratifica:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Pode-se constatar que se trata de matéria de iniciativa do Poder Executivo havendo, portanto, legitimidade para sua propositura.

**Fundamentação**

Com a análise do artigo 36, da Lei 14.783, que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias do Estado, para o exercício financeiro de 2006, temos que, o referido projeto encontra respaldo legal por legislar dentro dos limites legais expostos pelo referido artigo.

*Art. 36. A Lei Orçamentária para o exercício de 2006, conterá autorizações para abertura de créditos adicionais até o limite máximo de 10% do valor da receita fixada para o exercício, nas formas previstas no parágrafo 1º, do artigo 43 da Lei Federal nº 4320/64, excetuando-se as dotações vinculadas suportadas por recursos provenientes de Convênios, Acordos Nacionais, e com Agentes Financeiros Internacionais, tendo como limite o valor dos respectivos instrumentos jurídicos celebrados para o exercício. (grifo nosso)*

Conforme o artigo 4º da Lei 14.977, os Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta estimam uma receita líquida de R\$ 16.497.968.705,00 (dezesseis bilhões, quatrocentos e noventa e sete milhões, novecentos e sessenta e oito mil, setecentos e cinco reais), o que apenas ratifica que o projeto de lei encontra-se dentro dos limites legais ao aprovar uma abertura de crédito em valor inferior a 10% da receita

fixada para o exercício.

Ademais, esses recursos serão provenientes de recursos próprios do Detran - Departamento de Trânsito do Paraná, que recebeu repasse de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) pelo artigo 24 da Lei 14.977/2006, e também de recursos financeiros recolhidos pelo Tesouro Geral do Estado pela Agência de Fomento.

#### **Constitucionalidade**

Os créditos adicionais referentes ao projeto de lei em questão serão destinados a ações de educação, saúde e obras públicas, que visam a melhoria da condição de vida da população paranaense.

Sobre a matéria em tela, J. Teixeira Machado Júnior e Heraldo da Costa Reis, em sua obra 'A Lei 4320 Comentada' nos ensina que:

*São condições básicas para abrir créditos especiais ou suplementares:*

- a *prévia autorização legislativa*;
- a *indicação de recursos*.

Analisando os requisitos exigidos para tal proposição, verifica-se que o referido projeto encontra os respaldos legais, e encontra-se em consonância com o ideal de dignidade da pessoa humana ao adaptar a utilização de seus recursos para melhoria da qualidade de vida da população paranaense.

Quanto à técnica legislativa, o projeto não está em conformidade com os requisitos do artigo 9º da Lei Complementar nº 95/98, a qual dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis:

*Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.*

Para correção desse vício formal, sugerimos a adoção da emenda modificativa em anexo.

#### **Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### **COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 068/06**

Atendendo ao disposto no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei Ordinária nº 068/06, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

#### **COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 068/06**

#### **P A R E C E R :**

O projeto de lei em análise, oriundo de Mensagem do Poder Executivo, através da Mensagem nº 015/06, que aprova abertura de créditos adicionais no valor de R\$ 67.700.000,00 (sessenta e sete milhões e setecentos mil reais); sendo R\$ 32.775.000,00 (trinta e dois milhões, setecentos e setenta e cinco mil reais) ao Orçamento do Instituto de Desenvolvimento Educacional do Paraná - Fundepar, vinculado à Secretaria de Estado da Educação; R\$ 22.275.000,00 (vinte e dois milhões, duzentos e setenta e cinco mil reais) ao Orçamento do Fundo Estadual de Saúde - Funsau de Isep, vinculado à Secretaria de Estado da Saúde; R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais) ao Orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e R\$ 11.150.000,00 (onze milhões, cento e cinquenta mil reais) no Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, vinculado à Secretaria de Estado dos Transportes.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a douta Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável à mesma.

Chamada a opinar, conforme preceitua o parágrafo 4º, do artigo 33 do Regimento Interno, acompanha o parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça ao projeto em questão, que informa os recursos para os créditos ora propostos que serão provenientes de Recursos Próprios do Departamento de Trânsito do Paraná - Detran e de recursos financeiros recolhidos ao Tesouro Geral do Estado pela Agência de Fomento, aprovados pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005.

A autonomia do Poder e a sua função fiscalizadora devem ser sempre mantidas, para que o papel das Instituições tenha legitimidade na consolidação do processo democrático. Assim, a definição de limites e/ou critérios aprovados pelos instrumentos legais é a garantia de que este Legislativo exerce com plenitude o seu papel constitucional.

É o parecer, na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 27.03.06.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

#### **COMISSÃO DE ORÇAMENTO EMENDA MODIFICATIVA PROJETO DE LEI Nº 068/06**

O artigo 4º do Projeto de Lei nº 068/06 passa a vigorar com a seguinte redação:

*Art. 4º Fica o Departamento de Estradas e Rodagens - DER autorizado a alterar as obras constantes do Anexo V - Programa de Obras - DER, do Anexo VII, da*

*Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, decorrentes da implantação desta lei.*

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

MARCOS ISFER - Relator

Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Governo do Estado envia a mensagem nº 015 acompanhando o Projeto de Lei nº 069/06, solicitando abertura de um crédito adicional de 67 milhões e 700 mil reais. O que nos estranha, Srs. Deputados, que são 67 milhões de reais que o Governo do Estado solicita, através de um crédito especial. Pois bem, estranhamos muito, porque este projeto não vem acompanhado de um anexo dizendo qual a suplementação e qual é o cancelamento.

Embora diga que para cobrir os sessenta e sete milhões e setecentos mil reais - e aí é que eu chamo a atenção dos Srs. Deputados - ele diz que os recursos para dar cobertura a esse valor, são provenientes do Detran do Estado do Paraná e da Agência de Fomento.

Pois bem. Qual é o valor que vem do Detran? Qual é o valor que vem da Agência de Fomento? Não há nenhuma explicação. No mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria de uma explicação da Liderança do Governo, que possa nos esclarecer qual é o valor que é proveniente do Detran e qual é o valor que vem da Agência de Fomento, sendo que a Agência de Fomento é uma empresa que gerencia e que opera recursos das mais diversas Secretarias e também do Sedu.

Nós sabemos que, dentro da Agência de Fomento, salvo se estiver errado, existem recursos específicos do FDU - Fundo de Desenvolvimento Urbano. É o financiamento específico, Deputado Bradock e Deputado Dobrandino, V. Exa., que é o Líder do Governo, que são específicos para os municípios. Mas qual é o valor que o Governo do Estado e, Deputado Dobrandino, se V. Exa. pudesse colaborar conosco, qual é o valor que vem da Agência de Fomento e qual é o valor que vem do Detran. Se V. Exa. pudesse informar, ficaria grato.

O SR. PRESIDENTE (**Ailton Araújo**)

Não pode aparte neste instante.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

Então, como não pode aparte, espero que o Líder do Governo possa informar aos Deputados, porque é impossível votarmos sem sabermos qual é o valor dos recursos do Detran.

Deputado Alexandre Curi, V. Exa. que está fazendo um lobby para que seja aprovado, qual é o valor que vem do Detran? O Presidente da Casa me entrega neste momento, que não faz parte e quer deixar claro que quando um projeto que está conosco, que está na Ordem

de Dia, não está específico, o Presidente me entrega agora, que trinta e quatro milhões e setecentos mil são do Detran e trinta e três mil da Agência de Fomento.

Eu só solicitaria ainda, Presidente Hermas Brandão, já que V. Exa. foi o portador e me entregou esse documento, que enviasse... Ah! Faz parte? Então, que o Governo do Estado informasse esse valor proveniente da Agência de Fomento, qual é o recurso e qual é a carteira dentro da Agência de Fomento. Qual é a agência, porque, dentro da agência, nós temos o FDU e temos outras fontes também e a Assembléia tem que saber de onde provém. Esse valor foi repassado para mim, mas o que nós precisamos saber, é de onde provém. Dentro da Agência de Fomento, cada recurso das mais diversas Secretarias e tem "n" finalidades e esses recursos, esses trinta e três milhões são provenientes de onde?

Eu vou votar favorável à constitucionalidade e na hora do mérito desse processo, nós queremos saber.

O SR. PRESIDENTE (**Ailton Araújo**)

Em votação o item 29, 1ª discussão do Projeto de Lei 068/06. **Aprovado.**

### ITEM 30

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 069/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/06, aprovando abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.498.000,00 (dois milhões, quatrocentos e noventa e oito mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28.12.05. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CO. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado (Publ. no DA nº 009/06, de 07.03.06, em Mensagem).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 069/06

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 16/06, aprova a abertura de Crédito Suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 2.498.000,00.

Os recursos de que trata esse Crédito Suplementar serão utilizados na implantação do Centro de Eventos de Morretes.

O projeto ora analisado está em plena conformidade com as disposições constitucionais, e atende à Lei de Responsabilidade Fiscal, pois a referida programação é decorrente de cancelamento de dotação do próprio órgão, cujos documentos comprobatórios seguem anexos à lei.

Quanto à técnica legislativa, não foram observadas todas as disposições pertinentes à Lei Complementar nº 95/98, que em seu artigo 9º, trata da cláusula de revogação.

Portanto, chamada esta relatoria a se manifestar, somos de parecer favorável, opinando-se pela sua aprovação, através da Emenda Corretiva anexa.

Sala das Comissões, em 14.03.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**EMENDA CORRETIVA AO**  
**PROJETO DE LEI Nº 069/06**

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 14.03.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício  
LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Apoiamento:

Hermes Fonseca.

**COMISSÃO DE FINANÇAS**  
**PROJETO DE LEI Nº 069/06**

**P A R E C E R :**

**Histórico**

O Projeto de Lei nº 69/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 16/06, aprova a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Geral do Estado, aprovado pela Lei Estadual 14977, de 28 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 2.498.000,00 (dois milhões, quatrocentos e noventa e oito mil reais).

O projeto recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça desta Casa de Leis.

**Da Fundamentação**

O projeto não apresenta óbices de natureza legal e constitucional e está de acordo com as normas orçamentárias do Estado.

**Da Conclusão**

Pelo exposto, opino à sua regular tramitação.

Sala das Comissões, em 22.03.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente  
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

**COMISSÃO DE ORÇAMENTO**  
**PROJETO DE LEI Nº 69/06**

**P A R E C E R :**

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.498.000,00 ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, aprovado pela Lei nº 14.977, de 28/12/05 - Construção de Eventos de Morretes.

Sobre a constitucionalidade e legalidade da matéria, a douta Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável à mesma. A Comissão de Finanças, também, já apresentou parecer favorável ao projeto de lei.

Chamada a opinar, conforme o disposto no artigo 33 do Regimento Interno da Casa, a Comissão de Orçamento acompanha os pareceres favoráveis das doutas Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças ao projeto de lei que dispõe sobre aprovação de abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 2.498.000,00 (dois milhões, quatrocentos e noventa e oito mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Cultura, aprovado pela Lei Estadual nº 14.977, de 28 de dezembro de 2005.

Os recursos de que trata este crédito suplementar serão utilizados na implantação do Centro de Eventos de Morretes, por meio da reforma, adaptação e melhoria dos prédios da antiga Fábrica de Papel São Marcos, visando proporcionar melhores condições de recepção aos turistas que visitam o Município.

Sala das Comissões, em 27.03.06.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente  
MARCOS ISFER - Relator

**ITEM 31**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 078/06, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, declarando de Utilidade Pública a Associação de Moradores da Localidade de Ribeirãozinho, com sede e foro no município de Agudos do Sul. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 009/06, de 07/03/06)**

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI Nº 078/06**

**P A R E C E R :**

**Preâmbulo**

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Geraldo Cartário, declara de Utilidade Pública a Associação de moradores da localidade de Ribeirãozinho, com sede e foro no município de Agudos do Sul.

**Fundamentação**

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

**Conclusão**

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 21.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
DUÍLIO GENARI - Relator

**Discussão Única (Proposições)**

**ITEM 32**

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 021/06, veto aposto ao Projeto de Lei nº 459/05, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, que altera artigos da Lei Estadual nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, que dispõe sobre as atividades profissionais de despachante de trânsito do

Estado do Paraná - Detran/PR. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 019/06

Curitiba, 09 de janeiro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 435/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 459/05, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo alterar os dispositivos que especifica, da Lei nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, que dispõe as atividades profissionais de Despachante de Trânsito, perante o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná.

A atividade de Despachante de Trânsito constitui serviço autorizado pelo Poder Executivo, mediante ato do Diretor Geral do Departamento de Trânsito e, assim sendo configura uma espécie de representação legal estreitando a ligação entre Detran e os cidadãos que buscam ações próprias do referido órgão de trânsito. Assim sendo, há nessa relação Despachante/Detran, uma disposição de funcionamento do órgão estadual, assertiva essa que confirma dependência do início do processo legislativo à vontade do Governador, por força do disposto no artigo 87, VI, da Carta Estadual.

Dá a inconstitucionalidade.

É que, fazendo-se conexão entre os artigos 66, IV, e 87, VI da Carta Estadual, não resta qualquer dúvida de que, tendo o Chefe do Poder Executivo competência privativa para criação, estruturação e fixação das atribuições dos órgãos da administração pública, é dele, também, a atribuição de definir mediante decreto e/ou propor lei que discipline a forma de funcionamento de tais órgãos.

Inobstante a apontada desobediência ao princípio constitucional citado, vale destacar que a análise feita pelos setores jurídicos do Detran aponta a existência de remissões equivocadas no texto do projeto de lei ora vetado, fato que lhe retiraria, caso acolhido, as necessárias condições de clara e tranqüila exeqüibilidade.

Finalmente, cabe nesta oportunidade informar que os órgãos competentes da Administração, a Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e o próprio Detran, estão realizando estudos de reformulação das atividades de despachantes junto ao órgão de trânsito, tendo por limite, obviamente, os legítimos interesses dos paranaenses, mormente daqueles que residem no interior do Estado.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 459/05 encontra-se publicado no DA nº 146/05, de 13/12/05, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 021/06

P A R E C E R :

#### Da Proposição

O Projeto de Lei nº 459/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo alterar artigos da Lei Estadual nº 12.327, de 21 de setembro de 1998, que dispõe sobre as atividades profissionais de despachantes de trânsito do Estado do Paraná - Detran-PR.

#### Fundamentação

Determina a Constituição Estadual:

*Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que aquiescendo, o sancionará.*

*§ 1º Se o Governador julgar o projeto, em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas. Ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto (...)* (grifos nossos)

A Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Desta forma, somos favoráveis ao encaminhamento da presente proposição de veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 14.03.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR

Presidente em exercício e Relator

Em votação.

#### O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Para Encaminhar)

Nós estamos encaminhando favoravelmente ao projeto em si, ou seja, contra o veto do Governador Roberto Requião para que a categoria dos despachantes que esteve presente nas galerias desta Casa na tarde de ontem, e hoje também mostra que pretende ter este Estatuto para que possa exercer as suas funções dentro do Estado do Paraná.

O projeto tramitou pelas Comissões desta Casa, inclusive foi analisado na nossa Comissão de Constituição e Justiça. O Deputado Reni Pereira está hoje como segundo Vice-Presidente, foi um dos que apresentou nesse projeto as suas ponderações, como nós também, presidido pelo Deputado Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Durval Amaral.

Portanto, acreditamos que se trata de um projeto constitucional e legal que merece o apoio dos Deputados da Casa para que seja derrubado o veto do Governador Requião. Iremos votar NÃO, em nome da Liderança do

Partido Democrático Trabalhista; estamos encaminhando de forma contrária ao veto do Governador Roberto Requião.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) (**Para Encaminhar**)

Da mesma forma, gostaríamos de nos solidarizarmos com os Despachantes do Estado do Paraná e fazer um apelo à Bancada do PSDB para que vote pela derrubada do veto para que possamos contemplar os Despachantes neste momento, dentro das suas pretensões. Esse é o nosso desejo. Portanto, em nome da Bancada do PSDB, reiteramos o apelo para que a Bancada acompanhe a determinação da Liderança.

O SR. MARCOS ISFER (PPS) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conhecemos muito bem a função dos Despachantes, a maneira como bem trabalham pelo Estado do Paraná, a maneira que prestam os seus serviços e esse projeto de lei vem regulamentar e facilitar a sua atuação, dando exatamente aquilo que sempre foi desejado pela classe: uma destinação numérica conforme em cada Município, enfim, encaminhando para que tenhamos sempre uma boa atuação.

Quero recomendar a nossa Bancada do PPS que votemos contra o veto. Votemos pelo NÃO. Tenho certeza que os cinco votos do PPS irão se somar à derrubada do veto e a favor dos Despachantes.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (**Para Encaminhar**)

Quero deixar registrada a posição do PFL pela derrubada do veto e, desta forma, ele vai votar nesse projeto.

O SR. LUIZ CARLOS MARTINS (PDT) (**Para Encaminhar**)

O mesmo acontecendo com o PDT.

O SR. TADEU VENERI (PT) (**Para Encaminhar**)

Gostaria de solicitar ao Líder da Bancada, Deputado Ângelo Vanhoni, que com a sua autorização, Deputado, vamos votar pela derrubada do veto no projeto dos Despachantes.

O SR. PRESIDENTE (Ailton Araújo)

Passamos à votação.

Pedimos à Sra. Secretária, à Deputada Cida Borghetti, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados. Esclarecendo que os que forem favoráveis ao projeto deverão utilizar a cédula com a expressão NÃO. E os que forem favoráveis ao veto votarão com a expressão SIM.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença dos Vereadores de Nossa Senhora das Graças, Presidente da Câmara, João

Luiz da Costa; Vereador Luiz J. de Souza e do Vereador Souza que nos honram com as suas presenças aqui nesta tarde.

O SR. PRESIDENTE (Ailton Araújo)

Esta Casa também, como V. Exa., agradece à presença dos visitantes.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Também gostaria de registrar a presença do Vice-Prefeito de Tupãssi, Sr. José Carlos Mariussi, Carlinhos, assim chamado carinhosamente pela sua população. Dos Vereadores João Licheski, Odanir e João de B. Malheiros.

O SR. PRESIDENTE (Ailton Araújo)

Da mesma forma registramos e agradecemos as presenças.

A SRA. 1ª SECRETÁRIA (Cida Borghetti)

(**Faz a chamada nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. RENI PEREIRA (PSB) (**Pela Ordem**)

Gostaria que assegurasse o direito de votar, sem a necessidade de estar mostrando o voto para ninguém. Que a Presidência resguardasse o direito dos Deputados e limpasse a área da cabine de votação.

O SR. PRESIDENTE (Ailton Araújo)

Pedimos que seja respeitada a liberdade de cada um, na sua votação.

Pedimos aos Srs. Deputados que estão colocados aqui na entrada da cabine, por gentileza mantenham uma distância regulamentar.

Quarenta e oito Deputados votaram.

Convidamos aos Deputados Anibelli, Plauto Miró Guimarães e Ratinho Júnior para que procedam à apuração dos votos.

O SR. ELIO RUSCH (PFL) (**Pela Ordem**)

Enquanto fazem a apuração, peço para registrar a presença do Vereador Mário Cachop, de Missal, que também está na tribuna de honra.

O SR. PRESIDENTE (Ailton Araújo)

Está registrado e nós, também, agradecemos.

Na ausência do Deputado Ratinho, convidamos ao Deputado André Vargas para que auxilie na apuração dos votos.

Queria lembrar que teremos mais uma Sessão, logo após o encerramento desta.

O SR. CHICO NOROESTE (PL) (**Pela Ordem**)

Para registrar a presença dos Vereadores Rogério, Emerson e Leandro, da cidade de Itapejara. Sejam todos bem-vindos a esta Casa de Leis.

X X X X X X X X X X X X X X